



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**"FÉ NA HORTA, COLHEREMOS":
A AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE LUTA DO MTST**

PATRICIA AMORIM COSTA SILVA

**Araras
Fevereiro, 2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**"FÉ NA HORTA, COLHEREMOS":
A AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE LUTA DO MTST**

PATRICIA AMORIM COSTA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO S. BORSATTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

Fevereiro, 2025

Silva, Patricia Amorim Costa

"Fé na horta, colheremos": a agricultura urbana como instrumento de luta do MTST / Patricia Amorim Costa Silva -- 2025.
137f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras
Orientador (a): Ricardo Serra Borsatto
Banca Examinadora: Luisa Santiago Vieira Souto,
Henrique Carmona Duval
Bibliografia

1. Agricultura urbana e periurbana. 2. MTST. 3. Segurança alimentar e nutricional. I. Silva, Patricia Amorim Costa. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8
7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Patricia Amorim Costa Silva, realizada em 19/02/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto (UFSCar)

Prof. Dr. Luisa Santiago Vieira Souto (NPC)

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

A todas as mulheres que constroem a luta sem-teto, as quais – plantando, cozinhando, cuidando e organizando – fazem avançar, com garra, criatividade e afeto, a trilha para cidades onde todos possam viver dignamente.

Quanto aos legumes e hortaliças há couves e a beldroega, que são comuns, as ervilhas, os feijões, as batatas e as abóboras de diversas espécies nos seus pomares. Como pão ordinário dispõem do milho graúdo e de uma raiz, da qual fazem a farinha chamada mandioca, base e principal alimento dos índios, sem dúvida muito boa e bem sadia para comer. Têm ainda a árvore chamada do caju, com o qual fazem uma espécie de vinho muito bom, e em certos lugares a árvore que produz os cocos, que eu creio foi trazida de África. [...] Muita caça há por toda parte [...].

Enfim, esta é uma terra onde não se pode morrer de fome.

La Ravardière em Pernambuco (1616) e uma memória de um companheiro seu oferecida aos holandeses em 1630, citado por Evaldo Cabral de Mello, em O Brasil holandês (2010).

AGRADECIMENTOS

Na trajetória gratificante desta pesquisa, contei com a inspiração, o incentivo e a colaboração de pessoas e coletivos aos quais preciso agradecer.

Em São Bento do Sapucaí, onde morei numa chácara no ano pandêmico de 2021, terreno fértil e mágico no qual a semente deste trabalho arrebentou inexoravelmente, agradeço a Lucas, Rê e Muri, e aos vizinhos que compartilharam conosco os frutos da terra, dos animais e os saberes da Natureza.

Em São Paulo, agradeço a Dani, Marise, Talita, Mari, Yana, Maria Cecília e Grazi. Em Recife, a Amanda, Gigi, Rosa e Gabi. Panteão de musas.

Em Araras, agradeço a todo o PPGADR/UFSCar, aos professores e a Cris, pelo acolhimento a esta pesquisa, pelas aulas valiosas e revigorantes e por insistirem neste trabalho muito além do que eu poderia supor. Agradeço em especial ao meu orientador, Ricardo Serra Borsatto, pela parceria entusiasmada e paciência ilimitada. Na banca de qualificação, agradeço a Luisa Vieira Souto e Joelson Carvalho pelas relevantes e precisas contribuições. Meu abraço a Keilla e a todos os colegas do mestrado pelo convívio alegre e estimulante.

No MTST, agradeço imensamente a Ju, Cris, Claudinha, Eliete, Deva, Clarice, Val, Carmosina, Marcelo, Laís, às Nats, Isa, Guizei, Rita, Cecília, Lene, Andréia, às acampadas e acampados, militantes, brigadistas e a todas as pessoas de luta que conheci nas hortas, nas ocupações e nas Cozinhas Solidárias. Obrigada por esse encontro transformador e por me ajudarem a contar um pouco dessa história.

No Instituto das Cidades (UNIFESP), agradeço a Giovanna Milano pela generosidade com que me coorientou na etapa inicial deste projeto e pelas ótimas aulas junto a Guilherme Petrella e Gustavo Prieto.

Por fim, agradeço ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

"FÉ NA HORTA, COLHEREMOS":

A AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE LUTA DO MTST

Autora: PATRICIA AMORIM COSTA SILVA

Orientador: PROF. DR. RICARDO SERRA BORSATTO

RESUMO

Este estudo destaca a relevância da agricultura urbana e periurbana como um fenômeno emergente nas ocupações do MTST nas periferias na Região Metropolitana de São Paulo, ressaltando sua multifuncionalidade e seu papel crucial na luta por direitos fundamentais, como o acesso à terra e à moradia popular e a segurança e soberania alimentar. De caráter exploratório e descritivo, a partir de um quadro metodológico que articula a pesquisa participante e a hermenêutica-dialética, com foco na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, entre 2022 e 2023, verificamos que essa prática agrícola não apenas oferece uma resposta imediata à fome e à necessidade de subsistência, mas também se configura como espaço de resistência e empoderamento. Ao fomentar a solidariedade e a construção coletiva por meio dessa práxis, o movimento fortalece sua atuação social e política, contribuindo para a produção de uma cidade mais justa e sustentável. Assim, a agricultura urbana e periurbana praticada pelo MTST, aqui preliminarmente denominada agricultura sem-teto, se torna um instrumento vital na busca por dignidade e qualidade de vida para as populações periféricas, refletindo um novo paradigma de luta que integra produção de alimentos e direitos sociais numa perspectiva de transformação social.

Palavras-chave

Agricultura urbana e periurbana; MTST; ocupações; hortas urbanas; segurança alimentar e nutricional; movimento de sem-teto.

**“FAITH IN THE GARDEN, WE WILL HARVEST”:
URBAN AGRICULTURE AS A TOOL OF STRUGGLE FOR MTST**

Author: PATRICIA AMORIM COSTA SILVA

Adviser: PROF. DR. RICARDO SERRA BORSATTO

ABSTRACT

This study highlights the relevance of urban and peri-urban agriculture as an emerging phenomenon within the occupations of the MTST (Homeless Workers' Movement) in the peripheries of the São Paulo Metropolitan Region. It emphasizes its multi-functionality and crucial role in the struggle for fundamental rights, such as access to land, affordable housing, and food security and sovereignty. This exploratory and descriptive research employs a methodological framework that integrates participatory research and hermeneutic dialectics, focusing on the collective garden of the Carolina Maria de Jesus Occupation between 2022 and 2023. Our findings indicate that this agricultural practice provides an immediate response to hunger and subsistence needs and serves as a space for resistance and empowerment. By fostering solidarity and collective building through this praxis, the movement strengthens its social and political engagement, creating a more just and sustainable city. Thus, the urban and peri-urban agriculture practiced by the MTST, preliminarily termed "homeless agriculture," emerges as a vital instrument in the pursuit of dignity and quality of life for peripheral populations, reflecting a new paradigm of struggle that integrates food production and social rights within a framework of social transformation.

Keywords

Urban and peri-urban agriculture; MTST; occupations; urban gardens; food and nutritional security; homeless movement.

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Proteção Permanente
AUP – Agricultura Urbana e Periurbana
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COVID-19 – Coronavirus Disease 2019
DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A.
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO – Food and Agriculture Organization
FLM – Frente de Luta por Moradia
Funarte – Fundação Nacional de Artes
LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MMC – Movimento de Moradia do Centro
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MSTC – Movimento Sem-teto do Centro
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
MUDA – Movimento de Agroecologia Urbana da Cidade de São Paulo
ONU-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PL – Partido Liberal
PMCMV-E – Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades
POT Agricultura – Programa Operação Trabalho Agricultura
PROAURP – Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
SMDT – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SOF – Sempre Viva Organização Feminista
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
WID – World Inequality Lab

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Hortas individuais no fundo de barracos em ocupações por moradia.....	15
Figura 02: Mutirão na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, na Zona Leste de São Paulo.....	16
Figura 03: Mutirão na horta coletiva da Ocupação Lélia Gonzales, em Santo André.....	18
Figura 04: Caminhada do MTST rumo à Prefeitura de São Paulo, em março de 2014...	29
Figura 05: Mural LGBT em barraco na Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	33
Figura 06: Identidade visual comemorativa dos 25 anos do MTST.....	34
Figura 07: Ocupação Lélia Gonzales, em abril de 2022, em Santo André.....	38
Figura 08: Montagem de barracos na Ocupação Copa do Povo, em Itaquera.....	39
Figura 09: Cozinha improvisada na Ocupação Copa do Povo, em Itaquera.....	41
Figura 10: Cozinha Solidária do Jardim Estádio, em Santo André.....	44
Figura 11: Preparação de marmitas na Cozinha Solidária do Jardim Estádio, em Santo André.....	45
Figura 12: Mutirão de colheita na horta da Ocupação Maria da Penha, em Guarulhos...	59
Figura 13: Primeira reunião de planejamento e primeiro mutirão da futura horta da Ocupação Esperança Vermelha, na Cidade Tiradentes.....	77
Figura 14: Material de divulgação do Curso de Horta Comunitária, com aplicação da identidade visual da horta Chico Mendes.....	77
Figura 15: Comemoração no encerramento do Curso de Horta Comunitária.....	78
Figura 16: Rega, instalação da cerca e manutenção da composteira na horta Chico Mendes.....	79
Figura 17: Diversidade de plantios na horta Chico Mendes.....	80
Figura 18: Postagem no Instagram da horta Chico Mendes, em 14 de janeiro de 2021.	83
Figura 19: Identidade visual do Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST SP....	87
Figura 20: Fim de mutirão na Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	88
Figura 21: À esquerda, rifa da camiseta da horta; à direita, convocação para ingresso de brigadistas em 2023, destacando, com imagens de cavadeira articulada e cana-de-açúcar, o envolvimento do MTST com a agricultura urbana.....	89
Figura 22: A chef e ativista pela alimentação saudável Bela Gil em visita a território do MTST, em São Bernardo do Campo.....	90
Figura 23: Guilherme Boulos, na época a caminho da disputa por uma vaga de deputado federal, propondo as hortas comunitárias como política pública...	92
Figura 24: Delimitação do bairro do Jardim Iguatemi (área em linha pontilhada vermelha) e localização da Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	95
Figura 25: Obra do monotrilho na Avenida Ragueb Chohfi, em outubro de 2023.....	96
Figura 26: Barracos simbólicos na Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	98
Figura 27: Distribuição de comidas típicas durante festa junina na Ocupação Carolina Maria de Jesus, em julho de 2022.....	98
Figura 28: Assembleia durante festa junina na Ocupação Carolina Maria de Jesus, em julho de 2022	99
Figura 29: Localização da horta coletiva (área amarela) dentro do terreno da Ocupação Carolina Maria de Jesus (polígono verde).....	101
Figura 30: Visão geral da horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, em julho de 2022.....	102
Figura 31: Colheita na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	103
Figura 32: Encaminhamento da colheita para uma das cozinhas coletivas da Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	104
Figura 33: Distribuição de almoço na cozinha coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, com a utilização de ingredientes produzidos na horta.....	105
Figura 34: Mutirão de plantio na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus...	111
Figura 35: Plantio de manivas na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.	113
Figura 36: Ações diversas na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	116
Figura 37: Acampados, brigadistas e apoiadores em mutirão na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Os 10 Elementos da Agroecologia.....	54
Quadro 02: Aspectos gerais de caracterização das hortas coletivas do MTST.....	66
Quadro 03: Modelo de matriz interpretativa a partir dos dados empíricos da pesquisa...	70
Quadro 04: Desenvolvimento da análise hermenêutica-dialética.....	72
Quadro 05: Hortas coletivas urbanas em ocupações do MTST na Grande São Paulo (situação em outubro de 2023).....	85
Quadro 06: Espécies já cultivadas na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Produção de alimentos saudáveis em ocupações de sem-teto.....	15
Objetivos.....	19
Justificativa.....	19
Tematização dos capítulos.....	21
1 REVISÃO DA LITERATURA	22
1.1 Desigualdade, segregação urbana e luta por moradia.....	22
1.1.1 A sociedade desigual.....	22
1.1.2 A espacialização da desigualdade.....	25
1.2 MTST: da luta por reforma urbana ao combate à fome.....	27
1.2.1 “Um movimento em movimento”.....	27
1.2.2 Ocupações: territórios de resistência e invenção da cidade.....	35
1.2.3 Cozinhas Solidárias: práticas espaciais insurgentes.....	43
1.3 Agricultura urbana e periurbana: rumo à transição necessária.....	47
1.3.1 Variedade de formas de AUP: características gerais e tipologias.....	49
1.3.2 Breve cenário da agricultura urbana e periurbana em São Paulo.....	55
1.3.3 Ativismo e promoção da saúde a partir das hortas urbanas.....	57
2 MATERIAIS E MÉTODOS	61
2.1 Postura em campo.....	62
2.2 Coleta de dados e registro do campo.....	65
2.3 Análise e discussão dos dados	69
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	73
3.1 Semeadura: a horta Chico Mendes na Ocupação Esperança Vermelha e a criação do Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST SP.....	74
3.1.1 Do desejo à ação coletiva: a construção da horta.....	76
3.1.2 O Setor de Horta e Segurança Alimentar: reforço no combate à fome.....	81
3.2 Germinação: a regionalização do Setor de Horta e Segurança Alimentar e a horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	84
3.2.1 Regionalizar para organizar melhor: o Setor vai a campo.....	85
3.2.2 Sentido Zona Leste: o Jardim Iguatemi e a Ocupação Carolina Maria de Jesus.....	93
3.2.3 A horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus (2022–2023).....	100
3.2.4 O desafio da continuidade: a parceria com o poder público.....	112
3.3 Colheita: a agricultura sem-teto que brota da construção coletiva.....	116
4 CONCLUSÕES	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124

INTRODUÇÃO

A compreensão do percurso e dos contornos que esta pesquisa assumiu demanda, antes de mais nada, uma breve explanação de como cheguei às hortas coletivas das ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na cidade de São Paulo.

Atuo na área acadêmica há pouco mais de 20 anos, especificamente no campo do design e da comunicação visual, com foco no design editorial, no design da informação e na história do design. A essa disciplina tenho me dedicado como docente e pesquisadora, com paixão e afinco, e nessa trilha realizei meu doutorado, no qual investiguei o processo de introdução do design moderno no Brasil e na Argentina nos anos 1950 e 1960, tese apresentada em fevereiro de 2015.

O passar do tempo, entretanto, à medida que me permitiu experimentar uma carreira exitosa, promoveu o questionamento de privilégios e uma maior consciência a respeito dos graves problemas ambientais, sociais e políticos enfrentados no Brasil e globalmente, reconfigurando minha visão de mundo e minha percepção sobre a incidência complexa e multifacetada do design na atualidade. Foi, contudo, durante a pandemia de COVID-19, quando residi por um ano na zona rural da cidade de São Bento do Sapucaí, na Serra da Mantiqueira, Leste do estado de São Paulo, que minhas inquietações profissionais e de sentido de vida se depararam com a possibilidade de renovação.

Ali, dentre várias experiências marcantes, conheci a força, a resistência, a sabedoria e a solidariedade das pessoas simples do campo. Testemunhei a intimidade desconcertante com a natureza vivenciada cotidianamente por crianças, adultos e velhos. Aprendi a plantar e me alimentar dos legumes, hortaliças e ervas que cultivávamos dia após dia. Certamente, aquele não se

tratava de um cenário exclusivamente idílico: na nossa vizinhança havia também a pobreza, a falta de infraestrutura e o acesso sacrificado a serviços essenciais, desafios comuns a tantas comunidades agrárias no país. E foi exatamente nesse contexto contraditório e excepcional que a oportunidade para o mestrado em Agroecologia na UFSCar surgiu para mim. Segui em frente e submeti um projeto de pesquisa que foi aprovado, naquele primeiro momento tendo os novos rurais de São Bento do Sapucaí como proposta temática.

Voltei a morar em São Paulo no início de 2022, na região central. De imediato foi impossível não perceber o aumento exponencial de pessoas vivendo em situação de rua, numa clara consequência da crise social agravada pela pandemia e pela necropolítica do governo Bolsonaro. Assim que me instalo, procuro um grupo de voluntários no bairro, do qual faço parte até hoje, que prepara almoço e distribui marmitas aos sábados para a população acometida pela insegurança alimentar¹ na região da Avenida Paulista. Essa experiência, dentre inúmeros aprendizados, me colocou em contato direto com a miséria urbana enfrentada na calçada por famílias e indivíduos de diferentes perfis, saqueados de seus direitos básicos, condenados, por diversos motivos, à exclusão e à invisibilidade.

Nesse período, frequento eventualmente os almoços de domingo na Cozinha Ocupação 9 de Julho, cuja renda garante a entrega de quentinhas a moradores de rua. Esse espaço é uma importante conquista do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), que tem Carmem Silva entre suas principais lideranças, ativista, urbanista social e referência na luta pelo direito à moradia em São Paulo. Completa esse pano de fundo, a figura de Guilherme Boulos e do MTST. Desde as eleições de 2018, quando foi candidato à Presidência da República pelo PSOL, acompanho, especialmente pelas redes sociais, sua atuação

¹ A insegurança alimentar ocorre quando uma pessoa não tem acesso regular e permanente a alimentos. Ela é classificada em três níveis: leve (incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida); moderada (quantidade insuficiente de alimentos); e grave (privação no consumo de alimentos e fome) (II VIGISAN, 2022).

política, bem como as ações do movimento. Assim, capturada pelos temas da pobreza urbana, da segurança e soberania alimentar², dos movimentos de sem-teto e desejando readequar meu projeto de pesquisa para o contexto da metrópole – ciente da importância da produção de alimentos saudáveis nas periferias das cidades – sugeri ao meu orientador investigarmos as hortas coletivas nas ocupações do MTST. Atenta às redes sociais do movimento, percebi que postagens recentes indicavam uma prática de agricultura urbana mais do que episódica ocorrendo naqueles territórios. Confiantes nesse faro, seguimos rumo às ocupações.

Produção de alimentos saudáveis em ocupações de sem-teto

É comum que hortas individuais ou familiares em torno dos barracos, e mesmo hortas coletivas, sejam cultivadas espontaneamente em ocupações urbanas (Almeida, 2016; Tonucci Filho, 2017). Essa costuma ser uma forma de complementar a alimentação dos moradores com hortaliças, legumes, frutas, temperos e plantas medicinais, tendo em vista as condições de precariedade nesses assentamentos e a resiliência do saber popular daqueles que tiveram um passado no campo ou mesmo o hábito do cultivo em contexto urbano.

Figura 01: Hortas individuais no fundo de barracos em ocupações por moradia.



Fonte: @hortaurbana.mtst.

² Soberania alimentar diz respeito ao direito de cada país de "definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, respeitando as múltiplas características culturais dos povos" (CONSEA, 2004, p.4). É um conceito usual também em contextos locais.

Contudo, um distinto fenômeno nesse cenário tem chamado a atenção: a prática planejada da agricultura urbana em ocupações organizadas por movimentos sociais. Mais especificamente, destacamos a iniciativa do MTST de implementar e manter hortas coletivas em suas ocupações na cidade de São Paulo e Região Metropolitana, tendo inclusive instituído um coletivo de Horta e Segurança Alimentar para atuar nessa tarefa junto aos acampados.

Figura 02: Mutirão na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, na Zona Leste de São Paulo.



Fonte: Autoria própria.

Essa decisão por parte do movimento fortalece a confluência de pautas urgentes como o acesso à terra urbana, o direito à moradia e o direito humano à alimentação adequada (DHAA), constitutivas do mínimo existencial para o atendimento das necessidades vitais e de dignidade (Botelho e Fava, 2015), demandas cruciais das populações em situação de pobreza e extrema pobreza. Os benefícios advindos da conjugação dessas frentes de luta por meio da produção de alimentos saudáveis no meio urbano são considerados por Souza e colegas (2021):

Recentemente tem se construído conexões importantes entre as articulações de agroecologia e agricultura urbana com os movimentos que lutam pelo acesso à moradia, mostrando caminhos interessantes de construção conjunta de lutas e pautas, principalmente a partir da construção de uma cidade e sociedade mais justa, democrática e sem fome que apontam para o direito à cidade enquanto obra coletiva e o acesso à alimentação como um direito fundamental. Além disso, cultivar hortas individuais (nos quintais, por exemplo) e coletivas (hortas comunitárias, pomares, etc) tem sido um recurso importante para legitimar o cumprimento da função social das terras ocupadas em processos de negociação de desapropriações e remoções, assim como de permanência (Souza, Martins & Alencar, 2021, n.p).

Como reforça o trecho acima, em conformidade com outros autores (Costa e Almeida, 2017; Costa e Lago, 2023), as vantagens da criação de espaços urbanos agrícolas para os movimentos de moradia são significativas e reconhecidas pela literatura. Contudo, no caso do MTST, percebe-se uma particularidade, visto que táticas de combate à insegurança alimentar nas ocupações e em territórios populares – como a agricultura urbana – emergem como expressões não disruptivas da luta social dentro de seu originário repertório de ação, num contexto mais amplo de renovação do próprio movimento e de um cenário global que clama por cidades sustentáveis, resilientes às mudanças climáticas e que enfrentem a desigualdade. Tendência, por outro lado, já identificada por pesquisadores ao debaterem a variação do repertório de confronto dos movimentos de moradia numa conjuntura caracterizada por "uma inflexão ultraliberal e com significativas transformações na relação entre sociedade civil e Estado" (Soraggi, Aragão e Corrêa, 2019, p.1).

Em um dos vários posts comemorativos de seus 25 anos, publicado em 30 de maio de 2023, o MTST afirmou que a chegada das hortas aos "territórios junto com a presença do movimento", além de fortalecer a luta por teto, "busca promover a autonomia e a sustentabilidade das ocupações".

[As hortas] têm uma importância tanto alimentar quanto educacional. Elas proporcionam o cultivo de alimentos frescos e saudáveis dentro do ambiente urbano, permitindo que os

moradores tenham acesso à alimentação saudável e adequada. Além disso, as hortas urbanas também promovem a conscientização ambiental, ensinando práticas de #agricultura familiar e mostrando como é possível aproveitar espaços urbanos para o cultivo de alimentos. As hortas e cozinhas comunitárias são espaços de encontro e interação nas ocupações do #MTST. Elas promovem a coesão comunitária, o senso de pertencimento e a colaboração, fortalecendo os laços sociais e fomentando um senso de comunidade. São parte da construção de um projeto político que visa melhorar as condições de vida da população pobre deste país, aliando a ação emergencial de combate à fome com a luta por moradia digna (MTST Brasil, 2023a).

Com o propósito de complementar o abastecimento das cozinhas coletivas das ocupações, as hortas têm produzido, sem o uso de agrotóxicos³, predominantemente verduras, legumes, ervas aromáticas e medicinais, possibilitando às famílias acesso de forma gratuita a ingredientes frescos e, conseqüentemente, uma melhoria de sua alimentação, num cenário nacional grave de precarização do trabalho e de pobreza e fome crescentes (Salata e Ribeiro, 2022).

Figura 03: Mutirão na horta coletiva da Ocupação Lélia Gonzales, em Santo André.



Fonte: Autoria própria.

³ Agrotóxicos são substâncias químicas – como pesticidas, herbicidas, fungicidas e inseticidas – empregadas na agricultura convencional para o controle de pragas, doenças e plantas indesejáveis, com efeito nocivo à saúde humana, ao meio ambiente e à biodiversidade (Caldart *et al*, 2012). Atualmente, o Brasil é o maior consumidor global de agrotóxicos (Bombardi, 2023).

A dinâmica da agricultura urbana organizada por movimento de sem-teto, por meio de hortas coletivas em ocupações, inclusive por se configurar como um fenômeno recente, reforça o interesse em uma importante frente na produção de alimentos saudáveis nas periferias urbanas, sobre a qual ainda há muito a descobrir. Nesse sentido, enunciamos a seguir os objetivos deste trabalho.

Objetivos

Objetivo geral

Investigar a fase inicial da prática da agricultura urbana e periurbana (AUP)⁴ realizada pelo MTST na Região Metropolitana de São Paulo, considerando seu papel na luta por moradia, com foco na experiência da Ocupação Carolina Maria de Jesus, entre os anos de 2022 e 2023.

Objetivos específicos

- 1) Mapear a trajetória do MTST no cenário paulistano, com foco nas recentes transformações vivenciadas pelo movimento de sem-teto e em sua investida na valorização de pautas relacionadas ao combate à insegurança alimentar.
- 2) Narrar a jornada de criação do Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST SP, com foco em sua dinâmica de trabalho, bem como em suas principais iniciativas nos primeiros anos de atuação.
- 3) Descrever analiticamente a experiência da horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, sob a condução do Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST SP, entre os anos de 2022 e 2023.

Justificativa

Como já observado, vários aspectos da aliança entre a agricultura urbana e os movimentos por moradia são reconhecidos. Entretanto, o fenômeno aqui investigado enseja novas trilhas de interpretação, tanto na perspectiva de

⁴ O conceito de agricultura urbana e periurbana (AUP) é abordado em detalhe no Capítulo 1 – Revisão da Literatura. Contudo, neste ponto da dissertação, a propósito da enunciação dos objetivos desta pesquisa, destacamos que, ao longo do texto, o termo simplificado “agricultura urbana” ou a sigla “AUP” aparecem sempre em conformidade com a denominação completa “agricultura urbana e periurbana”.

melhor perceber a riqueza e a complexidade de uma vertente dentro do cenário atual da agricultura urbana em São Paulo, quanto de comprovar os novos contornos que a ação coletiva capitaneada pelo MTST tem assumido nos últimos tempos, devido à sua inclinação à participação institucional e partidária e mesmo às transformações mais amplas do campo político no Brasil.

Nesse sentido, é importante desvendar o funcionamento particular dessa forma de produção agrícola no meio urbano em função das condições específicas às quais está submetida, visto que planejada e realizada pelo movimento de sem-teto, bem como compreender as motivações e expectativas do MTST por trás dessa prática. Os conhecimentos advindos dessa investigação, portanto, não só informam sobre as atuais táticas de vida e de reinvenção política elaboradas pelos atores sociais envolvidos, como inspiram e dialogam com experiências similares em outras realidades tensionadas pelas lutas pela terra urbana, pela moradia e pelo acesso à alimentação de qualidade.

Para além desse conjunto mais imediato de descobertas e considerações, se faz necessário reconhecer o peso que adquiriram as questões ambientais e climáticas e de segurança e soberania alimentar nesta última década e, em específico, no que dizem respeito a seus impactos sobre as populações mais vulneráveis socioeconomicamente. Soma-se a isso, o avanço irrefreável da desigualdade socioterritorial e racial em nossas cidades, impulsionada pela racionalidade neoliberal⁵ que, entre outros danos, gera cada vez mais injustiça habitacional e conflitos.

Em maior ou menor medida, o objeto de estudo deste trabalho – a agricultura urbana e periurbana como instrumento de luta do MTST – é atravessado por todos os problemas acima citados, numa comprovação de sua relevância e contemporaneidade. Por outro lado, talvez possamos reconhecê-lo também como uma resposta fértil e engenhosa, urdida pela parceria entre movimento

⁵ De acordo com Dardot & Laval (2016, p. 34), “o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade”.

social e sujeitas e sujeitos periféricos excluídos do mercado imobiliário formal, aliados na subversão de um modelo de cidade que opera incansavelmente para a eliminação de seus projetos de existência.

Tematização dos capítulos

A estrutura desta dissertação é composta por três capítulos e a conclusão. No primeiro capítulo, “Revisão da Literatura”, são apresentados conceitos e informações contextuais que auxiliam na compreensão do fenômeno estudado, a partir de três eixos: a) a problemática da desigualdade, segregação urbana e luta por moradia; b) a trajetória recente do MTST, com foco na luta por reforma urbana e combate à fome; c) a prática da agricultura urbana e periurbana, suas principais características, impactos e presença na cidade de São Paulo.

O segundo capítulo, “Materiais e Métodos”, expõe o detalhamento dos recursos e procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa, desde a coleta de informações, registro do campo, análise e discussão dos dados obtidos, bem como algumas observações do ponto de vista da pesquisadora em relação ao campo. O terceiro capítulo, “Resultados e Discussão”, apresenta um panorama da prática da agricultura urbana e periurbana realizada pelo MTST na cidade de São Paulo, desde a experiência inaugural com a horta coletiva Chico Mendes, na Ocupação Esperança Vermelha; passando pela instituição do Setor de Horta e Segurança Alimentar dentro movimento; e a implantação e desenvolvimento da horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, entre os anos de 2022 e 2023. Elabora-se ainda um sintético apanhado de particularidades da agricultura sem-teto, entendida aqui como uma vertente da agricultura urbana e periurbana praticada na cidade de São Paulo, neste caso produzida e configurada pelo movimento social.

Em “Conclusões”, a agricultura urbana e periurbana é reconhecida como instrumento de luta do MTST, visto que, impulsionada pela solidariedade e construção coletiva, dialoga com as principais reivindicações do movimento social, da moradia digna à segurança e soberania alimentar nos territórios populares, desafiando assim a cidade do capital.

1 REVISÃO DA LITERATURA

1.1 Desigualdade, segregação urbana e luta por moradia

O cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores sem-teto cultivando hortas coletivas em assentamentos precários nas periferias de São Paulo, como parte das ações de um movimento social por moradia, convoca um arcabouço histórico, teórico e conceitual que nos auxilie na leitura e compreensão dessa realidade tanto em termos de sua natureza específica quanto de sua dimensão conjuntural.

Desse modo, nossa reflexão parte de um dos pilares, infelizmente constantemente renovado, sobre o qual se equilibra o nosso país, a desigualdade. De acordo com dados do World Inequality Lab (WID), publicados em 2021, o Brasil permanece entre os países com maior desigualdade social do planeta. Ainda que desde o início dos anos 2000 as diferenças salariais tenham se reduzido em função de políticas de transferência de renda e do aumento do salário mínimo, os níveis extremos de desigualdade patrimonial seguem crescendo desde a década de 1990. Alguns percentuais ajudam a ilustrar a acintosa disparidade desse quadro (WID, 2023): os 10% mais ricos do Brasil ganham 58,3% da renda nacional total e o 1% mais rico detém 48,7% da fortuna patrimonial brasileira, ou seja, praticamente metade da riqueza nacional. Na base da pirâmide, os 50% mais pobres não recebem nem 10% da renda nacional (9,2%) e quanto à riqueza do país, registram a marca perturbadora de -0,4%.

1.1.1 A sociedade desigual

Esses números, contudo, por mais eloquentes que sejam, ocultam traços que conferem à desigualdade à brasileira um caráter particular. Nesse sentido, em busca de uma abordagem socioeconômica capaz de explicar as idiossincrasias deste país, o qual ao mesmo tempo figura no ranking das economias emergentes e é portador de alarmantes indicadores de fome e miséria,

encontramos em Theodoro (2022) uma perspectiva acurada. Para o autor, não só a desigualdade é parte constitutiva da nossa história, como tem no racismo e em seus desdobramentos – a discriminação e o preconceito – seu maior combustível. Assim, diante da dinâmica própria da formação social do Brasil, de passado colonial-escravocrata e com a maioria da população composta por pardos e pretos, Theodoro propõe o conceito de "sociedade desigual":

entendida como uma conformação social caracterizada por uma desigualdade extrema e persistente e cuja intensidade ultrapassa os limites da legalidade. Ou seja, trata-se de uma desigualdade que se sustenta não apenas na questão econômica e social, mas também no acesso diferenciado aos serviços públicos e principalmente à segurança e à justiça. [...] E é sob o manto do racismo que o Estado e os interesses dos grupos dominantes engessam e naturalizam a desigualdade extrema. (Theodoro, 2022, p.17).

Avançando em sua proposição, Theodoro aponta quatro características intrínsecas às sociedades desiguais. A primeira delas diz respeito à leniência ou omissão do Estado frente à desigualdade extrema e persistente, a qual acomete com maior gravidade grupos racialmente discriminados. A segunda afirma que as assimetrias produzidas nessas sociedades, nos mais diversos setores, como trabalho, distribuição espacial da população, educação e saúde, se autorreforçam, são cumulativas e atuam potencializando as desigualdades em detrimento do grupo discriminado. Em terceiro lugar, sociedades desiguais operam com base em mecanismos jurídico-institucionais e repressivos responsáveis pela estabilização social e preservação das desigualdades. E finalmente, essas sociedades atacam constantemente as forças progressistas – como os movimentos sociais, os quais são sabotados na busca por acúmulo de recursos políticos, simbólicos ou econômicos – "criminalizando qualquer reivindicação ou bandeira" que se contraponha ao *statu quo*.

Diante desse retrato, facilmente reconhecemos a realidade enfrentada pelos sem-teto e pelo MTST, situação igualmente compartilhada por populações negras, indígenas, comunidades pauperizadas e demais movimentos populares em todos os cantos do país, aqui matizada pelas variáveis de raça e pobreza.

Importa acrescentar ainda, quanto à sociedade desigual, que ela faz uso de três expedientes para sua manutenção: a branquitude, o biopoder e a necropolítica. Para Theodoro (2022, p. 20), a branquitude, gestada em nosso país desde a colonização, é "a transformação da estética, da percepção de mundo e da cultura brancas em padrão social, e faz com que tudo que não esteja associado ao arquétipo ariano e aos seus desdobramentos seja considerado negativo, contraproducente, inferior ou perigoso". Conforme Cida Bento (2022), a perpetuação da branquitude resulta de um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, o "pacto narcísico", baseado na autopreservação e no sentimento de ameaça e medo que visa a manutenção de seus privilégios. Seria por conta desse acordo tácito que estudiosos da branquitude afirmam, numa perspectiva de raça e classe, que "mesmo os brancos pobres e a classe trabalhadora se beneficiam do legado da opressão racial" (Bento, 2022, p.30).

Theodoro aponta ainda o biopoder e a necropolítica, relacionados à ação do Estado e das instituições na influência decisiva sobre a vida e a morte dos afrodescendentes, como categorias essenciais para a continuidade do racismo no conjunto da sociedade desigual. Dessa forma e em consequência, naturaliza-se, por um lado, a supremacia e o privilégio branco, e por outro, a falta de oportunidades, a pobreza e a miséria que colidem com a reprodução da vida das populações negras e dos grupos não-brancos. É, portanto, a partir dessa ótica racializada sobre as desigualdades no Brasil que encaramos a problemática da qual se ocupa esta pesquisa e, em consonância, abordamos os temas do acesso à terra e da segregação socioespacial e racial, fatores desencadeadores das ocupações urbanas, da luta por moradia e, por fim, de uma agricultura sem-teto.

1.1.2 A espacialização da desigualdade

Ainda que os pressupostos e mecanismos da sociedade desigual sejam bastante claros e facilmente reconhecíveis, é na dimensão espacial que eles se tornam visíveis e ganham materialidade. Sobre esse aspecto, no que tange à realidade brasileira, identificamos no acesso restrito à propriedade da terra a gênese da exclusão e da segregação socioterritorial e racial em áreas rurais e urbanas que ainda prevalecem no país (Prieto, 2018; Theodoro, 2022).

Privilegiou-se aqui a grande propriedade em detrimento da pequena produção agrícola familiar, impossibilitando ao camponês ou trabalhador rural, fosse ele escravo liberto, mestiço ou imigrante, a aquisição de terras devolutas pelas vias oficiais, ou mesmo pela grilagem, em vista da ausência de recursos financeiros, já que detinham unicamente sua força de trabalho (Martins, 2010). Nesse *continuum*, nem mesmo aportes legais adotados no século XX foram capazes de garantir a democratização do acesso à terra (Martins, 2010; Zeneratti, 2021), o que faz da reforma agrária popular uma das lutas sociais mais imprescindíveis e urgentes do Brasil contemporâneo, com a qual se relaciona a própria matriz do MTST:

Quem acha que essa história não impacta a vida nas cidades se engana muito. O inchaço das periferias e a consequente precarização da vida urbana para os mais pobres é resultado da desagregação da vida no campo e da ausência de alternativas para as majorias. Assim, o problema urbano tem relação direta com a história da questão agrária, e é com ela que a existência do MTST tem relação direta (Simões, Campos e Rafael, 2017, p. 22).

Fica evidente, desse modo, que a seletividade no acesso à terra e, assim, à condição de "sujeito proprietário", estabelece as bases nas quais a segregação socioespacial e racial se consolida no país ao longo do tempo. Desdobrando-se do rural para as cidades, ela desenha os espaços privilegiados das elites e os territórios dos trabalhadores pretos, pardos e pobres, em geral nas periferias (Brito, 2021). A esse respeito, Giovanna Milano (2016) esclarece:

Especialmente a partir de 1930, a impossibilidade de acessar o mercado habitacional formal, agregada à assimilação paulatina do ideário da casa própria, fez da ocupação periférica e da autoconstrução das moradias estratégias recorrentes para grande parte da população brasileira. Esses arranjos vivenciais decorrem de um processo de industrialização de baixos salários, somado à formação de um mercado habitacional formal restrito, e a gestões urbanas que privilegiaram a especulação imobiliária em detrimento da universalização do acesso à terra urbana. E que, não por acaso, tornaram a ocupação de terras no Brasil, especialmente na periferia, "parte intrínseca do processo de urbanização", marcadamente segregador e excludente (Milano, 2016, p. 71).

No contexto contemporâneo, o problema do acesso à terra e à moradia assume uma escala global, onde sobressai a influência do complexo imobiliário-financeiro sobre as políticas urbanas, fundiárias e habitacionais (Ribeiro, 2019), assegurando à classe dominante o controle da produção e da distribuição desigual do espaço urbano, como explica Raquel Rolnik (2019):

Em tempos de capitalismo financeirizado, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais valor do capital produtivo, terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados. Isso tem produzido consequências dramáticas, especialmente – mas não exclusivamente – nas economias emergentes. As dinâmicas que acompanham a liberalização dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre os territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os mais pobres. Comunidades ficam, então, sob constante ameaça de seus ativos territoriais (Rolnik, 2019, p. 152).

Nas cidades segregadas social, racial e espacialmente, a negação do direito constitucional à moradia é agravada em decorrência de políticas públicas incapazes de assegurar um teto digno a todas as famílias (Soraggi *et al*, 2019; Rolnik, 2019). Historicamente, foi no enfrentamento à injustiça habitacional, ao aumento de taxas e impostos, além de outros abusos, que surgiram, em São Paulo, nos anos 1970 e 1980, as primeiras lutas populares e movimentos de moradia (Kowarick, 1988). No final dos anos 1990, as ocupações de prédios e imóveis ociosos enquanto ação política, mesmo em face do risco de despejos violentos, passaram a chamar a atenção e foram incorporadas como

instrumentos legítimos de pressão sobre os governos e sensibilização da sociedade (Tatagiba *et al*, 2012). Nesse cenário, e pleiteando habitação qualificada e direito à cidade, nasceu o MTST.

1.2 MTST: da luta por reforma urbana ao combate à fome

Neste tópico, observamos a atuação do MTST no cenário paulistano, com foco nas recentes transformações vivenciadas pelo movimento, tendo como marco referencial sua investida na disputa institucional e na valorização de pautas relacionadas ao combate à fome e à mobilização por segurança alimentar e nutricional em favor de populações urbanas precarizadas.

1.2.1 "Um movimento em movimento"

Fundado em 1997, como uma organização urbana originalmente vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o MTST é atualmente a maior referência nacional na luta contra a desigualdade habitacional nas cidades (Miagusko, 2012; Boulos, 2016; Simões, Campos e Rafael, 2017; Victor, 2018; Falchetti, 2022). Atua em 14 estados e no Distrito Federal, com forte presença em São Paulo. A partir da periferia, o movimento organiza trabalhadores urbanos precarizados ou desempregados que não possuem moradia própria e/ou não conseguem pagar aluguel. Segundo material de divulgação produzido em 2022, ocasião de seu aniversário de 25 anos, o MTST mobilizou mais de 150 mil famílias em ocupações e comunidades e 25 mil famílias conquistaram a casa própria (MTST, 2022).

Em sua Cartilha de Princípios, publicada pela primeira vez em 2005, apresentava-se como um movimento territorial⁶ anticapitalista voltado à construção de poder popular e à luta por reforma urbana (Goulart, 2011; MTST, 2015). Segundo Saule Jr. & Uzzo (2010), o conceito de reforma urbana se orienta pelos princípios de direito à cidade e cidadania; de gestão democrática da cidade; e da função social da cidade e da propriedade, como prevalência do

⁶ Movimentos sociais populares territoriais, de acordo com Pontes (2015), organizam suas formas e dimensionam-se a partir do referencial do território. O MTST (2015) afirma-se como um "movimento territorial dos trabalhadores" urbanos, que faz a luta a partir do local onde essas pessoas vivem, as periferias.

interesse comum sobre o direito individual de propriedade. Demandas que afetam sobremaneira a melhoria das condições de vida dos grupos mais pobres, como explica Rolnik (2019):

Com a combinação entre o processo de urbanização da pobreza e a inserção precária desses moradores na cidade, os bens e serviços públicos que melhoram a condição de urbanidade dos bairros tornam-se uma das mais importantes demandas populares, levando a mobilizações locais relacionadas à moradia, transporte, saúde, saneamento, etc (Rolnik, 2019, p. 181).

Ciente dessa trama de necessidades que acomete as populações em circunstâncias precárias habitacionais e do conjunto da reprodução da vida, na perspectiva do MTST, a participação popular é imprescindível para uma reforma urbana verdadeiramente democrática e socialmente justa.

Nesse sentido, a mobilização da militância é essencial, a qual o MTST amplia e qualifica por duas vias. Uma delas é a formação de lideranças vindas da base social, as quais assumem tarefas organizativas e políticas nas ocupações e se integram ao movimento. A outra ocorre a partir da adesão às brigadas (atuais setores), decorrente de convocatórias públicas anuais para o ingresso de militantes que irão atuar na construção do movimento e em suas atividades nas ocupações e comunidades. Em geral, são pessoas oriundas da classe média, muitos deles jovens, com formação universitária, profissionais liberais e ativistas (MTST, 2015).

A estrutura organizativa atual do MTST é formada por coletivos políticos, nos quais as principais decisões são tomadas, e por coletivos setoriais, núcleos onde essas decisões são aplicadas. Existem 13 setores atuantes: arquitetura; arte e cultura; comunicação; educação; horta e segurança alimentar; jurídico; finanças e captação de recursos; formação política; autodefesa; organização; negociação; tecnologia; saúde e assistência social (Núcleo, 2023).

Com o objetivo de pressionar os governos para o atendimento de suas reivindicações, muitas vezes o movimento foi refratário a negociações de projetos com o Estado e à integração em conselhos e outros canais institucionais de participação, privilegiando um repertório de ação⁷ política conflitivo, focado em ocupações de terras urbanas ociosas e prédios públicos, bloqueio de avenidas e rodovias, marchas e protestos de rua. Conduta criminalizada por parte significativa da imprensa, do judiciário, da polícia e de segmentos da sociedade, inclusive populares, os quais comumente atribuem ao movimento a pecha de "invasores" ou mesmo de "terroristas" (Guedes, 2019).

Figura 04: Caminhada do MTST rumo à Prefeitura de São Paulo, em março de 2014.



Fonte:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1431050-manifestacao-do-mtst-fecha-avenida-em-sao-paulo.shtml?mobile#>

Entretanto, desde as jornadas de junho de 2013, uma renovação do movimento já se colocava em curso (Falchetti, 2022; Colosso e Sander, 2023), imersa num macroambiente de contínua fragmentação e fragilidade do campo progressista

⁷ Elaborado pelo sociólogo Charles Tilly (1993, p. 264), autor da Teoria do Confronto Político, repertório de ação diz respeito a um "conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e colocadas em prática por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não decorrem de uma filosofia abstrata ou como resultado de propaganda política; eles emergem da luta".

no Brasil (Mogilka, 2019). Não sem ambiguidades, ao longo da década de 2010, o MTST modificou seu repertório de confronto com o Estado, à exemplo de sua discutida adesão ao Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E)⁸, ao mesmo tempo que avançou rumo à política institucional, fenômenos analisados em detalhe por Scerb (2021) e Cristhiane Falchetti (2022).

Uma das mais expressivas resoluções nesse sentido ocorreu em 2018, quando o movimento estabeleceu uma corrente político-partidária com o PSOL, a Revolução Solidária, lançando, desde então, candidaturas a cargos no executivo e no legislativo. Seu mais emblemático exemplo é Guilherme Boulos, principal liderança nacional do MTST, o qual concorreu à Presidência da República em 2018; à prefeitura de São Paulo em 2020 e 2024; e à Câmara dos Deputados em 2022, quando foi eleito o candidato mais votado por São Paulo para essa casa.

Assumindo essa decisão do movimento como uma “estratégia política para disputa de futuro”, em novembro de 2022, num evento para convocação de novos brigadistas, Boulos manifestou-se:

Por isso a gente propôs uma construção diferente, em que sim, o movimento social precisa se articular politicamente, precisa se organizar partidariamente, precisa colocar, inclusive, quadros, referências que surgem do movimento pra estarem nos espaços políticos de poder, mas sem perder a sua autonomia política e mantendo uma relação de mão dupla com o partido, não uma relação de subordinação com o partido. Essa foi a equação há uns anos atrás que nós chegamos no MTST, o que passa por entender que estratégia política e trabalho de base não podem estar em contradição, eles têm que ser complementares. (Boulos, fala gravada em evento da Escola de Trabalho de Base, em 23 de novembro de 2022).

⁸ O Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E) tem como objetivo promover moradia digna para população de baixa renda em áreas urbanas, a partir da concessão de financiamentos a beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora. O MTST vem atuando como uma dessas entidades, tendo viabilizado projetos habitacionais por meio desses fundos públicos.

Não por acaso, essa importante fase de reposicionamento político do MTST ocorre no final da Presidência de Michel Temer (MDB) (2016–2018) e durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) (2019–2022), ambos regimes de extrema-direita, profundamente comprometidos com "as reformas neoliberais, o desmantelamento do Estado e a destruição do meio ambiente" (Saad Filho, 2023, p. 217).

No que tange ao tema da habitação popular, por exemplo, em 2019, Bolsonaro extinguiu o Ministério das Cidades, criado em 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com suas atribuições repassadas para o novo Ministério do Desenvolvimento Regional, numa clara desconsideração às reivindicações dos movimentos sociais e pouca disposição para o diálogo com a sociedade civil organizada. Os gastos públicos com políticas habitacionais sofreram cortes drásticos ao longo dos anos e, ao final do governo, em 2022, o programa Casa Verde e Amarela⁹, responsável pela produção de moradias subsidiadas para a população de baixa renda, tinha orçamento previsto para o ano seguinte de apenas R\$ 34,1 milhões (Castro, 2022).

Ainda compõe esse cenário, a eclosão da pandemia global do coronavírus (COVID-19), evento de grande magnitude e impacto socioeconômico. Em 2021, devido à combinação de má-fé e inépcia do governo federal, a crise econômica e sanitária foi agravada, traduzindo-se não só no alarmante número de mortes, mas também no crescimento do desemprego, dos assentamentos precários em várias cidades do país (Lucca, 2022) e do contingente de pessoas em situação de rua (Dias & Migliari, 2022), contribuindo decisivamente para o trágico retorno do Brasil ao mapa da fome (FAO, 2022). Esse ambiente de crise generalizada, contudo, trouxe consigo também oportunidades. Nesse sentido, Souza (2010) nos lembra que:

⁹ O programa habitacional Casa Verde e Amarela passou a vigorar em agosto de 2020, em substituição ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, pela gestão petista. Em fevereiro de 2023, contudo, no início do terceiro mandato do presidente Lula, foi extinto o programa Casa Verde e Amarela e relançado o PMCMV.

Existindo em uma sociedade marcada por conflitos e contradições, na qual os oprimidos também elaboram e possuem saberes, exercem (contra)podere e desenvolvem (contra)projetos, o Estado é sujeito, ele mesmo, a, conjunturalmente, apresentar fortes contradições internas. Tais contradições oferecem **pontos vulneráveis e potencialidades** a serem **eventualmente** explorados pelos movimentos sociais: brechas legais, instâncias participativas oficiais, recursos públicos (Souza, 2010, p. 26). (Grifos do autor.)

Em meio a tais circunstâncias políticas e sociais, o MTST construiu a ampliação de sua luta, afetada igualmente por mudanças internas como o aumento expressivo de mulheres¹⁰ em seus quadros (72%) e de pessoas que se autodeclararam negras (78%)¹¹, bem como pela criação de um núcleo de tecnologia¹². Este, além de levar soluções e recursos às ocupações, desenvolve aplicativos, plataforma de educação, cursos de programação e outras iniciativas no sentido de impulsionar a luta dos sem-teto, por meio inclusive do uso intensivo das redes sociais.

Catalisado por todas essas forças, o MTST avança articulando ação direta, interação com a política institucional e projetos voltados a temáticas adjacentes à moradia. Nas eleições de 2021, por exemplo, Boulos e Ediane Maria, lideranças do MTST, foram eleitos deputado federal e deputada estadual, respectivamente. Em janeiro de 2023, por indicação de Boulos, dois coordenadores do movimento que participaram da equipe de transição do governo Lula assumiram posições relevantes nos quadros do executivo federal: Guilherme Simões, no comando da Secretaria Nacional de Políticas para Territórios Periféricos, vinculada ao reativado Ministério das Cidades; e Izadora Brito, responsável pela Diretoria de Articulação de Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais, órgão da Casa Civil.

¹⁰ Sobre o protagonismo feminino no MTST, ver Moraes (2020) e Souto (2022). É corrente entre a militância a informação de que, atualmente, a maioria da base social do MTST é composta por mulheres negras evangélicas, realidade que propõe ao movimento uma “relação estreita e respeitosa com a religiosidade” (Boulos, 2023, p.14).

¹¹ Dado extraído do material comemorativo dos 25 anos do movimento (MTST, 2022).

¹² Ver: <https://nucleodetecnologia.com.br/> e @tecnologia.mtst

Não é objetivo deste trabalho avaliar perdas e ganhos do MTST quanto à sua inserção no campo da política institucional e partidária. Mas a respeito da utilização de canais ou instâncias estatais, Souza (2010) e Faranak MirafTAB (2016) lembram que a luta institucional não substitui a ação direta, e que é preciso sempre considerar o risco de “cooptação estrutural” e degeneração dos movimentos, buscando uma combinação madura e prudente dessas estratégias, evitando o “ativismo escravo”.

Figura 05: Mural LGBT em barraco na Ocupação Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autoria própria.

Falchetti (2022) também reconhece que as transformações sociais ocorridas no Brasil nos últimos anos exigiu do MTST o desenvolvimento de uma musculatura para além da luta por provisão de habitação, abrindo espaço internamente para projetos de tecnologia, cursinho popular, hortas urbanas, Cozinhas Solidárias, bem como para núcleos de coletivos LGBTQIA+, de mulheres, de negros, de juventude e dos trabalhadores sem direitos. Realidade que transparece com evidência nos materiais gráficos produzidos por ocasião do jubileu do movimento:

Nos últimos 25 anos a sociedade mudou e o MTST foi mudando junto: adaptamos nossas lutas às novas relações de trabalho, às mudanças nos territórios urbanos, às novas demandas e necessidade do povo pobre do Brasil. **Somos um movimento em movimento!** (MTST, 2022). (Grifo nosso.)

Esse dinamismo próprio das ações coletivas já vem, há algum tempo, sendo considerado por Maria da Glória Gohn (2011). Para a autora, enquanto sujeito coletivo, o movimento social deve ser pensado em seu contexto histórico e conjuntural, e é nesse processo que a socialização de sua identidade vai sendo construída:

[...] a identidade política dos movimentos sociais não é única, ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens, que geram consciência de interesses. Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural (Gohn, 2011, p.10).

Isso significa dizer que a construção da identidade política dos movimentos acompanha o processo de reconhecimento de legitimação das lutas, visto que, embora sua razão de ser decorra de um Estado incapaz de garantir os direitos e prerrogativas de todos os seus cidadãos, eles precisam comprovar ao conjunto da sociedade que sua luta é legítima. Nesse sentido, o reconhecimento da legitimidade dos movimentos sociais não pode prescindir da articulação com o repertório e o escopo de sua atuação.

Figura 06: Identidade visual comemorativa dos 25 anos do MTST.



Fonte: MTST, 2022.

No caso do MTST, sua capacidade adaptativa e de renovação manifesta-se também na enunciação do novo lema, "MTST: há 25 anos na luta por teto, trabalho e pão!":

O surgimento do MTST se deu em um cenário nacional marcado por um governo que, entre outras coisas, pretendia adaptar e submeter o Brasil a um contexto internacional marcado pelo avanço do neoliberalismo. Nos últimos vinte e cinco anos, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto tem atuado na organização do povo trabalhador que vive nas periferias dos grandes centros urbanos do país. A experiência acumulada nessa longa história de construção da resistência popular urbana impõe a tarefa de ampliarmos nossos sonhos por um mundo mais justo e sem desigualdades. Assim, os desafios colocados para o futuro exigem que a luta pela moradia esteja articulada, cada vez mais, com o combate à fome e a reivindicação por mais direitos para as pessoas que vivem do próprio trabalho. Por isso, nos próximos vinte e cinco anos, lutaremos por mais Teto, Trabalho e Pão! (MTST, 2022).

A luta por moradia nos territórios populares é a luta dos pobres urbanos e, mais do que nunca, está associada às demandas pelos direitos dos trabalhadores e pelo acesso regular à alimentação saudável e de qualidade, condições essenciais para se garantir uma vida digna nas cidades. A palavra "Pão", tendo em vista a sua centralidade e significância no imaginário cristão e das práticas humanitárias, é aqui também sinônimo de comida de verdade, e dentre as iniciativas do movimento que se destacam nesse âmbito, as Cozinhas Solidárias e as hortas coletivas nas ocupações estão na linha de frente. Expressões não disruptivas da luta social, elas atuam pela via da solidariedade e cooperação, da busca de "soluções de forma coletiva e a partir do território das relações" (Souto, 2022, p. 175). Nesse atual contorno do MTST, a agricultura urbana e periurbana parece emergir com a missão de, antes de tudo, auxiliar no sustento da luta ao sustentar os lutadores. Compreendamos, a seguir, um pouco mais sobre o espaço onde ela acontece: as ocupações.

1.2.2 Ocupações: territórios de resistência e invenção da cidade

Ocupações são assentamentos precários realizados por pobres urbanos de modo informal, autônomo e gradual (Paolinelli & Canettieri, 2019). Elas podem

ocorrer de forma espontânea e difusa, sem a condução de uma liderança específica; podem resultar da ação de um agente loteador, no caso de ocupações mercantilizadas; ou controladas por facções criminosas. Neste trabalho, tratamos de ocupações realizadas por movimentos sociais, no sentido de Zibechi (2012), nas quais a organização coletiva é anterior à entrada em terrenos ociosos que não cumprem a função social da propriedade urbana¹³ prevista em lei, agindo como forma de denúncia ao poder público e de reivindicação do direito à moradia digna determinada pela Constituição.

As ocupações são um fenômeno intrinsecamente relacionado ao crescimento das desigualdades nas cidades. Dentre suas principais causas estão a especulação de terras urbanas e expansão do mercado imobiliário, a segregação socioespacial e racial, a violência financeira no acesso à moradia, o déficit habitacional, o desemprego e a precarização do trabalho. É evidente ainda a atuação ineficiente do Estado, por meio do desmonte ou ausência de políticas públicas integradas e efetivas para a promoção do bem-estar e retirada dos grupos vulnerabilizados da estagnação social.

Diante desse quadro, perpetua-se a inacessibilidade ou deterioração de bens e serviços necessários para a reprodução da vida pela população em condição de pobreza ou extrema pobreza, forçada a ocupar e se estabelecer em terrenos irregulares, públicos ou privados; em áreas de risco de desabamento, deslizamento e alagamento; ou em áreas de proteção ambiental. Esses assentamentos irregulares caracterizam-se por tipologias construtivas que incluem casas autoconstruídas, habitações de madeirite e pequenas construções de alvenaria (Lacerda *et al*, 2019). Tais indivíduos vivem sem nenhuma segurança jurídica de posse sobre sua moradia, nem segurança do

¹³ De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001), “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2o desta Lei” (Brasil, 2001). Assim, o cumprimento da função social da propriedade urbana diz respeito à provisão de moradia, trabalho, circulação, lazer, promoção de educação e cultura, preservação do meio ambiente, etc.

ponto de vista físico (Rede Nossa São Paulo, 2022), configurando o que Rolnik (2019) caracteriza como uma situação de “transitoriedade permanente”.

A pandemia por COVID-19 tornou esse problema ainda mais grave. De acordo com dados da Prefeitura de São Paulo, o número de ocupações na cidade cresceu 136% entre fevereiro de 2020 e setembro de 2022, contabilizando um total de 516 aglomerados monitorados pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) (Lucca, 2022). Realidade que diz respeito a um contingente de 97 mil famílias vivendo em assentamentos irregulares só em São Paulo (Vilas Boas, 2022).

Segundo Paolinelli & Canetti (2019, p. 832), e em concordância com Miraftab (2016) e Soares (2019), esse cenário excludente, característico do urbanismo neoliberal, acaba por desencadear tanto a informalidade habitacional quanto a organização popular em busca de direitos, o que circunscreve os assentamentos organizados como "forma de luta urbana no contexto da urbanização no capitalismo periférico". Na cidade de São Paulo, dentre os principais movimentos sociais por moradia popular cuja forma de atuação se dá prioritariamente por meio de ocupações organizadas estão o MTST, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), o Movimento de Moradia do Centro (MMC), a Frente de Luta por Moradia (FLM) e as Brigadas Populares.

Simões, Campos & Rafael (2017, p. 39) reforçam que "o MTST é um movimento popular que tem como fundamento de sua existência a ocupação". Esses assentamentos são levantados em grandes terrenos abandonados, públicos ou de particulares, em regiões periféricas ou hiperperiféricas¹⁴, com infraestrutura básica inicialmente restrita a ligações clandestinas de água e luz.

¹⁴ O termo periferia é empregado comumente para designar regiões do entorno urbano habitadas por população de baixa renda, com grau variado de inserção urbanística e acesso a serviços públicos (Torres, 2004). Hiperperiferia ou fronteira urbana são conceitos recentes que dizem respeito a um tipo particular de periferia. São áreas de alta degradação urbana e concentração de pobreza, intersticiais (como as favelas) ou nas franjas da cidade, com forte crescimento demográfico, nível de desemprego elevado, baixa escolaridade, maior proporção de pretos e pardos, com predomínio de assentamentos precários, marcadas por conflitos fundiários intensos e elevado grau de vulnerabilidade socioambiental (Torres, 2004).

Figura 07: Ocupação Lélia Gonzales, em abril de 2022, em Santo André.



Fonte:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=102232382552925&set=a.102232379219592>

Tais áreas podem estar tomadas por matagais, apresentar solo contaminado ou ainda acúmulo de lixo, entulho e sobras de ocupações anteriores, além de abrigarem animais peçonhentos. Eventualmente, é possível que esses terrenos incluam área de preservação permanente (APP) e/ou reserva legal.

A chegada das famílias e da militância acontece na madrugada. Na escuridão, trazem varas de bambu e lona preta para a acelerada montagem das tendas, que depois se converterão nos barracos simbólicos¹⁵, movidas a café quente e panelões de sopa. Uma cozinha improvisada, “o coração da ocupação”, dá suporte à empreitada. Esse é o primeiro espaço operacional a ser construído num terreno ocupado (Moraes, 2020). Além de fornecer refeições, o local

¹⁵ Representam o direito à moradia durante a ocupação.

torna-se também ponto de encontro, de disseminação de informações e de encaminhamento dos afazeres na ocupação nascente.

Figura 08: Montagem de barracos na Ocupação Copa do Povo, em Itaquera.



Fonte:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/sp-sem-teto-ocupam-terreno-particular-em-itaquera,add5c60f360c5410VgnVCM300009af154d0RCRD.html>

Em seguida, os barracos de madeirite e lona, já no tamanho padrão 2m x 2m ou 3m x 3m, são divididos em setores ou grupos chamados "Gs" (exemplo: G1, G2, G3...), que correspondem aos bairros das ocupações. Inicialmente, cada "G" congrega, em média, 350 barracos, além de possuir uma coordenação, um banheiro e uma cozinha. Também conhecidas como as cozinhas dos "Gs", chefiadas principalmente por mulheres – as "tias da cozinha" – os espaços de preparação de alimentos atendem às famílias acampadas, servindo três refeições diárias e ainda o café das equipes que realizam a trilha (ronda noturna) durante a madrugada. Assim, as cozinhas vão se consolidando como importantes locais de sociabilização e tomada de decisões.

O terreno ocioso transmuta-se em espaço de sobrevivência e de organização coletiva, com a definição dos coordenadores dos "Gs" e da coordenação geral da ocupação, representada por um ou dois moradores eleitos. Com o passar do tempo e a consolidação da ocupação, o número de barracos por "G" diminui

significativamente. Por outro lado, por meio da prática cotidiana e constante do trabalho de base, a formação política cidadã vai se fortalecendo:

O trabalho de base, que é falar todos os dias nas comunidades, é a luta por moradia, é a função dos nossos setores. São os advogados que se construíram no movimento, organizaram a brigada jurídica e irem lá fazer mutirão jurídico pra contribuir nas comunidades. São os profissionais de saúde que se articularam e se juntaram ao movimento, irem lá nas comunidades fazer o mutirão de saúde. É a turma que trabalha com cultura, com educação, com formação, com pedagogia, ir lá e fazer os cursos de formação. Se dispôs a pegar duas horas de trem pra ir lá no fundão de Mauá, pra poder estar lá no grupo e conversar com as pessoas, trocar uma ideia. Esse trabalho de base é essencial. E, a partir disso, a gente tem que se desdobrar pra disputa de futuro, pra disputa de rumo da sociedade. Porque o outro lado tá disputando (Boulos, fala gravada em evento da Escola de Trabalho de Base, em 23 de novembro de 2022).

É comum serem as mulheres as coordenadoras dos movimentos dos sem-tetos e também as grandes lideranças das ocupações e acampamentos, uma das consequências do trabalho de base (Oliveira, 2010). A entrada na luta possibilita a elas encontrar propósito, politização, identidade e compreender as opressões que sofreram. Nesse sentido, Luisa Souto (2022, p. 269) identifica um processo de feminização do MTST e a eclosão de um "feminismo do chão de barro", "perspectiva que aglutina a potência presente da existência e nas ações das mulheres que vivem e constroem o movimento enquanto mulheres sem-teto".

Fabiana Ribeiro (2018) ressalta que a resistência, que brota em situações onde a dignidade é posta em jogo, exige o encontro com o outro, sendo necessário conhecer e se reconhecer na experiência do outro. De acordo com a autora, é na prática socioespacial da resistência que a consciência sobre a expropriação e sobre a desigualdade ganha densidade.

Ao transformar reação em ação, o indignado de vítima passa a sujeito da luta, inventando respostas e encontrando saídas. Dessa maneira, aquela prática de resistência primeira, forjada no âmbito do lugar e da vida cotidiana, estende-se para uma

escala mais ampla na qual o encontro com o outro, que padece de situações de expropriação semelhantes, é fundamental para o reconhecimento, bem como para a construção de estratégias de resistência. (Ribeiro, 2018, p. 59).

Figura 09: Cozinha improvisada na Ocupação Copa do Povo, em Itaquera.



Fonte:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/sp-sem-teto-ocupam-terreno-particular-em-itaquera,add5c60f360c5410VgnVCM300009af154d0RCRD.html>

Em função da criminalização dos movimentos de moradia, os sem-teto podem ficar sujeitos a despejos e operações de reintegração de posse¹⁶, muitas vezes executadas com truculência pela Polícia Militar ou Polícia Ambiental, os quais geralmente agem sem plano de realocação dos acampados e/ou acompanhamento dos órgãos de assistência social obrigatórios. Ressalta-se ainda a eventual pressão que essas famílias podem sofrer por parte de facções criminosas, "tornando mais aflitiva a situação de precariedade em que vivem" (Véras, 2016, p. 197).

¹⁶ O setor jurídico do MTST busca auxiliar a consolidação da ocupação desde a entrada no terreno, além de acompanhar os processos de reintegração de posse e de tentativa de criminalização do movimento, dando suporte aos moradores das ocupações e comunidades.

Boulos (2014) reforça que "ocupar não é crime", é uma necessidade dos trabalhadores sem-teto que, por essa via, exigem o cumprimento da função social da propriedade e reivindicam legitimamente o direito à moradia digna, reagindo à lógica de cidade imposta pelo capital.

É evidente, porém, que as ocupações organizadas não são uma "ilha do paraíso" e nem poderiam ser. Nelas se enfrentam os mesmos problemas que no conjunto da periferia. Mas, com uma proposta de resistência, elas mostram que a organização coletiva dos trabalhadores é capaz de fazer o que o Estado não faz. E apontam para a perspectiva de uma nova lógica de organização do território, definida pelo interesse coletivo da maioria e não pela sede de lucros dos especuladores e empreiteiros (Boulos, 2014, location 862).

A costura das relações dentro das ocupações, por sua vez, enfrenta inúmeros e complexos desafios. Passam a conviver juntos, nas condições acima descritas, famílias pauperizadas e marginalizadas, não raro com histórias de exposição cumulativa a diversos tipos de riscos. O perfil social costuma ser, em sua maioria, de pessoas com baixo grau de escolaridade, trabalhadores informais ou desempregados, às vezes com experiências anteriores de despejos. Muitas das famílias são chefiadas por mães solo que se dividem entre afazeres para garantir renda, cuidar dos filhos e dos idosos. Também são frequentes casos de indivíduos que chegam à ocupação apresentando quadros de depressão e comprometimento da saúde mental e/ou dependência química, associados a sentimentos de rejeição, inutilidade, invisibilidade e humilhação social (Boulos, 2016).

Este contingente constitui parte significativa da base social do movimento sem-teto. Denominados como "acampados", relacionam-se de modos distintos com o assentamento: um grupo de fato lá habita, enquanto agentes do cotidiano da ocupação; o outro é composto por militantes que também fazem a luta a partir do território, realizando ali inúmeras atividades, mas que residem em casa de parentes ou num espaço alugado.

Assim, diante da ausência flagrante do Estado em suas vidas, o suporte do movimento social – oferecendo acesso à alimentação, abrigo, acolhimento, vivência coletiva cotidiana, formação política e cidadã e participação social – acaba sendo a oportunidade para a reconstrução de seus projetos de existência e a brecagem de uma iminente situação de rua. É, portanto, nessas circunstâncias de risco, precariedade e incerteza, mas também de resgate da autoestima, solidariedade e resistência, que as hortas coletivas das ocupações organizadas pelo MTST são criadas e mantidas.

1.2.3 Cozinhas Solidárias: práticas espaciais insurgentes

Recentemente, o MTST ampliou sua pauta, incorporando à luta por moradia o combate à fome e a luta pelo Direito à Alimentação, por meio de práticas como a agricultura urbana e periurbana, objeto de estudo deste trabalho, e também das Cozinhas Solidárias, instrumentos de segurança alimentar e nutricional e de soberania alimentar nos territórios em que estão presentes. Tendo em vista sua relevância para o movimento e a incidência em política pública de âmbito nacional, importa aqui comentar brevemente sobre as Cozinhas Solidárias do MTST.

Essa ação tem origem em 2020, durante a pandemia de COVID-19. Naquele período agudo de crise sanitária, as famílias de trabalhadores também enfrentavam a generalização do empobrecimento e da fome decorrente das escolhas políticas, sociais e econômicas dos governos de extrema-direita de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022) (Lunardon, 2023). Diante desse cenário, em 2020, o MTST decidiu distribuir cestas básicas em seus territórios de ocupação, viabilizadas pela Campanha de Solidariedade Sem-Teto. Contudo, o agravamento da degradação das condições materiais de vida da população fez com que o movimento social percebesse rapidamente a insuficiência dessa prática. Os trabalhadores atendidos, em geral, não possuíam meios para cozinhar os alimentos recebidos nas cestas, pois não tinham condições financeiras de pagar pelo elevado preço do gás de cozinha (De Sordi, 2023).

Figura 10: Cozinha Solidária do Jardim Estádio, em Santo André.



Fonte: Autoria própria.

Em 2021, motivado por essa penosa realidade socioeconômica, mas também habilitado pela experiência acumulada com as cozinhas coletivas dentro de suas ocupações (Souto, 2022), o MTST deu início à implantação de Cozinhas Solidárias em centros urbanos e periferias de diversas cidades brasileiras, as quais distribuem almoços diários e gratuitamente para famílias de baixa renda e pessoas em situação de rua (Cozinha Solidária, 2022). Em fevereiro de 2025, quatro anos após sua criação, 59 Cozinhas Solidárias do MTST operam em todo o Brasil, mantidas por meio de campanha online para arrecadação de recursos¹⁷ (*crowdfunding*) e doações de alimentos providas por simpatizantes, parceiros e produtores agrícolas, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que colabora com o fornecimento de produtos agroecológicos. É comum ainda que várias dessas unidades mantenham pequenas hortas em seu terreno para o abastecimento interno com hortaliças, ervas e temperos.

¹⁷ Ver <https://www.cozinhasolidaria.com/>

O inegável impacto dessa tecnologia social, alcançado com a distribuição de seis milhões de marmitas às vésperas do projeto completar quatro anos, acabou sendo reconhecido pelo governo federal que, em 2023, dentre um conjunto de políticas públicas¹⁸ de combate à insegurança alimentar, criou um programa de apoio a cozinhas coletivas e comunitárias em todo o país (GOV.BR, 2023b).

Figura 11: Preparação de marmitas na Cozinha Solidária do Jardim Estádio, em Santo André.



Fonte: Autoria própria.

Tendo como principal característica a construção popular em nível territorial, as Cozinhas Solidárias do MTST extrapolam a função primordial de oferecer refeições gratuitamente¹⁹, configurando-se como um espaço político de

¹⁸ As Cozinhas Solidárias tornaram-se política pública por meio da Lei n. 14.628, de 20 de julho de 2023, que recria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e institui o Programa Cozinha Solidária, com o intuito de fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população, preferencialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Guilherme Boulos (PSOL), na condição de deputado federal, foi o relator do projeto de lei (Lei, 2023).

¹⁹ O caráter multifacetado das Cozinhas Solidárias foi registrado no documentário "Não existe almoço grátis" (2023), dirigido por Marcos Nepomuceno e Pedro Charbel, que conta a história das militantes Jurailde, Socorro e Bizza. Líderes da Cozinha Solidária do MTST em Brasília, elas foram responsáveis pelo preparo de refeições diárias e distribuição gratuita para centenas de pessoas que viajaram para assistir à posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023. O filme reúne relatos dessas três mulheres sobre suas trajetórias e engajamento no MTST, nos quais elas se reconhecem mais politizadas, fraternas,

convivência, de cuidado, de cultura, de educação, de atendimento jurídico e de promoção da saúde pública por meio de diversas atividades planejadas em conjunto com as comunidades onde estão inseridas (De Sordi, 2023). Elas também movimentam o comércio daquela região, tornando-se um “equipamento importante na quebrada”, segundo uma de suas coordenadoras.

Outro aspecto importante, assim como verificado nas ocupações, são as mudanças subjetivas, individuais – como a politização, a reelaboração da identidade e o senso de pertencimento – e os vínculos que se estabelecem entre as cozinheiras, relações que muitas vezes perduram “mesmo depois da chave”, ou seja, da conquista do apartamento. A esse respeito, Lene Souza, a poeta do MTST, assim destaca a importância das Cozinhas Solidárias:

Porque reúne elementos de ancestralidade, amor, segurança alimentar, mas, principalmente, histórias de mulheres que aprenderam direitos, que entenderam o processo de empoderamento, não só a partir do cozinhar, que já é um ato de amor, mas de poder lidar com o universo. Eu estou alimentando essa companheira que preciso dela a todo tempo, não só na beirada do fogão, mas é a que me dá o colo na hora do choro, é com quem realmente vou discutir os meus perrecos, que vou desabafar das relações duras da vida, é aquela que conhece os meus segredos (Lene, fala gravada em evento na Funarte SP, em 4 de dezembro de 2024).

As Cozinhas Solidárias do MTST podem ainda ser reconhecidas como o que Souza (2010) define enquanto “práticas espaciais insurgentes protagonizadas por movimentos sociais”. Partindo do conceito de prática espacial de Lefebvre (1991), compreendida como uma projeção “no terreno” de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, Souza (2010, p. 24-5) focaliza os processos de mudança na sociedade, priorizando o que caracteriza como “práticas espaciais que se vinculam a uma perspectiva de transformação emancipatória da realidade socioespacial – em uma palavra, à práxis”.

autoconfiantes e capazes de dar novos contornos a suas vidas após o ingresso no movimento e atuação na Cozinha Solidária.

Ribeiro (2018), por sua vez, destaca a resistência como prática socioespacial. Nesse sentido, é possível encarar as Cozinhas Solidárias do MTST como “espaços diferenciais”, núcleos de criatividade social onde a cidade é vivida e inventada a partir da periferia, atuando na contramão do que é dominante. Apoiando-se nos conceitos de “práticas espaciais insurgentes” (Souza, 2010) e “práticas socioespaciais de resistência” (Ribeiro, 2018), Lunardon reconhece as cozinhas comunitárias organizadas por movimentos sociais de luta pela terra e moradia como resistência urbana cotidiana periférica:

O que o espaço, material e relacional, ocasionado pelas trocas cotidianas na cozinha propicia é a demonstração prática que tanto a superação de dificuldades, quanto a possibilidade de uma melhoria de vida advém da organização coletiva. Criando brechas na cotidianidade hegemônica, as cozinhas comunitárias inserem uma maneira nova de relacionar-se uns com os outros e com a cidade que habitamos. Uma maneira na qual a solidariedade coletiva e reflexiva é a via de regra para as relações, compreendida como horizonte de convivência desejado para o futuro, mas ao mesmo tempo atualmente praticado, aos moldes de uma utopia experimental (Lunardon, 2023, p. 116).

Na perspectiva das práticas insurgentes de Miraftab (2016, p. 367), as Cozinhas Solidárias seriam “instâncias do fazer a cidade, como exemplos de pessoas planejando o seus próprios futuros”, nos quais um “urbanismo humano” é corporificado.

1.3 Agricultura urbana e periurbana: rumo à transição necessária

De acordo com o Relatório Mundial das Cidades 2022, elaborado pela ONU-Habitat, as áreas urbanas abrigam 55% da população mundial, e esse número deve crescer para 68% até 2050. Ainda segundo esse documento,

uma visão emergente para um futuro otimista nas cidades é aquela que incorpora um novo contrato social na forma de renda básica universal, cobertura universal de saúde, habitação e serviços básicos. A visão emergente deve buscar tornar as cidades mais equitativas, mais verdes, mais baseadas no conhecimento e resilientes em múltiplas dimensões (United Nations Human Settlements Programme, 2022, p. xvii).

O desafio, portanto, não poderia estar mais claramente enunciado. Repensar as cidades é imperativo. Não só pelo contingente populacional que se avoluma nas regiões urbanizadas, num fenômeno agora global – exigindo toda sorte de infraestrutura, inclusive massiva provisão de alimentos –, mas também pela obrigação ética de se promover condições dignas de reprodução da vida a seus habitantes. Caso contrário, como também vaticina o Relatório, "a pobreza urbana e a desigualdade se tornarão endêmicas" (*Ibid.*, p. xix). Diagnóstico não muito distante do que já se constata em algumas áreas de países em desenvolvimento.

No mundo pós-pandêmico, esse quadro se agudizou, tornando a produção e o acesso a alimentos saudáveis a partir da cidade uma necessidade urgente (Graziano da Silva, 2021), demanda que coloca em xeque a dependência exclusiva de abastecimento de produtos com origem em áreas rurais afastadas, valorizando circuitos curtos agroalimentares e produtores locais (Braz, 2017). Reforça ainda a agenda da soberania e segurança alimentar e nutricional; do consumo de alimentos livres de agrotóxicos; da redução de custos de saúde pública relacionados à má nutrição; do aumento da agrobiodiversidade e variedade microclimática das cidades; e de uma maior autonomia dos consumidores urbanos em relação ao agronegócio e às indústrias alimentícia e supermercadista (Mauad e Marcos, 2016; Costa e Lago, 2023). Nesse cenário de impreterível reinvenção dos paradigmas produtivos, a agricultura urbana e periurbana²⁰ desponta como tática fundamental.

De acordo com a FAO (2023), a agricultura urbana e periurbana (AUP) diz respeito a práticas que fornecem alimentos e outros produtos através da

²⁰ De acordo com Nakamura & Ranieri (2021), neste trabalho, áreas urbanas são locais com maior concentração de construções verticais e infraestrutura típica do ambiente urbano, como iluminação elétrica, telecomunicações, ruas e avenidas asfaltadas, entre outros. Já as áreas periurbanas situam-se em uma zona de transição entre o urbano e o rural, apresentando dinâmicas próprias e um planejamento específico que não se aplica nem às áreas totalmente urbanas nem às totalmente rurais. Essas áreas frequentemente mantêm características rurais, como abundante vegetação, ruas de terra e maior espaçamento entre as edificações, além de interações entre os contextos urbano e rural devido à sua proximidade.

atividade agrícola (cultivo de plantas e criação de animais) e os processos a ela relacionados (transformação, distribuição, comercialização, reciclagem, etc.), realizadas em terra ou outros espaços nas cidades ou regiões vizinhas, oferecendo uma estratégia fundamental para construir a resiliência do abastecimento alimentar no meio urbano.

Nesta pesquisa, compactuamos com Daniela Almeida (2016) e entendemos esta modalidade agrícola também a partir da perspectiva de Henri Lefebvre (2001) sobre o direito à cidade, na qual essa prática não seria apenas um resquício do rural, fadada ao desaparecimento, mas parte do processo de produção, apropriação e transformação do espaço urbano e metropolitano. Nesse sentido,

a agricultura urbana é, ao mesmo tempo, criação e apropriação da cidade, envolvendo pessoas que não necessariamente possuem um passado rural nem possuem vínculos ou saberes rurais, mas que têm ocupações e inserções profissionais diversas que fazem emergir outros saberes em suas práticas. São experiências que buscam conhecimentos tradicionais mas também se alinham a tecnologias e conhecimentos próprios de contextos urbanos, gerando inovações sociais e desenvolvendo outros arranjos de consumo-produção (Almeida e Biazoti, 2018, n.p).

Convocando ainda Costa e Lago (2023, n.p.), a modo de síntese, a agricultura urbana e periurbana pode ser compreendida como “um campo de luta pelo bem viver na cidade”.

1.3.1 Variedade de formas de AUP: características gerais e tipologias

Segundo Mougeot (2000), os determinantes conceituais identificados na agricultura urbana são: tipos de atividade econômica (produção, processamento e comércio, com inter-relações); categorias de produtos alimentares/não alimentares e suas subcategorias (produções agrícolas diversas, como alimentos para consumo humano e animal, além de plantas ornamentais e agroindustriais, abrangendo tanto produção alimentar quanto não alimentar); caráter intraurbano e periurbano da localização (situada na cidade ou em suas franjas); tipos de áreas onde é praticada (localização, status

de desenvolvimento, modalidade de posse e categoria de uso do solo); tipos de sistemas (horta familiar, horta comunitária, jardins verticais, agricultura em telhados, cultivo hidropônico e aeropônico²¹); escala de produção (agricultura familiar, cooperativas e agricultura industrial); destinação dos produtos (autoconsumo ou produção comercial com integração com mercados locais, regionais e nacionais).

É importante lembrar que, embora a horticultura comunitária em áreas urbanas ofereça diversos benefícios ambientais, urbanísticos, sociais e de saúde pública para a população, sua implementação implica o risco de contaminação dos alimentos cultivados (Mauad e Marcos, 2016). Isso pode ocorrer devido à absorção de metais e contaminantes orgânicos resultantes de deposições atmosféricas intensificadas pela elevada circulação de veículos motorizados e por fontes fixas como indústrias, além da deposição de resíduos da construção civil e pelo uso de solos ou águas residuais e pluviais contaminadas.

Nakamura & Ranieri (2021) apontam que, quanto às tipologias, as práticas de agricultura urbana podem se caracterizar quanto ao envolvimento do Estado e à criação de políticas públicas, como revelam os perfis marginal, emergente, societal e estatal. O tipo marginal refere-se a locais onde a atividade é considerada ilegal e são inexistentes os programas de acesso à terra; não há suporte para acesso a mercados e serviços que integrem compostagem e agricultura; o cultivo ecológico limita-se a iniciativas isoladas e a educação e assistência técnica são insuficientes.

O tipo emergente ocorre em áreas onde a agricultura urbana sempre foi marginalizada nas políticas públicas, mas que tem recebido maior atenção, contando com algum apoio financeiro e institucional, ainda bastante incipientes. No tipo societal, a agricultura urbana é impulsionada, geralmente, por organizações não-governamentais (ONGs), cooperativas, empresas sociais,

²¹ No sistema de cultivo hidropônico, as raízes das plantas ficam na água, sendo alimentadas por soluções fertilizantes. Na aeroponia, as plantas são suspensas no ar e as soluções são borrifadas nas raízes. Tais sistemas são praticados em espaços fechados, chamados “fazendas urbanas”, com temperatura e luminosidade controladas (Nakamura e Ranieri, 2021).

organizações da sociedade civil e o setor privado. Nesses contextos, o acesso à terra é facilitado por programas municipais ou pela gestão de ONGs; a educação e a assistência técnica, bem como o suporte para acesso a mercados são disponibilizadas por ONGs e instituições de ensino superior; técnicas de agricultura ecológica são promovidas por serviços educacionais; e a integração com a compostagem é realizada através de iniciativas em rede (Nakamura e Ranieri, 2021).

Por fim, no tipo estatal há estrutura bem estabelecida, com colaboração entre o governo local, organizações da sociedade civil e o setor privado. Nesse modelo, existem programas voltados para o acesso à terra e uma educação robusta dedicada à assistência técnica, fornecida por meio de programas governamentais, ONGs e universidades; serviços educacionais incentivam técnicas de agricultura ecológica; o suporte para acesso a mercados é promovido por ações governamentais e não governamentais; e a integração com a compostagem ocorre por meio de ações em rede (Nakamura e Ranieri, 2021).

É comum ainda encontrarmos classificações que se amparam especificamente nos objetivos da prática da agricultura urbana, distinguindo-a nas vertentes: institucional (hortas cultivadas em escolas, universidades e centros de pesquisa), ativismo (promovem experiência de integração comunitária, proporcionando diversos benefícios para a cidade e o meio ambiente); e geração de renda (realizadas por agricultores que buscam sustentar-se com essa atividade ou aumentar seus ganhos) (Nakamura *et al*, 2015).

Quanto às técnicas empregadas, as iniciativas de agricultura urbana podem adotar o cultivo convencional, orgânico ou agroecológico. A agricultura convencional, sistema conhecido como "Revolução Verde", é um processo que implica a monocultura, emprega sementes híbridas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, drogas veterinárias e maquinário pesado (Ribeiro *et al*, 2012). De

acordo com Steenbock (2021), essa maneira convencional moderna de fazer agricultura produz os seguintes efeitos colaterais:

i) a desterritorialização, alijando fisicamente os agricultores de seu metabolismo com a natureza; ii) a invisibilidade desses sistemas [*agrícolas tradicionais*] como produtivos e resultados de saberes e fazeres tradicionais centenários ou milenares, o que invisibiliza inclusive políticas de pesquisa, ensino, extensão e crédito para sua continuidade; e iii) a promoção dos pacotes tecnológicos hegemônicos, reduzindo o capital natural e aumentando a dependência dos agricultores ao capital financeiro (Steenbock, 2021, p. 60).

Consequências deletérias associadas ao êxodo rural, à concentração de terra e à contaminação ambiental. A agricultura orgânica, em contraponto, não utiliza agrotóxicos, resultando em alimentos mais saudáveis, sem causar danos ao meio ambiente. Pode adotar a rotação de cultura e adubação verde, favorecendo sistemas de produção biodiversos (Carias, 2021; Souza e Tavares, 2021). Os desafios da agricultura orgânica, entretanto, incluem a necessidade de acesso a insumos específicos, o que pode dificultar a conversão para esse sistema. Aspectos como comercialização e processo de certificação também podem ser complexos e/ou onerosos, desestimulando pequenos produtores.

O debate sobre vantagens e obstáculos do sistema de produção agrícola orgânico ganhou visibilidade nos últimos tempos. Com objetividade e fidelidade a sua postura contracolônica, o agricultor e pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 101), o Nêgo Bispo, argumentava: "se o pobre não pode comer, não é orgânico. Orgânico é aquilo que todas as vidas podem acessar. O que as vidas não podem acessar não é orgânico, é mercadoria – com ou sem veneno".

A agroecologia, por sua vez, diz respeito a um conjunto de "princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis" (Altieri,

2008, p. 21). Para Gliessman (2001), a agroecologia significa a aplicação dos princípios e conceitos de ecologia ao planejamento e manejo de agroecossistemas sustentáveis, com foco no empoderamento do agricultor. Para Shiva (2016), um sistema agroecológico que sustenta a vida é composto por três economias: a economia da natureza (biodiversidade e conservação do meio ambiente); a economia das pessoas (comunidades que produzem o que precisam e que cuidam de seus membros); e a economia do mercado (trocas e interações entre pessoas e não entre corporações), as quais juntas formam a economia da sustentabilidade.

No senso comum, é frequente que as afinidades entre a agricultura orgânica e a agroecologia compliquem a distinção entre ambas. Souza e Tavares (2021), entretanto, esclarecem que:

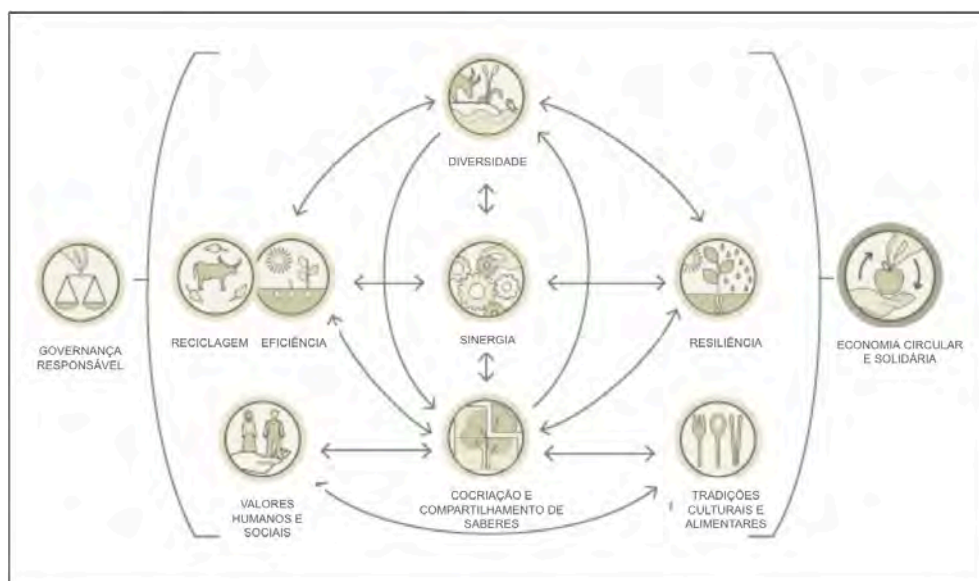
Enquanto a agricultura orgânica tem sido conceituada a partir da base técnica natural, que substitui o pacote tecnológico da agricultura convencional, a agroecologia fortalece tais elementos na transição para uma agricultura mais sustentável, mas ao mesmo tempo situa um processo de transição política na forma como tratamos a questão da agricultura. Ou seja, mudamos as relações de poder consolidadas em determinados territórios, garantindo autonomia a camponeses na construção de seus meios de sobrevivência (Souza e Tavares, 2021, p. 47).

É daí que se consolida o entendimento sobre a agroecologia não apenas como prática e ciência, mas também como movimento (Guterres, 2006; Altieri, 2008; Souza e Tavares, 2021; Luiz, Silva e Biazoti, 2021). Ao se contrapor a um sistema agroalimentar associado ao agronegócio e à reprodução de capitais em esfera global, a agroecologia

busca associar a pequena produção – camponesa, familiar, popular, de povos e comunidades tradicionais – ao universo das práticas e saberes de agricultora/es enraizados em seus territórios, produzindo alimentos de qualidade, sem agrotóxicos e fertilizantes químicos, com importantes implicações sobre a saúde e segurança/soberania alimentar da população (Costa e Lago, 2023, n.p.).

Fica evidente, então, porque a agroecologia é essencialmente diferente de outras abordagens para o desenvolvimento sustentável. Ela se baseia em processos de baixo para cima e territoriais, ajudando a oferecer soluções contextualizadas para problemas locais. As inovações agroecológicas fundamentam-se na cocriação do conhecimento, combinando ciência com o conhecimento tradicional, prático e local dos produtores. Como já mencionado, ao aumentar sua autonomia e capacidade de adaptação, a agroecologia empodera produtores e comunidades como agentes-chave de mudança. Em vez de apenas ajustar as práticas de sistemas agrícolas insustentáveis, ela busca transformar os sistemas alimentares e agrícolas, abordando as causas dos problemas de forma integrada, fornecendo soluções abrangentes e de longo prazo. Isso inclui um foco explícito nas dimensões sociais e econômicas dos sistemas alimentares, com forte ênfase na luta por direitos e políticas de bem estar social para quem produz comida de verdade no Brasil: mulheres, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, assentados, neoruralistas, agrofloresteiros, camponeses e agricultores familiares (Azevedo, 2019). Esses fatores e suas interações são representados graficamente no quadro a seguir, concebido pela FAO (2018).

Quadro 01: Os 10 Elementos da Agroecologia.



Fonte: Adaptado de FAO (2018).

Desse modo, a agricultura urbana e periurbana de base agroecológica, ao questionar o modelo de agricultura dominante e reivindicar o redesenho dos sistemas agroalimentares, constitui-se, cada vez mais, como um tema crucial para os territórios urbanos e para a sociedade brasileira em urbanização e não apenas como uma problemática rural ou da economia nacional (Almeida, 2016).

1.3.2 Breve cenário da agricultura urbana e periurbana em São Paulo

Nas duas últimas décadas, a agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo tem se desenvolvido significativamente em suas mais diversas expressões, contextos e escalas, em decorrência, dentre outros fatores, da pressão da sociedade pela criação de legislações e políticas para o setor, bem como do ativismo comunitário. Esse engajamento tem mobilizado pessoas de diferentes estratos sociais, em bairros centrais e em regiões periféricas, abarcando cooperativas, quintais urbanos e hortas coletivas em espaços privados e públicos, dedicados à produção de hortaliças, legumes, frutíferas, plantas medicinais e temperos destinados à comercialização ou ao autoconsumo, além de trocas e doações.

A agricultura urbana e periurbana em São Paulo tornou-se alvo do interesse das autoridades na década de 1980, quando o governador Franco Montoro lançou projetos de hortas em terrenos públicos ociosos. Essas iniciativas, no entanto, não tiveram continuidade. Só a partir de 2004, com a criação do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo (Proaurp) e de leis municipais relacionadas aos temas da segurança alimentar e nutricional e do Novo Plano Diretor, que a atividade começou de fato a fazer parte da agenda da gestão pública local (Mauad e Marcos, 2016; Nagib e Nakamura, 2020).

As hortas urbanas como prática ativista em São Paulo começaram a se difundir no início do século XXI, com o surgimento da rede Hortelões Urbanos, cujo intuito inicial era debater a produção de alimentos na cidade e dar vazão a um desejo ativista de implementar ações práticas em espaços públicos (Mauad e

Marcos, 2016; Nagib, 2016). Importa registrar que a agricultura urbana como ativismo comunitário teve suas origens em Nova York, nos Estados Unidos, no final da década de 1960, num contexto onde a contracultura dialogava com o movimento orgânico, o ambientalismo e o feminismo (Mauad e Marcos, 2016).

Nas periferias de São Paulo, e especialmente na Zona Leste, há mais de 15 anos grupos atuam organizando mutirões de permacultura²², como a Rede Permaperifa e o Movimento de Agroecologia Urbana da Cidade de São Paulo (MUDA), em regiões como Itaquera, Ermelino Matarazzo, Mooca e Penha (Carvalho, 2021).

De acordo com Nagib & Nakamura (2020), a agricultura urbana e periurbana em São Paulo é percebida como uma forma de promover a inclusão social, o combate à fome, o uso de terras ociosas, a educação e revitalização ambiental, a alfabetização alimentar, a geração de emprego e renda, o incentivo à solidariedade e à cooperação comunitária, recebendo fomento por meio de leis e programas municipais²³ desde 2004.

Instituída pelo decreto nº 61.042, de 9 de fevereiro de 2022, a Coordenadoria de Agricultura (CA) é responsável por implementar ações para o desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) da Prefeitura de São Paulo. Tem como objetivo "promover a inclusão produtiva, segurança alimentar, emprego e renda, através do fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, promoção da conservação do solo, água e vegetação nativa, fomento a transição para sistemas orgânicos e agroecológicos de cultivo, e desenvolvimento das iniciativas comunitárias e educacionais de agricultura na cidade" (Coordenadoria, 2022, n.p).

²² Concebida pelos cientistas australianos Bill Mollison e David Holmgren, a permacultura é uma abordagem que emprega o design como ferramenta para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza.

²³ Para conhecer os programas em curso, ver site da CA (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/coordenadoria_de_agricultura/index.php?p=153588).

O projeto Sampa+Rural²⁴ é exemplo de uma dessas iniciativas no âmbito do poder público. Sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), a plataforma faz o mapeamento das zonas rurais existentes na cidade de São Paulo e disponibiliza dados sobre onde comprar produtos locais, quem são os agricultores e quem comercializa essa produção. Dois espaços do MTST estão ali cadastrados: a horta comunitária do Condomínio Dandara²⁵ e a horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.

No âmbito federal, em 12 de setembro de 2023, foi instituído o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana²⁶, resultado da articulação de quatro Ministérios, com o objetivo de promover, entre outras ações, a agricultura sustentável nas cidades, o acesso à alimentação adequada e saudável da população urbana, a inclusão socioeconômica e geração de renda e o combate à insegurança alimentar.

1.3.3 Ativismo e promoção da saúde a partir das hortas urbanas

Tendo em vista a heterogeneidade e relevância das práticas de agricultura urbana e periurbana que se apresentam na cidade de São Paulo, nos concentramos, neste trabalho, na experiência de produção de alimentos saudáveis realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), com a implementação de hortas coletivas em suas ocupações nas periferias e hiperperiferias da cidade. Esses espaços são exemplos de manifestações que, de acordo com Almeida (2016), se contrapõem à urbanização industrial, promovendo modos de vida mais justos e sustentáveis a partir dos territórios populares.

²⁴ A plataforma também traz atrações turísticas ligadas à natureza e turismo rural, mostrando as características ambientais e econômicas dessas regiões. Ver: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/sobre>.

²⁵ O Condomínio Dandara, no Jardim Nova Vitória, um êxito do MTST, tem sua origem numa ocupação de mesmo nome organizada em 2015. O conjunto de apartamentos foi entregue a 216 famílias em março de 2021, viabilizado pelo programa governamental Minha Casa, Minha Vida – Entidades. De acordo com página no Facebook, os moradores demonstram cultivar com dedicação sua horta orgânica coletiva, exemplo do interesse do movimento em manter hortas comunitárias também nos territórios conquistados. Ver: <https://pt-br.facebook.com/dandaramtst/>.

²⁶ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11700.htm.

[...] a produção do espaço urbano não resulta apenas da intervenção dos proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e do Estado. Os sujeitos marginalizados também produzem espaço na cidade (Corrêa, 2016). Os movimentos de luta por moradia, assentamentos em regiões metropolitanas, favelas, cortiços e ocupações no centro da cidade são exemplos concretos das lutas cotidianas e da produção do espaço. Nestes locais, a prática da AU [Agricultura Urbana] redesenha o espaço e a paisagem urbana. Em lugar de terrenos ociosos, hortas comunitárias, praças e áreas de lazer. Em torno desses processos coletivos emergem os debates sobre: direito à alimentação saudável e adequada; qual cidade se quer e como construir o direito à cidade; violência urbana nas periferias; mobilidade urbana e saneamento ambiental. No campo simbólico, há a valorização dos saberes e das memórias ancestrais; das culinárias populares, das sementes crioulas; das plantas medicinais e das relações solidárias. Essas experiências nas cidades são ilhas de re-existência que inscrevem no espaço urbano outros modos de vida contrários à imposição do sistema capitalista (Luiz, Silva e Biazoti, 2021, p. 54).

Nesse sentido, como nos alerta Lefebvre (2001, p.111), "apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos". Harvey, por sua vez, reforça que "a metrópole é hoje o ponto de confronto – ousaríamos chamar de luta de classes? — em torno da acumulação de capital pela desapropriação dos menos favorecidos e do tipo de desenvolvimento que procura colonizar espaços para os ricos" (Harvey, 2013, n.p). A aliança entre a agricultura urbana e periurbana e os movimentos sociais manifesta-se, nesse sentido, como desencadeadora de protagonismo social, participação popular, mobilização comunitária e urbanismo humano e insurgente.

Tendo em vista o caráter interdisciplinar, Ribeiro e colegas (2012) reforçam que esse tipo de atividade só pode ser considerada como promotora da saúde se praticada à luz da agroecologia, em diálogo com o que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) propõe:

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Esse direito só poderá ser viabilizado se houver garantia de que os alimentos serão produzidos em sistemas agrícolas sustentáveis (Ribeiro *et al*, 2012, p. 382).

A preocupação com a alimentação saudável e equilibrada tem crescido em meio à predominância de alimentos processados e ultraprocessados. Frequentemente mais acessíveis do que alimentos frescos e de qualidade por sua praticidade e baixo custo, esses produtos industrializados contribuem para o fenômeno denominado "deserto alimentar", especialmente nas periferias das cidades brasileiras. Problema ligado à desigualdade social, uma vez que as populações mais vulneráveis são as que mais sofrem com a escassez de opções alimentares saudáveis (Nakamura e Ranieri, 2021).

Figura 12: Mutirão de colheita na horta da Ocupação Maria da Penha, em Guarulhos.



Fonte: @hortaurbana.mtst

Considerando as potencialidades da agricultura urbana e periurbana, da qual fazem parte aquelas associadas à realidade das hortas coletivas das ocupações de sem-teto, “o habitat humano urbano pode se tornar o centro responsável pela nutrição familiar, fomentando saúde, bem-estar e qualidade de vida em função desse uso combinado da moradia” (Magalhães e Brasileira, 2020, p. 671).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A realização desta pesquisa foi orientada pela costura de um conjunto de métodos, procedimentos e técnicas que dialoga com a forma como interpelamos a problemática estudada e o objetivo que se almejou alcançar. No topo desse quadro de referência está o método de abordagem dialético. Para Gil (2019, p. 14), "a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc". Lakatos & Marconi (1991), por sua vez, reforçam a contradição como elemento constituinte da mudança dialética. As pesquisas estruturadas com base nesse pressuposto visam a produção de saberes críticos e politicamente engajados, ancorando-se nas contradições existentes na sociedade capitalista, evidenciando as condições de vida e de opressão dos sujeitos, fazendo emergir suas histórias e experiências (Faermam, 2014).

Em sintonia com o método dialético, enfatizamos o caráter qualitativo desta investigação, assumindo uma postura epistêmica que privilegia a captação da realidade estudada em sua complexidade, profundidade e dinamicidade, distanciando-se da ótica positivista que enfatiza os procedimentos quantitativos (Krohling Peruzzo, 2017; Gil, 2019). Chizzotti (2003) observa ainda que a pesquisa qualitativa implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais, na intenção de alcançar "significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível" (Chizzotti, 2003, p. 224).

Para a realização desta investigação, foi necessário, contudo, o levantamento de informações relevantes para sua construção teórica, metodológica e argumentativa. Nesse sentido, dentre as técnicas utilizadas está a pesquisa bibliográfica, fundamental para se conhecer o fenômeno de estudo por meio de obras já publicadas (Lakatos e Marconi, 1991). As leituras realizadas

contemplaram livros e trabalhos acadêmicos concentrados nos seguintes núcleos temáticos: desigualdade social, segregação urbana, luta por moradia, MTST, resistência, construção coletiva, agricultura urbana e periurbana, agroecologia e segurança alimentar e nutricional.

A pesquisa documental foi empregada principalmente no que diz respeito à consulta a registros elaborados no contexto das ocupações e hortas, bem como à reunião de materiais de divulgação produzidos pelo MTST, impressos e digitais, e o acompanhamento das redes sociais do movimento e de suas principais lideranças, com especial atenção às publicações no Instagram relacionadas às hortas e às ocupações. Esse é um recurso complementar de obtenção de dados, como textos e imagens gerados pelo MTST, sem o constrangimento dos sujeitos por meio da observação ou das entrevistas.

Em paralelo ao esforço documental e bibliográfico, foi de fundamental importância a ida a campo e o convívio com os indivíduos e a realidade que se pretendia investigar. Subjacente ao método dialético e à abordagem qualitativa, identificamos a pesquisa participante (Krohling Peruzzo, 2017) como proposta metodológica profícua na produção de conhecimentos voltados às experiências populares, comunitárias, de grupos marginalizados e de movimentos sociais. Com raízes na pesquisa etnográfica tradicional (Brandão, 2014; Marietto, 2018), diferentes vertentes são identificadas no arco da pesquisa participante – observação participante, participação observante e pesquisa-ação –, com variação no grau de inserção do pesquisador no ambiente investigado e no papel que a comunidade desempenha no processo da pesquisa, sendo a pesquisa-ação a modalidade em que essa interação é a mais profunda (Krohling Peruzzo, 2017).

2.1 Postura em campo

No início de 2022, estabeleci os primeiros contatos com o movimento. Em maio, durante um evento da campanha de Ediane Maria (PSOL), coordenadora do MTST e então candidata à deputada estadual, conheci militantes do Setor

de Horta e Segurança Alimentar e demais ativistas que viabilizariam a minha presença nas ocupações. No mês seguinte, acompanhada por eles, eu fazia minha primeira visita à Ocupação Carolina Maria de Jesus, no bairro do Jardim Iguatemi, na Zona Leste de São Paulo.

De fato, em pouco tempo transitei dos contatos preliminares com o movimento à chegada nas ocupações. Não só por conta da determinação em estar em campo assim que possível, conhecendo de perto a realidade dos assentamentos e dos moradores, mas também pela solicitude com que fui recebida pelo Setor de Horta. Outro fato importante que contribuiu para a minha inserção nos espaços do MTST, e em especial, na Ocupação Carolina Maria de Jesus, foi o curso de extensão "O chão de Carolina", conduzido por Giovanna Milano e Guilherme Petrella, professores da UNIFESP e pesquisadores do grupo Transborda – Estudos da Urbanização Crítica, realizado em julho e agosto de 2022.

As atividades ocorreram no Instituto das Cidades e no centro comunitário da ocupação, com a participação de moradoras e moradores do assentamento, de militantes do setor de formação política do MTST e de estudantes da UNIFESP. Ali pude iniciar o meu entendimento sobre as dinâmicas relacionadas às desigualdades na produção da cidade e sobre como o movimento realiza a luta por moradia a partir do território. Conheci a história da ocupação, ouvi relatos das trabalhadoras e trabalhadores sem-teto sobre suas histórias de vida e seu cotidiano e aprendi muito com a forma respeitosa, simples e didática, principalmente durante a apresentação de aspectos técnicos sobre temas como conflitos fundiários urbanos, com a qual Giovanna e Guilherme dialogaram com o grupo. Essa experiência certamente me permitiu dar passos mais seguros e conscientes ao seguir na construção das etapas subsequentes do estudo em campo.

Minha posição foi autônoma no processo da pesquisa. Isso significa que o movimento – via coletivo de Horta ou militância – não participou ou interferiu na

definição de objetivos, nem no registro das informações ou na interpretação dos dados. O que faz com este estudo não se configure como pesquisa-ação, a qual prevê alto grau de envolvimento e parceria entre pesquisador e comunidade na produção do conhecimento (Brandão, 2014).

Em campo, e especificamente nas hortas, observei as rotinas cotidianas e as interações entre acampados, militantes e o ambiente, mas na maior parte do tempo trabalhei com elas e eles nos canteiros, nas atividades realizadas, parando apenas para fotografar o grupo em ação ou conversarmos informalmente. Concluído o serviço, almoçávamos juntos a refeição preparada pelas tias da cozinha coletiva da ocupação, cujos vários dos ingredientes haviam sido colhidos naquela manhã, e um pouco depois nos despedíamos, o que costumava ocorrer por volta das 15h.

Como a maioria dos militantes engajados nas hortas estavam cientes da minha condição de pesquisadora na área da agroecologia e da minha experiência amadora com plantio de orgânicos, era comum que me perguntassem sobre a validade ou adequação de uma determinada conduta ou técnica no canteiro: "Estou fazendo assim, isso está certo?". Tentei responder a essas questões de modo natural, sempre com a intenção de colaborar com o trabalho que estávamos realizando e dentro das minhas limitações, mas deixando claro que eu estava ali aprendendo com eles. Minha intenção era a de que, na medida do possível, a rotina fluísse de modo espontâneo, sem que o grupo se sentisse sob avaliação.

Ao longo de 15 incursões realizadas do período de um ano e três meses nas ocupações, especialmente na horta da Carolina, creio que construímos uma relação amigável, de troca e confiança. Além da participação nos mutirões daquela ocupação, frequentei outros assentamentos do MTST por conta de eventos como festas, reuniões, cursos, e nessas situações, geralmente atuei como observadora, interagindo em conversas espontâneas. Assim, minha atitude em campo oscilou entre observação participante e participação

observante (Lima *et al*, 1999; Krohling Peruzzo, 2017), visto que em alguns momentos me comportei como parte do grupo observado ao mesmo tempo em que o observava. Nessa condição dinâmica, busquei acompanhar e registrar as marcas de subjetividade dos sujeitos envolvidos, referentes a suas ações, falas, expressões e emoções (Alencar *et al*, 2012).

2.2 Coleta de dados e registro do campo

As informações coletadas durante o convívio nas ocupações foram registradas de formas distintas, dependendo da situação. Em ocasiões em que estava numa postura mais passiva, como observadora, fazia anotações *in loco* no diário de campo. Nos momentos em que a interação com a militância era mais intensa, como nos mutirões, realizei os registros escritos posteriormente, descrevendo em detalhes o ambiente, as situações e pessoas presentes, bem como minhas impressões sobre os eventos ocorridos, procedendo da mesma forma com o armazenamento das fotos. A documentação das atividades e da espacialidade das ocupações por meio de fotografias também foi amplamente utilizada. Por vezes, também gravava comentários breves em áudio, mas buscava ser discreta quanto à anotação de dados quando estava na companhia de muitas pessoas.

A horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus foi o espaço agrícola do MTST que acompanhei com maior frequência, desde que iniciei as visitas em agosto de 2022. Essa horta, criada meses depois do nascimento da ocupação, em 14 de maio de 2021, possuía então uma comissão local de acampados, composta em sua maioria por mulheres, e era assistida por militantes do setor designados para dar suporte especificamente aos territórios da Zona Leste. Dentre as quatro hortas que visitei até o final de 2023 – as demais foram Nova Canudos (Taipas, Zona Norte), Elza Soares (Cidade Tiradentes, Zona Leste) e Lélia Gonzales (Campestre, Santo André) – a horta da Carolina, a mais antiga das quatro, era a que apresentava uma produção de alimentos com maior constância e diversidade. A delimitação do campo deste estudo, portanto, priorizou o acompanhamento das dinâmicas da horta coletiva da Ocupação

Carolina Maria de Jesus. No processo de caracterização dos espaços agrícolas visitados, registrei informações referentes a seus aspectos gerais, adaptados das propostas de Mougeot (2000) e Nakamura & Ranieri (2021), com dados colhidos a partir da observação, participação em mutirões e de conversas com a militância atuante naqueles locais.

Quadro 02: Aspectos gerais de caracterização das hortas coletivas do MTST.

VOCAÇÃO	Autoconsumo Geração de renda Doação
LOCALIZAÇÃO	Nome da ocupação e endereço Bairro/Distrito/Zona Características socioeconômicas e ambientais da região Distância do centro da cidade de São Paulo
ESPAÇO, INSOLAÇÃO E SOLO	Área da horta em m ² Localização da horta dentro do terreno da ocupação Quantidade de canteiros Histórico de uso do solo do local
RESPONSÁVEIS E EQUIPE	Coordenação da equipe regional do Setor de Horta Coordenação da comissão local de acampados Membros da equipe regional do Setor de Horta Membros da comissão local de acampados Interação entre comissão local de acampados e Setor de Horta Eventuais apoiadores
MANEJO	Sistema/técnica empregada (orgânica/agroecológica/consorciada) Atividades (preparação da terra, cobertura dos canteiros, plantio, adubação, irrigação, controle de pragas, colheita) Ferramentas Manutenção do espaço e consertos na infraestrutura Rotina diária e mutirões Planejamento e monitoramento da produção
ESPÉCIES CULTIVADAS	Plantas comestíveis, aromáticas, medicinais e não convencionais

Fonte: Autoria própria.

Em paralelo, o levantamento de dados também se deu por meio de entrevistas, técnica na qual valores, sentimentos e condições estruturais são reveladas por meio da palavra em situações de diálogo entre sujeito e pesquisador (Alencar *et al*, 2012). Após a autorização do Comitê de Ética da UFSCar, dei início à realização das entrevistas presenciais semi-estruturadas em agosto de 2023,

com o uso de gravador de áudio na maioria delas, salvo quando me era feito o pedido de apenas anotar as respostas. Os perfis dos entrevistados foram os seguintes: a) responsável pelo Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST; b) dois membros do Setor de Horta atuantes na Ocupação Carolina Maria de Jesus; c) três membros da comissão local de acampados da horta da Ocupação Carolina Maria de Jesus; d) coordenadora da Ocupação Carolina Maria de Jesus; e) coordenadora de uma unidade da Cozinha Solidária. Assim, temos um grupo heterogêneo, composto por sujeitos que integram a base social do movimento e por aqueles que ingressaram no MTST pelas brigadas. No texto, faz-se referência aos entrevistados por meio de pseudônimo. Eventuais comentários feitos por esses e outros indivíduos, em conversas espontâneas em campo, foram mencionados em pontos específicos da dissertação, sem a identificação de seus autores.

É importante ressaltar que numa pesquisa qualitativa, o fator determinante quanto ao levantamento de dados é a qualidade das informações reveladas pelos sujeitos, e não sua quantidade. Nesse sentido, a delimitação de entrevistados foi definida pela saturação teórica, resultante da exaustão da interação campo e pesquisador, quando este constata já dispor de dados suficientes para aprofundar a teorização (Alencar *et al*, 2012).

O roteiro de entrevistas não foi constituído de perguntas fechadas, mas de orientações e temas a serem contemplados durante a conversa. Os assuntos abordados diziam respeito a dados pessoais; breve história de vida; ingresso no MTST; chegada à ocupação e engajamento nas hortas; atividades e interações sociais mantidas com e nas hortas; impacto das hortas nas dimensões pessoal e coletiva; rotina alimentar; sonhos pessoais e para a cidade. O aprofundamento em cada um desses tópicos deu-se também em função do interesse e personalidade de cada entrevistado, não só por conta dos diferentes graus de familiaridade que cada um mantinha com os canteiros, mas também em função das distintas realidades vividas por essas pessoas.

Embora a intensa relação afetiva com o movimento tenha ficado clara nos depoimentos de todos os entrevistados – era comum ouvir falas como "O MTST é tudo pra mim" – isso era ainda mais forte dentre aqueles próximos ao cotidiano das ocupações, para os quais o movimento parece operar como renovação de sentido de vida, para além da luta por moradia. Percebi também o quanto a observação participante foi fundamental no processo de levantamento de dados, pois ficou evidente o quanto a convivência espontânea no dia a dia da ocupação e nos mutirões me permitiu acessar falas, expressões, emoções e atitudes das e dos acampados e militantes que tanto confirmavam quanto contradiziam ou complexificavam os depoimentos obtidos via entrevista. Situação que, por mais que eu buscasse tornar tranquila e natural, costumava ser tensionada em alguma medida pela formalidade da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou a presença do gravador ligado. Alguns deles, por insegurança ou desconfiança, recusaram o convite para uma conversa reservada, optando por apenas interagir comigo e os demais nas atividades na horta e na ocupação. Ironicamente, essas mesmas pessoas costumavam se abrir espontaneamente sobre seu passado e percepções da realidade em meio aos canteiros. Levo esses aprendizados, no sentido de aperfeiçoar minha vivência em campo em futuras pesquisas.

Com a articulação dessas técnicas de levantamento de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação participante/participação observante, e entrevistas semi-estruturadas, acreditei encadear um aparato metodológico que me possibilitou capturar de modo satisfatório a realidade empírica e a experiência dos sujeitos com os quais convivi durante a fase de coleta de informações para este estudo.

Como último comentário a respeito da pesquisa de campo, acrescento que, ao final dessa etapa, tomei contato com o conceito de “campo-tema”, cuja origem está na perspectiva pós-construcionista da psicologia social (Spink, 2003; Kroeff, Gavillon & Ramm, 2020). Sinteticamente, segundo essa abordagem, o campo – e no caso específico desta investigação, a ocupação e a horta – não é

exclusivamente o local onde o tema pode ser visto “como se fosse um animal no zoológico”, mas apenas uma parte da territorialidade do campo-tema. Nesse sentido, enquanto pesquisadores, nós também fazemos parte do campo, do processo e de seus eventos no tempo.

O campo-tema, como complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço criado – usando a noção de Henri Lefebvre (1991) – herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação. [...] Campo portanto é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes (Spink, 2003, p. 28).

Embora a ótica do campo-tema não tenha sido a cumeeira para a qual convergiram os esforços metodológicos deste trabalho, reconheço-me em certa medida assumindo inconscientemente essa postura ao longo deste estudo, perspectiva na qual desejo me aprofundar em futuras investigações.

2.3 Análise e discussão dos dados

Fechando o quadro teórico-metodológico deste trabalho, empregamos a hermenêutica-dialética como técnica de análise qualitativa das informações coletadas por meio dos procedimentos já descritos (Minayo, 2002).

A articulação da hermenêutica com a dialética é um importante caminho para fundamentar pesquisas qualitativas, na medida em que é possível valorizar as complementaridades e divergências entre elas, dentre as quais podem-se destacar: ambas trazem a ideia do condicionamento histórico da linguagem, das relações e das práticas; ambas partem do pressuposto de que não há observador imparcial; ambas questionam o tecnicismo em favor do intersubjetivismo da compreensão e da crítica; ambas estão referidas à prática estruturada pela tradição, pela linguagem, pelo poder e pelo trabalho; ambas concorrem para a "aproximação da verdade" investigada. No entanto, enquanto a hermenêutica enfatiza o consenso, a mediação e o acordo, a dialética se

orienta para a diferença, o contraste, o dissenso e a crítica (Alencar *et al*, 2012, p.245).

Identificados com a visão epistêmica proposta pela hermenêutica-dialética, apresentamos a seguir as etapas que estruturam seu processo analítico (Alencar *et al*, 2012; Minayo, 2002):

a) organização dos dados: realiza-se o mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo, sendo feita a transcrição literal das gravações, organização dos relatos, dos dados da observação participante e a subsequente leitura preliminar de todo esse material.

b) classificação dos dados: neste momento, é realizada a leitura exaustiva do acervo de dados empíricos, com o objetivo de identificar as ideias centrais sobre o fenômeno estudado, encontrando assim os núcleos de sentido, ou seja, ideias relevantes que emergem das falas e registros do campo. A título de exemplo, o quadro abaixo esquematiza a matriz interpretativa que se arma nesta etapa.

Quadro 03: Modelo de matriz interpretativa a partir dos dados empíricos da pesquisa.

NÚCLEOS DE SENTIDO	ENTREV.1	ENTREV.2	ENTREV.3	ENTREV.4	SÍNTESE HORIZONTAL
Impactos da horta na alimentação dos acampados					→
Impactos da horta na convivialidade dentro da ocupação					
SÍNTESE VERTICAL	↓				

Fonte: Autoria própria.

Os dados empíricos são confrontados a partir da síntese horizontal de cada núcleo de sentido e também da síntese vertical. A síntese horizontal permitirá identificar convergências, divergências, complementaridades e diferenças das falas de cada entrevistado,

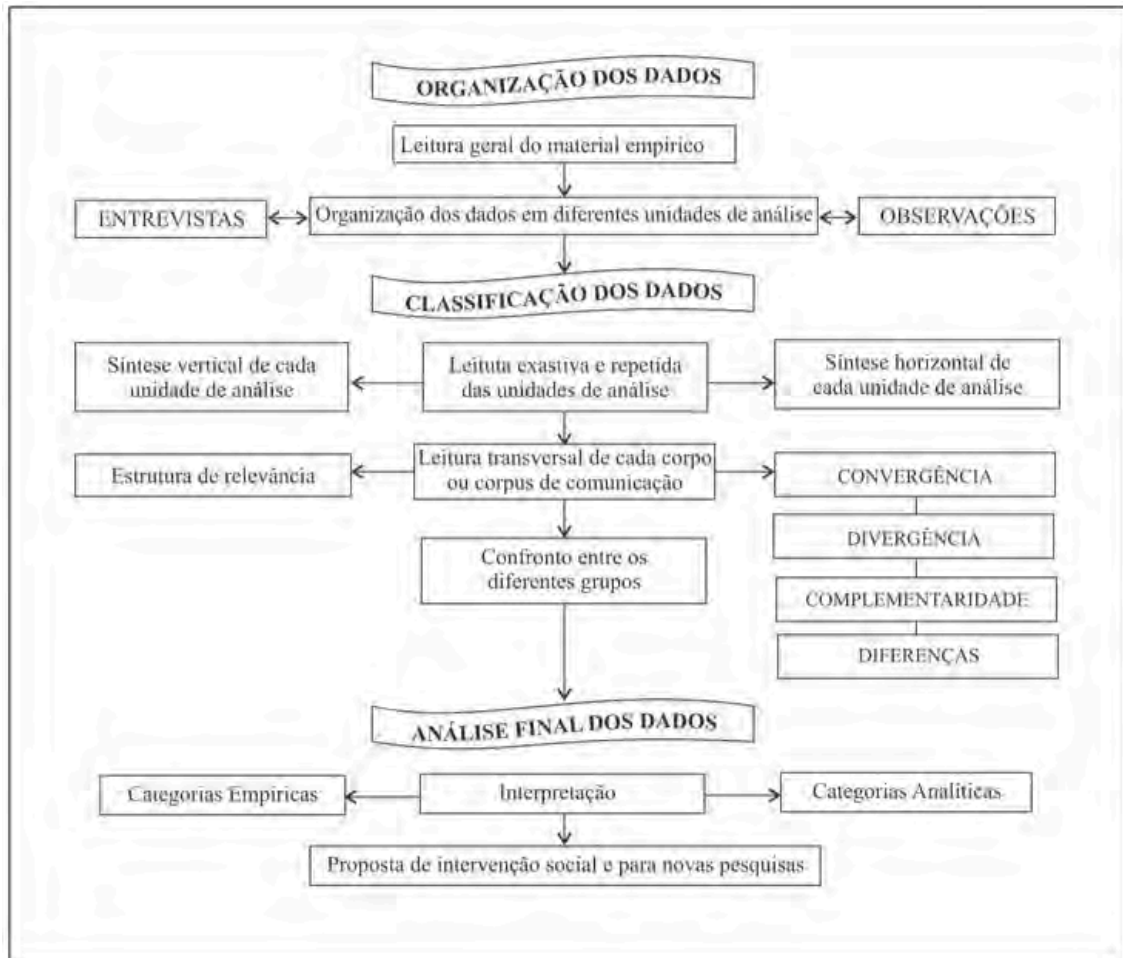
bem como os registros da observação em campo e dos documentos selecionados. A síntese vertical, por sua vez, condensará o posicionamento de cada entrevistado sobre os núcleos de sentido.

c) análise final: esta etapa consiste na triangulação do material empírico (falas, observação e documentos) e do referencial teórico, promovendo assim relações entre a teoria e a prática. Resulta dessa operação não apenas a compreensão do fenômeno estudado, como preconiza a hermenêutica, mas também o reconhecimento de conflitos, discordâncias, transformação e movimento, que dizem respeito à proposta dialética.

O quadro na página seguinte, elaborado por Assis & Jorge (2010), apresenta o fluxograma das etapas e procedimentos que acabaram de ser descritos.

Com a triangulação, segundo Maria Cecilia Minayo (2002) e outros autores, é possível se chegar a uma crítica à interpretação inicial do pesquisador após a coleta de dados, e mesmo a uma autocrítica acerca de suas pressuposições anteriores ao próprio estudo, negando e sintetizando por meio do percurso dialético, em face da reconstrução histórica e de outros saberes, os preconceitos existentes na base da pesquisa. Dessa forma, o método proporciona "não só uma rediscussão dos postulados de um estudo em desenvolvimento, mas, principalmente, da postura do próprio pesquisador e suas convicções" (Reis Netto e Chagas, 2019, p. 11). Aporte que nos parece benéfico para todos os envolvidos no trabalho investigativo e para a própria ciência.

Quadro 04: Desenvolvimento da análise hermenêutica-dialética.



Fonte: Assis & Jorge (2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Decorrentes da prática da agricultura urbana e periurbana, as hortas coletivas do MTST têm produzido, sem o uso de agrotóxicos, verduras, legumes, tubérculos, frutas, ervas aromáticas e medicinais. Desse modo, as famílias acampadas e residentes nos territórios do movimento – ocupações e condomínios em periferias de várias cidades do Brasil – têm acesso, de forma gratuita, a ingredientes frescos e de qualidade, com significativos benefícios à alimentação. Nesse sentido, consta-se que, a partir de 2021, a agricultura urbana e periurbana realizada na Região Metropolitana de São Paulo ganha em diversidade e complexidade produtiva, territorial e política, com a atuação sistemática do Setor (também chamado Coletivo) de Horta e Segurança Alimentar do MTST SP.

Acompanhemos a seguir, uma narrativa exploratória e introdutória sobre o início dessa experiência agrícola institucionalizada dentro do movimento de sem-teto, com foco em ocupações e cujo recorte temporal vai até o final de 2023, coincidindo com a chegada de novos atores na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus. Importa ressaltar ainda que não há aqui qualquer intenção de esgotar o tema, de estabelecer verdades, de cristalizar versões ou de consagrar personagens, territórios e iniciativas em detrimento de outros, mas de apresentar os resultados de uma trilha de investigação que busca contribuir com informações sobre um fenômeno ainda pouco examinado, fundamentada nos dados coletados durante esta pesquisa. A agricultura realizada pela militância sem-teto é um campo vasto, instigante e prodigioso, e esperamos que este seja apenas um entre inúmeros estudos a se debruçarem sobre o assunto.

3.1 Semeadura: a horta Chico Mendes na Ocupação Esperança Vermelha e a criação do Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST SP

O cultivo espontâneo de alimentos em assentamentos urbanos é uma atividade estreitamente relacionada com a própria lógica de ocupar um terreno, como atesta Antônia (nome fictício), militante do Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST:

Desde que tem ocupação, vai ter alguém que sabe cultivar e vai ter uma hortinha. Ou vai ter uma hortinha de medicinais, ou ter umas manivas plantadas, ou uns milhos plantados, sempre teve. Toda ocupação que você for, mesmo que não tenha uma horta organizada, atrás de um barraco vai ter uma hortinha (Antônia, militante do Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST, em entrevista à autora em 2 de agosto de 2023).

Esses pequenos e despretensiosos plantios, para além da necessidade imediata de incremento nas refeições e do cuidado com a saúde, dão também testemunho da continuidade de uma forma ancestral de relação do homem com a terra em que pisa e com a natureza. É no começo de 2019, entretanto, que a discussão sobre segurança alimentar e nutricional cresce dentro do MTST, inclusive em função de fatores conjunturais. Era início do governo Bolsonaro, o qual, durante a campanha eleitoral no ano anterior, havia defendido "tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro", bem como "retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81" (O Caminho, 2018, n.p).

Por outro viés, numa decisão com impactos desastrosos no que diz respeito à garantia do direito básico à alimentação, Bolsonaro retirou do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) a atribuição de orientar o governo federal sobre as políticas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional²⁷. Frente a essas e outras decisões autoritárias e mórbidas do presidente eleito, o movimento passou a concentrar-se na

²⁷ Por meio da Medida Provisória 870, de 1º de Janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro alterou as disposições da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Losan), que visa garantir o direito humano à alimentação adequada (Mazui, 2019). Em 28 de fevereiro de 2023, o presidente Lula, no início de seu terceiro mandato, assinou a autorização para a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) (GOV.BR, 2023a).

elaboração de estratégias voltadas ao fortalecimento de redes de solidariedade em favor dos mais pobres, antevendo um cenário de agudização da insegurança alimentar.

Dentre elas, destaca-se a Campanha Nacional de Arrecadação de Alimentos – Periferia Sem Fome. Entre abril e junho de 2019, o MTST organizou pontos de coleta em várias cidades em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Além da arrecadação de alimentos não perecíveis, era possível contribuir financeiramente por meio de *crowdfunding* (vaquinha online). As doações foram destinadas às famílias moradoras de ocupações e comunidades acompanhadas pelo MTST (MTST, 2019).

A gente ficou um pouco mais prudente, porque era o governo Bolsonaro. Porque ele nos denominou como terroristas, invasores terroristas, e que ele ia limpar o Brasil dos vermelhinhos do MST e do MTST. Então a gente foi fazer trabalho da Periferia Sem Fome, que é rodar a [avenida] Paulista, ficar na Paulista no final de semana, arrecadando alimentos para alimentar o povo da periferia, que a nossa leitura é que o povo ia sofrer [...] E assim a gente continuou, foi quando a gente começou a falar do lado da segurança alimentar, né? Esse ponto do movimento foi muito forte e começou assim, com a Periferia Sem Fome. (Flávia, moradora da Ocupação Carolina Maria de Jesus, em entrevista à autora em 12 de agosto de 2023)

O relato acima é de Flávia (nome fictício), militante oriunda da base social do MTST, quando ingressou em 2014 como acampada na Ocupação Copa do Povo, em Itaquera, Zona Leste de São Paulo, e, à época da entrevista, estudante de licenciatura como bolsista do Programa Universidade Para Todos (Prouni). Com experiência na coordenação de ocupações, em 2023 Flávia passou também a atuar no setor de formação política do MTST. Ela conta sobre contatos que contribuíram para o experimento de uma horta coletiva na Ocupação Esperança Vermelha, na Cidade Tiradentes, Zona Leste:

No final de 2018, eu participei de um seminário no centro de São Paulo que tinha mulheres de toda a América Latina.

Conheci uma agrônoma chamada Vivian [Franco], da SOF, Sempreviva Organização Feminista. A gente trocou um monte de ideias e eu falei assim, olha, a gente pretende fazer um canteiro de chás medicinais lá na porta da Tereza de Benguela, você não queria aparecer lá não? Será que você vai se eu te chamar? Ah, companheira, eu vou! Camarada, né, ela é muito bacana. Se chama, elas vão, não tem preguiça, sabe, estrelismo, elas vão mesmo. Aí eu pensei bem, olha, a gente tem uma ocupação chamada Esperança Vermelha que tá no comodato²⁸, tem tanta terra parada, e lá dá coisa. Só que precisa de uma forcinha. Vamos sim! (Flávia)

Antônia, ingressante no MTST em 2018, por meio das brigadas regionais²⁹, também comenta sobre as articulações iniciais para a criação de uma horta comunitária na Esperança Vermelha:

Você ia pras brigadas para construir o trabalho de base na região. Eu fui pra Zona Leste. A gente foi para a Esperança Vermelha e perguntou pros acampados o que eles queriam de trabalho de base. Podemos dar esforço escolar, ter aula de línguas, a gente tinha tirado algumas coisas, mas o que predominou foi o pedido pela horta. Ter uma horta na ocupação. (Antônia)

3.1.1 Do desejo à ação coletiva: a construção da horta

Dada a favorabilidade ao tema, do qual emergem pelo menos esses dois fatos relatados, a primeira reunião na ocupação para o planejamento dos trabalhos aconteceu em 13 de abril de 2019. O primeiro mutirão, convocado para 18 de abril, serviu para limpar o terreno escolhido – uma área com pouco mais de 100 m², começando próximo às casas e descendo pelo lado da rua – revirar o solo, montar os canteiros e iniciar a construção da composteira e do minhocário, com a participação de acampados, brigadistas e apoiadores de fora do movimento.

²⁸ Um contrato de comodato de terreno urbano é um acordo temporário, registrado em cartório, entre duas partes, em que uma cede o uso de um terreno a outra sem cobrar nada, cabendo a ambas à obediência a cláusulas contratuais (Portal, 2023). Esse acordo, contudo, põe fim ao pedido de reintegração de posse e representa um avanço significativo na luta pela conquista efetiva do terreno pelos sem-teto.

²⁹ À época, a estrutura do MTST contava com os setores de organização, autodefesa, comunicação, jurídico, formação política e saúde.

Figura 13: Primeira reunião de planejamento e primeiro mutirão da futura horta da Ocupação Esperança Vermelha, na Cidade Tiradentes.



Fonte: @hortachicomendesmtst.

Figura 14: Material de divulgação do Curso de Horta Comunitária, com aplicação da identidade visual da horta Chico Mendes.



Fonte: @hortachicomendesmtst.

Figura 15: Comemoração no encerramento do Curso de Horta Comunitária.



Fonte: @hortachicomendesmtst.

De modo geral, o conhecimento sobre técnicas de cultivo e manejo por parte dos envolvidos era escasso, com ressalvas para alguns militantes e moradores da ocupação que vinham do meio rural e traziam a experiência da roça. “A gente não sabia plantar, ninguém sabia plantar direito. Foi um grupo que se formou pra fazer isso”, conta Antônia. Assim, em maio de 2019, realizou-se um curso de um dia inteiro sobre permacultura e agroecologia, conduzido pelas especialistas Nathalia Leter e Vivian Franco, reunindo acampados, brigadistas e militantes, com o objetivo de dar fundamento teórico e auxiliar nas atividades nos canteiros, a partir de informações introdutórias a respeito dos diferentes tipos de solo e as plantas que melhor se adaptam a cada um, cobertura vegetal, oficina sensorial, etc.

Os canteiros já estavam preparados, né. E a parte da tarde foi incrível, porque a gente trouxe todas as crianças pra elas plantarem. As crianças da ocupação e os filhos dos brigadistas, então juntou aquela galerinha, umas oito, nove crianças, todas elas foram plantar, mais os moradores da Esperança Vermelha. E a gente fez uma tarde muito gostosa, assim, parecia que tinha descido uma... não sei, cara, o ambiente, a atmosfera era diferente. Ligaram uma musiquinha lá no fundo, e o povo, aquela alegria, as crianças numa alegria de tacar a mão, o pé no barro, na horta, e foi muito especial, foi muito especial. A gente cortou as bananas, tinha muita bananeira, a gente fez

aquela trilha só de banana, né? E foi lindo esse dia, foi maravilhoso e foi, assim, a primeira atividade, tipo, oficial da política de hortas dentro do MTST. E aí batizamos a Horta de Chico Mendes. (Flávia)

O projeto começou a atrair a atenção da coordenação estadual e a ideia da implantação de hortas coletivas nas ocupações do MTST foi despontando como uma possibilidade para além de iniciativas isoladas. A presença de Guilherme Boulos no mencionado curso, fazendo uma fala à tarde, na Ocupação Esperança Vermelha, reforça a preocupação dentro do movimento, e também de seu interesse pessoal, com o tema da produção local de alimentos saudáveis de baixo custo, com gestão da própria comunidade.

Figura 16: Rega, instalação da cerca e manutenção da composteira na horta Chico Mendes.



Fonte: @hortachicomendesmtst.

No dia a dia, seis acampados se revezavam no manejo e manutenção, com o suporte de sete brigadistas e três militantes. Durante um ano, segundo Antônia, de um total de 33 pessoas, vinte se engajaram de fato. Além dos encontros com Nathalia Leter e Vivian Franco, a horta também recebeu visitas e contou com os saberes dos especialistas Arianne Azevedo, Eugênia Barbosa, André Caretta e Patricia Feyer. Com o incremento de infraestrutura – composteira, minhocário, sistema de irrigação, cercamento – a horta Chico Mendes, na ocupação Esperança Vermelha, prosperou:

Fizemos o curso, tiramos o canteiro, arrumamos, cercamos, plantamos, vimos as possibilidades de adubação. Por exemplo,

tinha um pasto do lado que a gente poderia usar o esterco do gado pra adubar. Mapeamos tudo o que a gente tinha na mão, conseguimos doações de mais de mil mudas e virou um hortão. (Antônia)

O primeiro mutirão de plantio aconteceu no início de maio de 2019 e no final de agosto ocorreu a primeira colheita de hortaliças. Dentre as várias espécies alimentícias cultivadas no local estavam o milho e o feijão crioulos, mandioca, abóbora, beterraba, jiló, quiabo, alface lisa e roxa e rúcula. A adubação natural era feita com chorume produzido pela composteira e o combate às formigas cortadeiras com um preparado de folha de mamona.

Figura 17: Diversidade de plantios na horta Chico Mendes.



Fonte: @hortachicomendesmtst.

Investindo na relação de pertencimento e em estratégias de divulgação, o grupo criou uma identidade visual para a horta. Em agosto de 2019, abriu perfis no Facebook (<https://www.facebook.com/hortachicomendesmtst>), atraindo 1,3 mil seguidores, e no Instagram (@hortachicomendesmtst), reunindo 579 seguidores. Fotos, vídeos e pequenos textos mostravam o desenvolvimento do espaço, ao longo de atividades cotidianas realizadas pelos acampados e dos

sucessivos mutirões de plantio, manutenção e colheita, buscando sempre contextualizar essas ações na Esperança Vermelha, e seus impactos na dieta da comunidade, no âmbito mais amplo do combate à fome nas periferias e do acesso universal à alimentação regular e de qualidade.

3.1.2 O Setor de Horta e Segurança Alimentar: reforço no combate à fome

É oportuno mencionar que, segundo Antônia, nesse cenário auspicioso da horta Chico Mendes, em setembro de 2019, foi instituído o Setor de Horta do MTST, tendo como responsável Josué Rocha, à época coordenador estadual do movimento, sendo feita a opção pelo cultivo livre de agrotóxicos. Além da Esperança Vermelha, definiu-se que esse grupo atuaria também no Montanhão, uma ocupação em São Bernardo do Campo, cuja horta não se desenvolveu em função da terra castigada do local, o qual, entre outros usos, havia funcionado como aterro da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A. Em 2021, após o encorajador resultado da campanha de Guilherme Boulos para a Prefeitura de São Paulo e com novos espaços agrícolas progredindo no MTST – como a horta do Condomínio Dandara – Antônia foi indicada por Josué para assumir a coordenação do Setor, que passaria a operar de forma regionalizada, como será detalhado no próximo tópico da dissertação.

De volta à Esperança Vermelha, em 2020, contudo, a ação começou a esmorecer. Flávia, que naquele ano estava morando na ocupação, conta que os acampados sozinhos não conseguiram levar a horta adiante: “Anda bem, anda bem, aí depois tenta pôr só na mão dos moradores, os moradores capengam, e depois o pessoal precisa ir lá, dar uma força”. Antônia acrescenta: “Essa horta acabou na pandemia, na pandemia ela foi morrendo. A gente ainda foi umas duas vezes, mas os acampados foram largando mão, muita gente foi embora, mudou de ocupação e virou um matão”.

A manutenção a longo prazo de uma horta comunitária, em condições favoráveis mínimas, costuma ser por si só um grande desafio (Nakamura e Ranieri, 2021). Atravessar e sobreviver àquele inédito ciclo de pandemia global

do coronavírus e de grave crise sanitária, com períodos de *lockdown* (confinamento), em circunstâncias de precariedade habitacional, econômica, alimentar e de saúde, provou-se uma missão muitas vezes impossível para famílias e comunidades pobres e periféricas no país. Em especial, estando à mercê de um presidente que “promoveu ativamente a disseminação da COVID-19 de modo a obter ganhos políticos” (Saad Filho, 2023, p. 217). Em seu último post no Facebook, em 14 de janeiro de 2021, reproduzido no Instagram, a horta Chico Mendes, em tom resiliente, dava testemunho das dificuldades enfrentadas pelos sem-teto:

A Esperança [Vermelha] vai além nesse momento de pandemia, onde plantar a própria comida, livre de veneno, se tornou um alento, para o povo da quebrada que vem sofrendo com a carestia no preço dos alimentos e falta de emprego (HORTA CHICO MENDES, 2021).

Considerados, portanto, os múltiplos impactos da pandemia sobre a rotina dos acampados, é necessário reconhecer que a questão do grau de engajamento dos moradores das ocupações nas atividades das hortas coletivas – aspecto determinante para o sucesso e longevidade dessas iniciativas – será uma constante, emergindo tanto nas primeiras entrevistas desta pesquisa, quanto na observação em campo e também na literatura especializada.

Retrospectivamente, é perceptível ainda a inexperiência do próprio Setor na orquestração dessa nova e complexa atividade dentro da ocupação e a ansiedade por resultados rápidos em favor da melhoria da alimentação dos moradores:

Na época, a gente não tinha muita ideia de que a gente tinha que organizar o povo para fazer a horta. A gente queria chegar fazendo. O nosso erro era querer que a coisa aparecesse rápido. E a ideia era organizar o povo antes, depois tirar um mutirão, chegar com a proposta pra eles. A gente não teve muito isso. E acho que foi também uma coisa como solução para um problema que era o acesso à feira. Eles não tem muito acesso à feira, feira é caro, então era a solução para um problema que era ter uma variedade de comida. (Antônia)

Essa breve experiência de horta coletiva em ocupação urbana, contudo, com suas virtudes, fragilidades e aprendizados, oscilando entre entusiasmo-abundância e desmotivação-dispersão, certamente teve papel importante no lastro de uma nova frente de trabalho de base dentro do movimento, fomentada por conexões solidárias entre diferentes atores (acampados, militância e colaboradores externos), que ganharia reforços com a regionalização do Setor de Horta e Segurança Alimentar.

Figura 18: Postagem no Instagram da horta Chico Mendes, em 14 de janeiro de 2021.



Fonte: @hortachicomendesmtst.

3.2 Germinação: a regionalização do Setor de Horta e Segurança Alimentar e a horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus

Em novembro de 2022, num evento da Escola de Trabalho de Base para a arregimentação de novos brigadistas, Boulos comentou sobre os coletivos recém-criados no MTST e seu papel na construção do movimento e de um “projeto de esquerda de longo prazo”:

Parte de vocês dizer o que cada um pode se disponibilizar para contribuir na construção social, no território, no movimento, numa construção setorial, numa área onde você atua. Por exemplo, nas brigadas passadas apareceram vários arquitetos e urbanistas. E a gente criou o setor de arquitetura do MTST que está ajudando pra caramba a fazer os projetos de moradia do movimento. [...] Apareceu gente que tinha um interesse forte, não era por formação diária necessariamente, com o tema da agroecologia, com o tema ambiental. E a gente organizou o Setor de Horta do MTST, que faz hortas urbanas, agroecológicas em ocupações e conjuntos habitacionais nossos. (Boulos, fala gravada em evento da Escola de Trabalho de Base, em 23 de novembro de 2022)

Mencionado por Boulos como uma das recentes inovações internas do movimento, o Setor de Horta e Segurança Alimentar opera na Grande São Paulo. Possui uma coordenação e grupos territoriais para atuar nas ocupações situadas nas periferias das Zonas Norte, Sul e Leste do município de São Paulo e em cidades do ABC paulista (Santo André e São Bernardo do Campo) e Guarulhos. Cada um desses grupos são compostos em média por três a cinco militantes vindos das brigadas, os quais trabalham em conjunto com comissões locais formadas pelos acampados, ou seja, o pessoal da base, e ainda com eventuais apoiadores externos, interessados em colaborar nos mutirões, oficinas e rodas de conversa nas hortas das ocupações. Essas atividades coletivas se dão principalmente aos sábados e domingos, ficando a manutenção durante a semana, em especial a irrigação diária, essencial para a resiliência das hortas, a cargo dos acampados que moram na ocupação.

3.2.1 Regionalizar para organizar melhor: o Setor vai a campo

A atuação territorial do coletivo dessa forma regionalizada, com equipes de militantes e brigadistas dedicadas a hortas/ocupações em localidades específicas, passou a ocorrer em 2021, como relata Antônia:

Essa regionalização propiciou cada espaço ter um coordenador de horta que vira uma referência e que consegue articular com as organizações de cada ocupação ou das cozinhas e tudo mais, ele consegue se organizar melhor e construir muito mais. Então a regionalização virou um multiplicador. É uma coisa que isola um pouco a gente nos espaços. Quem tá na Sul nunca mais consegue ir pro ABC. Quem está no ABC nunca mais consegue ir para Norte. A gente tem sempre um encontro a cada três meses unificado justamente pra isso, para todas as pessoas do movimento se encontrarem, porque senão a gente não se encontra. Apesar disso, [a regionalização] também virou um multiplicador. Assim, a gente consegue se organizar melhor nos espaços. (Antônia)

Quadro 05: Hortas coletivas urbanas em ocupações do MTST na Grande São Paulo (situação em outubro de 2023).



Fonte: Autoria própria.

Desde sua criação em 2019, o Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST vem cultivando canteiros agrícolas em suas ocupações, com maior ou menor sucesso, o que depende de diversos fatores. Nosso levantamento identificou que, em outubro de 2023, o movimento acompanhava oito hortas em diferentes estágios de desenvolvimento, localizadas nas seguintes ocupações: na Zona Norte, Nova Canudos (Taipas); na Zona Leste, Carolina Maria de Jesus (Jardim Iguatemi) e Elza Soares (Cidade Tiradentes); na Zona Sul, Faixa de Gaza (Paraisópolis), Vila Nova Palestina (Jardim Angela) e Luisa Mahin (Parelheiros); em Santo André, Lélia Gonzales (Campestre); e em Guarulhos, Maria da Penha (São João).

Na prática, as ações regionalizadas do Setor, com equipes fixas responsáveis pela parceria nas atividades de produção de alimentos num assentamento específico, têm o propósito de atrair os acampados para a horta, a qual, antes de tudo, é uma instância de trabalho de base, e não apenas um lugar de exercício e difusão do conhecimento agrícola, da agroecologia ou da permacultura. Além disso, como reforça Antônia, esse trabalho precisa ser feito de modo respeitoso, pois “a gente está entrando na casa dos outros”. A ocupação é também o lugar da vida privada dos moradores.

A ideia não é a gente ir como Setor e fazer uma horta sozinho. É ir com os acampados e fazer horta com os acampados. Escutar as histórias deles, contar as nossas histórias pra eles e virar um lugar que eles entendam que a gente está com eles. Não para fazer um serviço, mas pra estar no dia a dia com eles, pra fazer uma construção com eles. (Antônia)

Mônica (nome fictício), ingressante no MTST nas brigadas de 2020, foi responsável pela implantação da horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, em 2021, quando coordenava o grupo territorial do Setor atuante na Zona Leste. Permaneceu nesta função até o final de 2022, quando seguiu para um outro coletivo dentro do movimento, com a coordenação do grupo da Leste sendo transferida para um colega. Na perspectiva da militância, ela descreve o trabalho nos canteiros do MTST como um processo de descoberta e experimentação, que envolve pessoas com distintos saberes e graus de

especialização, sendo poucos, naquela época, que possuíam formação em Biologia, Nutrição, Agroecologia e áreas correlatas, embora a troca dentro do grupo e a busca individual e coletiva por aprendizado e capacitação fosse constante. Ela reforça que a produção de orgânicos é um pressuposto da agricultura feita pelo movimento e, mais que isso, uma oportunidade para discutir sobre segurança alimentar e nutricional com a base, incluindo adultos e crianças, de resgatar conhecimentos tradicionais e trazê-los para as cozinhas das ocupações.

A manutenção das hortas conta ainda com a participação de voluntários externos ao movimento. As convocações para os mutirões e demais atividades aos finais de semana, como oficinas diversas e instalação/reparos de infraestrutura, são divulgadas ao público em geral prioritariamente pelo perfil do coletivo no Instagram (@hortaurbana.mtst), criado em janeiro de 2022, e que, em fevereiro de 2025, contabilizava pouco mais de 3200 seguidores. Os perfis das ocupações nas redes sociais também costumam ajudar nessa tarefa. Apoiadores mais assíduos recebem os informes antecipadamente por meio do grupo "Apoio Horta MTST", no Whatsapp.

Figura 19: Identidade visual do Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST SP.



Fonte: @hortaurbana.mtst.

De acordo com Antônia, o comprometimento dos apoiadores em geral é flutuante e sazonal. Quanto ao processo de brigadas, a atratividade inicial do Setor e do tema das hortas urbanas pode não garantir a efetivação de um grande número de novos militantes para o coletivo: “Quando a gente abre a

brigada, [o nosso] é um dos setores que mais tem procura. Quando a gente vai para o território, que o pessoal vê que é um trabalho braçal, duro, ele diminui”. Além disso, acrescenta: “A ocupação é longe, é caro para ir, porque são dois, três ônibus. Chegar lá é precário, é difícil. Muita gente vai deixando de ir, mas vai ter uma galera que fica”.

Figura 20: Fim de mutirão na Ocupação Carolina Maria de Jesus.



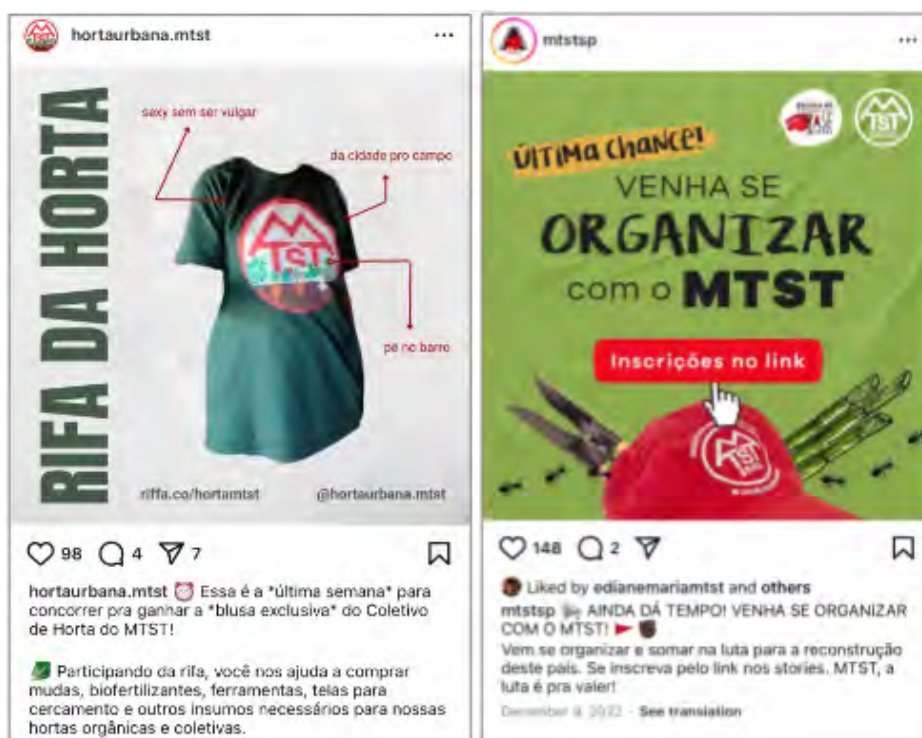
Fonte: Autoria própria.

Os deslocamentos dos militantes e brigadistas para as atividades nas ocupações e nas hortas costumam ser feitos em grupo, predominantemente via transporte público e carona. Para aqueles que avançam na militância, tem início uma edificante e árdua jornada de trabalho de base, que demanda, entre outras virtudes, inventividade e serenidade, no cenário adverso característico das periferias e dos assentamentos urbanos.

A vida do nosso povo é ralada. [A ocupação] é um espaço muito carente de tudo. Então quem chega, acaba vendo um lugar que precisa de um monte de coisa; que precisa de uma cisterna, que precisa de uma conversa sobre meio ambiente, que precisa de atendimento para vacina, que precisa de uma roda de conversa com as grávidas. A gente precisa de tudo isso. E quando a gente vê, a gente tenta abraçar todas as coisas ao mesmo tempo. A gente acaba vendo gente morrendo pelo caminho, indo embora pelo caminho, porque não dá conta, porque é frustrante. Então, como é que a gente tenta fazer as coisas? Uma coisa de cada vez. (Antônia)

A perseverança, portanto, é um valor do movimento e do coletivo de horta. Palavras de ordem consagradas como "MTST, a luta é pra valer!" e "Fé na luta, venceremos!" ganharam versões agroecológicas como "MTST, a luta e a horta são pra valer!", "Fé na horta, colheremos!" e "Fé na horta, comeremos!", as quais são proclamadas pelos militantes e apoiadores para garantir a motivação em meio ao trabalho pesado nos canteiros e na confraternização ao final dos mutirões, difundidas nas redes sociais do MTST.

Figura 21: À esquerda, rifa da camiseta da horta; à direita, convocação para ingresso de brigadistas em 2023, destacando, com imagens de cavadeira articulada e cana-de-açúcar, o envolvimento do MTST com a agricultura urbana.



Fonte: @hortaurbana.mtst.

Esse clima também se reflete na comunicação visual do movimento, que além da venda de camisetas da horta³⁰, cuja renda é revertida para financiar as ações do Setor, tem utilizado, em suas postagens online, grafismos relacionados ao imaginário agrícola, reforçando sua atuação na prática da agricultura urbana e periurbana e na promoção do acesso a alimentos sem veneno pela população periférica. Por meio da arrecadação de fundos ou doações são adquiridos insumos como sementes, mudas, biofertilizantes, materiais para cercamento, sombrite, pergolado e outros. Ferramentas agrícolas como enxada, enxadinha, pá, roçadeira, garfo, alicate, cavadeira articulada, rastelo e carrinho de mão, entre outras, pertencem, em geral, aos próprios moradores, militantes ou apoiadores.

Figura 22: A chef e ativista pela alimentação saudável Bela Gil em visita a território do MTST, em São Bernardo do Campo.



Fonte: www.facebook.com/guilhermeboulos

Observa-se também que o cultivo de hortas coletivas nas ocupações, em conjunto com tais "práticas de difusão" (Gohn, 1997, p. 266) em redes sociais e veículos de comunicação, em alguma medida auxilia na ampliação e no fortalecimento da referência do MTST nas e para além das periferias da cidade de São Paulo, na conquista de novos parceiros e simpatizantes célebres – e, porque não, de eleitores. Exemplo do que estudiosos dos movimentos sociais

³⁰ O coletivo também angaria recursos por meio de rifas e contemplações em editais.

chamam de "solidariedade social", recurso que dá "impulso à ação coletiva" e encoraja outros setores a apoiarem o movimento (Silva, 2018), o qual se revigora em capilaridade e popularidade.

Fenômeno semelhante ao ocorrido com o MST, que nos últimos tempos aproximou-se da cidade, viu sua marca conquistar o apreço de setores jovens e progressistas, cuja epítome é o uso do icônico boné vermelho, e parece desfrutar de maior aceitação por parte da classe média urbana adepta da alimentação saudável e do consumo de produtos orgânicos e/ou agroecológicos (Brigatti, 2022; Machado, 2023). Disposição esta que, se avançando para além do aspecto hedonista e cultural, e encarando a alimentação como um ato político, pode de fato agregar às trincheiras do apelo à comida de verdade para todos, a qual não ocorrerá sem uma reforma agrária popular (Azevedo, 2019).

Um tema estava totalmente fora da agenda das experiências do século XX: o tema ambiental. É impensável hoje falarmos de socialismo sem falar num outro modelo de desenvolvimento [...] Um modelo que estabeleça uma outra relação com a terra na agricultura, com a redução do uso de fertilizantes químicos e de agrotóxicos, com a valorização e fomento das experiências agroecológicas, que zere o desmatamento e preserve os territórios dos povos originários (Boulos *apud* Oliveira, 2022, p. 123).

Defendidas por Boulos como projetos indispensáveis na atualidade e vocacionados para a incidência em políticas públicas, em favor da segurança e soberania alimentar nos territórios populares e da melhoria da qualidade habitacional no meio urbano, as hortas mantidas pelo movimento são continuamente divulgadas nas redes sociais do MTST e de suas principais lideranças. Sendo utilizadas, inclusive, nos materiais de campanhas eleitorais das quais o movimento participa (em conjunto com o PSOL, no contexto da Revolução Solidária), quando entra em pauta a questão ambiental em articulação com o debate da desigualdade social e segregação urbana.

Em fevereiro de 2024, num documento que dava a tônica da militância para aquele ano, Rud Rafael, coordenador nacional do MTST, ratificava o caráter imprescindível da temática alimentar na luta por teto, trabalho e pão: “O agro não é pop, não é tech, e que é fundamental neste momento avançar na retomada das políticas de fortalecimento da agricultura familiar e expandir a agroecologia urbana como promotor de soberania nas periferias” (Rafael, 2024).

Figura 23: Guilherme Boulos, na época a caminho da disputa por uma vaga de deputado federal, propondo as hortas comunitárias como política pública.



Fonte: @mtstbrasil.

Destacando-se como um dos espaços agrícolas em assentamento mais bem sucedidos do MTST, em São Paulo, até o final de 2023, quando a pesquisa de campo deste estudo foi concluída, a horta comunitária da Ocupação Carolina Maria de Jesus apresentava diversidade de cultivos (hortaliças, leguminosas, tubérculos, temperos e ervas medicinais) e produção consistente, direcionada ao abastecimento das cozinhas coletivas, com atuação constante da comissão local de acampados. Ou seja, regularmente, a horta conseguia prover alimentos em quantidade significativa para o complemento das refeições dos

moradores, como saladas e legumes refogados no almoço, sendo de fato consumidos cotidianamente pelas famílias. Para uma compreensão contextualizada dessa experiência, observemos a seguir as condições socioterritoriais e urbanísticas em que ela está inserida.

3.2.2 Sentido Zona Leste: o Jardim Iguatemi e a Ocupação Carolina Maria de Jesus

Morador da Ocupação Carolina Maria de Jesus, Maurício (nome fictício), membro da comissão local da horta coletiva, conta que seu ingresso no MTST coincidiu com sua chegada no assentamento:

Eu conhecia o Sem Terra, ouvia muito falar no Sem Terra, mas o MTST eu não conhecia. Aí eu vi um movimento e as pessoas falando que aqui ocuparam... Não, falaram que invadiram, né? Eles falam que invadem. Aí falaram que invadiram o terreno, me deram um papelzinho e eu vim aqui dar meu nome, colocar o número no grupo do WhatsApp do MTST. E aí eu entrei aqui, fiz um barraquinho de 2x2, pequenininho, uma casinha de boneca. Só pra marcar o lugar simbólico e aí depois eu comecei a desanimar. Ah, isso aqui não vai pra frente não... Mas depois o ânimo apareceu. Eu pensei, já que eu sou sozinho, então eu vou caçar um cantinho lá pra morar. (Maurício, membro da comissão local da horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, em entrevista à autora em 12 de agosto de 2023)

As articulações que levaram à Carolina tiveram início no final de 2019, quando o MTST começou a reunir famílias que ainda não conheciam a luta por moradia com a intenção de fazer uma nova ocupação. Decretada a pandemia de COVID-19, em março de 2020, o movimento suspendeu as atividades presenciais, mas deu continuidade às interações por meio dos grupos de Whatsapp. Um militante comenta que é comum, nessa comunicação com a base, o uso de termos próprios do repertório cristão, como "Terra Prometida", "fé em Deus primeiramente, depois fé na luta", "porque o povo entende muito, tem muito crente, tem muito católico no nosso meio. É uma coisa que dá uma liga, eles prestam atenção".

Com o recrudescimento do ciclo pandêmico e das restrições impostas pela medidas de segurança sanitária, os grupos de Whatsapp refletiram de imediato as dificuldades dos trabalhadores informais e desempregados, os quais aprofundavam-se na vulnerabilidade socioeconômica e no risco de contágio.

A gente ia acalmando as pessoas no grupo e muitas delas falavam assim, olha, quando vocês vão vir? Porque eu tô precisando de um lugar, preciso sair, tô desempregada, tô devendo tanto aluguel, vou ser despejada, ou então, meu barraco alagou todo, eu moro aqui em cima do córrego. Realmente as pessoas estavam usando o grupo pra pedir socorro. (Flávia)

Como já mencionado, em junho de 2020, o MTST pôs em prática a Campanha Solidariedade Sem-Teto, uma ação emergencial de distribuição de mantimentos nas periferias. “As pessoas recebiam a cesta básica, você via que tinha uma gratidão no olhar”, recorda a coordenadora de uma Cozinha Solidária no ABC, “mas a gente começou a perceber que as pessoas estavam trocando alimento por outras coisas porque não tinham como cozinhar, o gás [de cozinha] tinha superado todo o valor” (em entrevista concedida à autora em 28 de novembro de 2024).

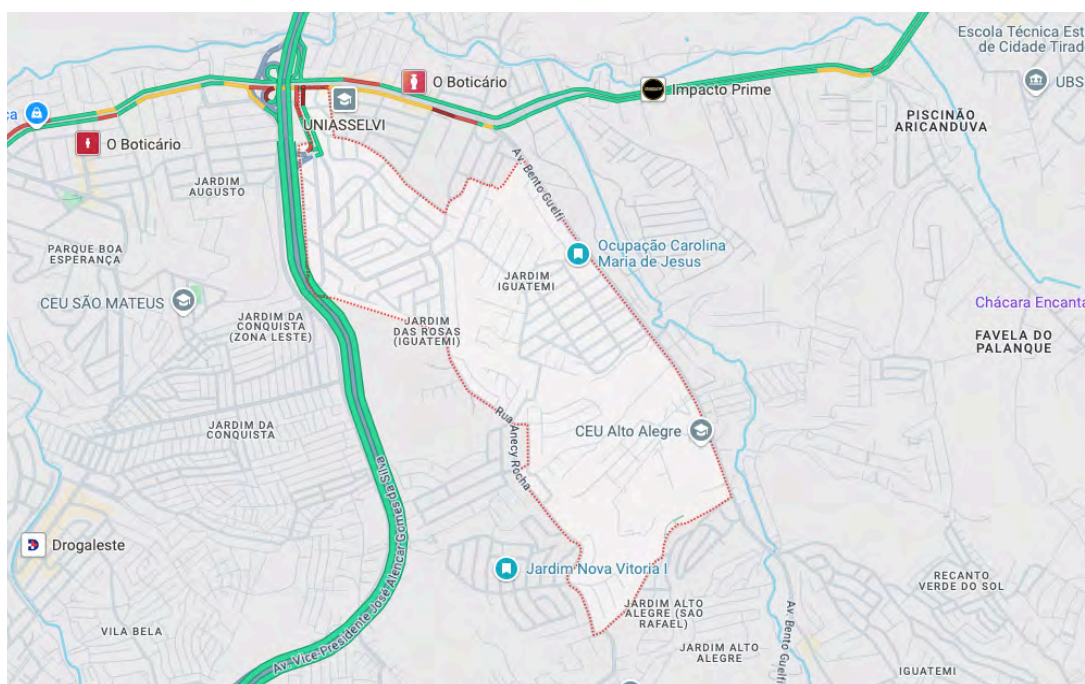
Em 14 de maio de 2021, após o fim da fase roxa da quarentena em São Paulo, o MTST ocupou um terreno ocioso particular de 67 mil m², com vultosas dívidas de IPTU, no Jardim Iguatemi, extrema Zona Leste, no cruzamento entre a avenida Bento Guelfi e a rua Bernardo Antunes Rolim. Ação fruto da mobilização de 600 pessoas – novatos que ali começavam a aprender a fazer a luta por moradia – e da autoconstrução de 2500 barracos.

Foi a primeira grande ocupação dentro da pandemia, após Bolsonaro. E a gente entra com uma proposta diferente de ter Gs pra moradias, né? Que são esses primeiros que você vê quando entra, que é o G1, G2, G3, G4... Porque as ocupações independentes estavam acontecendo a todo vapor e muitos dos nossos estavam falando que estavam pra ser despejados, [então] a gente abriu. Porque a gente não tem como ser uma ocupação só de barraco simbólico. Tem que trazer o pessoal. A gente combinou até a forma de construir os barracos ser como uma vilinha, né? Ruinha no meio, casinha de um lado,

barraquinho de outro. E muita gente veio morar aqui, tinha muita criança nessa ocupação. (Flávia)

Três dias após a entrada no terreno, conjugando barracos simbólicos e de moradia, o assentamento foi batizado com o nome de Carolina Maria de Jesus. Uma homenagem à escritora negra, por muitos anos catadora de papéis e moradora da já extinta favela do Canindé, na Zona Norte de São Paulo, autora do emblemático livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), o qual havia acabado ser tema da roda de leitura entre os acampados. “Todo mundo do movimento tava apaixonado por ela”, lembra Flávia, “a gente fez a defesa do nome, a gente inflamou as mães que estavam aqui e as mulheres todas gritavam ‘É Carolina de Jesus, é Carolina de Jesus!’”.

Figura 24: Delimitação do bairro do Jardim Iguatemi (área em linha pontilhada vermelha) e localização da Ocupação Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autoria própria (Google Maps).

Situada a 25 km de carro do centro de São Paulo, a ocupação localiza-se no Jardim Iguatemi. Formado no início dos anos 1950 por pequenas propriedades rurais, é um dos 15 bairros que compõem o Iguatemi, distrito paulistano populoso, com quase 152 mil habitantes, sendo 50,9% deles autodeclarados

pretos e pardos, com forte migração nordestina (Rede Nossa São Paulo, 2022). De acordo com o Mapa das Desigualdades 2024, o Iguatemi está entre as regiões mais precarizadas de São Paulo, com média de expectativa de vida de 60 anos, vinte e dois a menos que no Alto de Pinheiros, área nobre da cidade. Sem equipamentos públicos de cultura, o distrito apresenta ainda baixa remuneração média mensal do emprego formal (R\$ 2426,06) e alto índice de violência contra a mulher (Rede Nossa São Paulo, 2024). Ocorre ainda a presença de ocupações controladas pelo crime e de loteamentos informais mercantilizados, configurando um território em disputa. A urbanização adaptada, característica de regiões periféricas, dá a tônica do dia a dia.

Isso pode parecer muito banal, mas olha a calçada... Você viu a largura que é a calçada da [Avenida] Paulista? E lá tem aquela faixa pro deficiente visual e aqui a gente não tem o direito de andar na calçada. A calçada, além de ser curta, ela não é preparada com rampa em todo lugar pro cadeirante. Não tem aquela faixa que tem no meio da Paulista, que acho super chique, pra utilizarem aqui. Lá nos bairros no centro têm desse sinaleiro pra atravessar a rua com sinal sonoro, aqui não tem. Aqui mal tem funcionando, entendeu? Você fica pensando que não é só serviço público, não é só o posto de saúde, o parque. Realmente, gente, nos mínimos detalhes, a periferia não goza de nada pensado pro bem estar da pessoa ou pro mínimo de qualidade de vida. [...] Aqui na periferia, pra você usar o seu direito à cidade é muito complicado. (Flávia, em entrevista para o grupo Transborda – Estudos da Urbanização Crítica, em junho de 2023)

Figura 25: Obra do monotrilho na Avenida Ragueb Chohfi, em outubro de 2023.



Fonte: Autoria própria.

Contudo, a obra do monotrilho da Linha 15 – Prata do Metrô de São Paulo, que liga as regiões Leste e Sudeste da cidade, avança sobre a Avenida Ragueb Chohfi, próxima à ocupação, promovendo impactos na mobilidade e na dinâmica comercial e imobiliária (formal e informal) do Jardim Iguatemi, atraindo, por exemplo, redes globais de fast food e estabelecimentos comerciais de grande porte. O bairro dormitório passa então a ser alvo de promessas de verticalização. O conjunto habitacional previsto para o terreno da Carolina, por exemplo, segundo militantes, deverá atender a demanda por moradia de 2450 pessoas, o segundo maior projeto do MTST dentro de São Paulo, depois da Copa do Povo. Janaína (nome fictício), da comissão local de acampados da horta da Carolina – trabalha na Vila Prudente e mora de aluguel na Sapopemba – percebe positivamente essas mudanças urbanísticas recentes.

Aqui eu já conheço um pouco o bairro. Eu acho que é um bairro muito bom, né? Tem acesso a muitas coisas. Não tinha esse Rossi, esse mercado enorme. Foi bem no comecinho que ocupamos aqui, aí começou esse supermercado muito grande, maravilhoso. Tem acesso para onde a gente quiser ir. Então, é um lugar bom, eu gosto daqui. Tanto para ir para o centro, quanto para trabalho, para qualquer coisa. Eu gosto. (Janaína, membro da comissão local de acampados da horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, em entrevista à autora em 16 de setembro de 2023)

“Sou feliz e amo tudo o que faço aqui”, disse Tia Cleo (nome fictício), coordenadora do G13, durante o curso de extensão O Chão de Carolina, em julho de 2022. Orgulhosa da ocupação, ela conta que a noite da entrada no terreno como “formiguinha”, com a chegada dos ônibus que traziam a militância, foi uma “experiência gostosa”, que “vai levar para sempre”. Nesse mesmo encontro, Tia Carmélia (nome fictício) revela que estava com depressão e se curou na Carolina. Sobre a paisagem do assentamento, ela descreve: “Aqui é como um sítio, os pássaros gorjeando, é muito bonito. Tem névoa, geada, venta muito, esquenta muito. O pôr do sol é lindo”. Ainda recordando os primeiros dias de ocupação, desde então envolvidas na preparação das refeições, ambas comentam os almoços especiais na

inauguração das cozinhas dos Gs: "Aqui nunca faltou comida, ninguém nunca passou fome", afirma Tia Cleo.

Figura 26: Barracos simbólicos na Ocupação Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autoria própria.

Figura 27: Distribuição de comidas típicas durante festa junina na Ocupação Carolina Maria de Jesus, em julho de 2022.



Fonte: Autoria própria

Figura 28: Assembleia durante festa junina na Ocupação Carolina Maria de Jesus, em julho de 2022.



Fonte: Autoria própria.

Sem o propósito de romantizar a ocupação, as falas das acampadas revelam nessas lembranças a fundamental costura de relações com o espaço físico e com as companheiras e companheiros de luta, através do cuidado e da interdependência, num processo denominado por María Galindo (2013) de “construção coletiva da cotidianidade”. Flávia, por sua vez, avalia a jornada da Carolina, primeira ocupação do MTST a romper o jejum pandêmico:

Eu sou muito feliz nesse movimento porque peguei uma ocupação que quebrou vários estigmas e recordes³¹, e politicamente tem um significado muito importante. [...] Eu não queria vir pra uma ocupação que seria menos que as outras.

³¹ Primeira ocupação do MTST em São Paulo a ocorrer durante a pandemia e durante a presidência de Jair Bolsonaro, a Carolina chegou a cadastrar 4500 famílias, sendo o primeiro assentamento do movimento em que todos os Gs tiveram acesso à água. Vários acampados sem experiência anterior de ocupação tornaram-se coordenadores, representando um incremento à base social do MTST. Trabalhando pela conquista definitiva do terreno, um conjunto habitacional foi planejado para atender quase 2500 famílias. Além disso, em novembro de 2021, a Carolina promoveu uma exibição popular do filme *Marighella*, com a presença do diretor (e ator) Wagner Moura, episódio bastante comentado na época, pela imprensa e redes sociais, por conta da polêmica “quentinha de camarão”. Ver: <https://periferiaemmovimento.com.br/marighellamtst/>

Como militante, a gente não quer qualquer coisa; tem que ter uma potência. (Flávia)

O apreço pela ocupação, cujo contrato de comodato foi assinado em abril de 2023, depois de tentativas frustradas de reintegração de posse, é recorrente nas falas, assim como um desafio à dicotomia centro-periferia e a relativização da hierarquia espacial na cidade, tendo em vista que, na perspectiva de alguns acampados, quem vem do centro de São Paulo é que mora longe. As leituras pessoais sobre a ocupação e sobre a vida na extrema Zona Leste, portanto, mesmo conscientes das dificuldades, contradições e carências locais, incorporam um senso de pertencimento e de acolhimento em redes de solidariedade e resistência, transitando entre pobreza e potência. Posturas que dialogam com o que D’Andrea (2013) identificou como uma nova subjetividade surgida na periferia, o “sujeito periférico”, cujo orgulho dessa condição modula o seu agir politicamente. Mais ainda, quando se tratam de trabalhadoras e trabalhadores sem-teto que estão resignificando suas próprias e sofridas histórias e que se reconhecem como companheiros de luta na construção do movimento social, co-autores, com maior ou menor grau de consciência, de formas contra hegemônicas de produção da cidade. Recorrendo mais uma vez às ideias de Souza (2010), Ribeiro (2018) e Miraftab (2016), seriam sujeitos que, por meio de práticas insurgentes, perseguem uma inclusão autodeterminada. A horta da Carolina, geográfica e socialmente cravada nesse campo de forças, não passa incólume a essas relações.

3.2.3 A horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus (2022–2023)

Com base em aspectos sugeridos por Mougeout (2000) e Nakamura e Ranieri (2021), mencionados no “Capítulo 2 – Materiais e Métodos”, apresentamos a seguir um panorama da horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, relativo ao período de junho de 2022 a outubro de 2023.

Primeiramente, é importante frisar que a presença de uma horta comunitária numa ocupação urbana demonstra que o terreno está sendo utilizado de forma produtiva, o que fortalece a reivindicação de posse e contribui para a

regularização fundiária. O uso da terra para cultivo pode ser visto como um argumento favorável pela permanência no local e na disputa pela sua legalização, já que a terra não está sendo apenas ocupada, mas também trabalhada (Souza, Martins e Alencar, 2021). Princípio que serve de amparo à organização de hortas coletivas por movimento de sem-teto.

Figura 29: Localização da horta coletiva (área amarela) dentro do terreno da Ocupação Carolina Maria de Jesus (polígono verde).



Fonte: Autoria própria (Google Earth).

Dentro da ocupação, a horta, que cobre um bem favorecido espaço em forma de quadrilátero, contava com 170 m² e possuía nove canteiros. Fica localizada na porção Sul do terreno, recebendo luz solar diretamente ao longo de todo o dia. Situa-se próxima à entrada da ocupação, ao lado do palanque e da grande área de terra batida onde acontecem assembleias e eventos. É, portanto, um ambiente que desfruta de grande visibilidade, logo atraindo a atenção por conta de seu apelo estético, principalmente nos períodos em que antecedem as colheitas, quando os canteiros ficam repletos. Segundo Maurício, quem entra aqui, “vê aquela horta e já fica maravilhado”, comenta, orgulhoso dos efeitos

desse paisagismo comestível. Uma militante salienta que, por outro lado, em alguns casos, o espaço da horta pode ser aquele “que sobra”, tendo em vista a prioridade dada a outras estruturas essenciais dentro do assentamento ou a conveniência em relação ao ponto de água.

Figura 30: Visão geral da horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, em julho de 2022.



Fonte: Autoria própria.

O histórico do terreno da Carolina remonta a invasões, loteamento e até mesmo à construção de pequenos prédios de dois andares, todos expulsos pelo proprietário. Desprovido de rede de esgoto, foram identificadas no local várias fossas sépticas desativadas já na primeira noite da ocupação. Observa-se, neste caso, o tema recorrente da precariedade do solo, em função de compactação e presença de entulhos, lixo e contaminações em terrenos abandonados por longos períodos, sempre um desafio à agricultura urbana e periurbana e, no caso da agricultura realizada em assentamento urbano, uma realidade quase inescapável.

Figura 31: Colheita na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autoria própria.

A vocação do espaço da horta – planejado desde as primeiras semanas de ocupação, materializando-se alguns meses depois – é a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, prioritariamente para o autoconsumo dos acampados. Num primeiro momento, isso ocorreu por meio do abastecimento das cozinhas coletivas dos Gs, que lá chegaram a um total de 16 em funcionamento, responsáveis pelo preparo das refeições diárias durante a fase inicial da ocupação. Após a massificação, com a redução do número de acampados e de cozinhas coletivas, a colheita passou a ser partilhada diretamente com os moradores, incluindo evidentemente a comissão local que cuida da manutenção do espaço no dia a dia, os militantes e brigadistas do Setor de Horta atuantes na Carolina e eventuais visitantes/apoiadores.

Sem o emprego de insumos químicos, a horta tem produção orgânica. O plantio, por sua vez, é feito obedecendo à técnica de cultivo consorciado, combinando espécies diferentes juntas, como rúcula, alface e cenoura, por exemplo. Janaína comenta: “A horta, você vê, não tem só um canteiro de almeirão, um canteiro de alface, um canteiro de cebolinha, é tudo misturado.

Na natureza, não é só uma árvore, tem vários tipos de árvore, né? A natureza, ela é toda espalhada". Sua fala é uma tradução clara e didática de conceitos como autopoiese e acoplagem estrutural, os quais explicam que quanto maior a complexidade de organismos e relações em um ambiente, maior a organização de energia e resiliência (Steenbock, 2021). A biodiversidade é uma importante chave para a constante renovação e prosperidade da horta e os acampados que dela cuidam estão cientes disso.

Figura 32: Encaminhamento da colheita para uma das cozinhas coletivas da Ocupação Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autoria própria.

Líder da implantação da horta da Carolina, Mônica ressalta, entretanto, que não é possível, no contexto da produção urbana de alimentos do MTST, planejar culturas de longo prazo ou sensíveis. Isso não só por conta de condições ambientais desafiadoras geralmente encontradas nas ocupações, mas também pelas possibilidades de despejo e de conquista, ambas implicando ou a saída do terreno ou sua descaracterização para o início da obra do futuro condomínio. Assim, o foco é direcionado a plantas mais adaptadas e resistentes. Antônia observa que os acampados também

contribuem para a configuração da horta com suas preferências alimentares, como o cultivo do coentro e de temperos, refletindo suas origens nordestinas e tradições de culinária regional. Ela enfatiza ainda que o primeiro plantio nas hortas coletivas deve priorizar espécies que “apontam rápido, que engajam o povo. Negócio que cresce pra baixo da terra, o pessoal desanima”.

Figura 33: Distribuição de almoço na cozinha coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus, com a utilização de ingredientes produzidos na horta.



Fonte: Autoria própria.

Os benefícios obtidos pelos acampados em sua dieta e saúde, com a oferta de ingredientes frescos e saudáveis produzidos no local, são facilmente reconhecidos, como o alfabetismo alimentar. O que coloca mais uma vez em evidência, no âmbito da vida prática nas ocupações, o debate sobre segurança alimentar que o movimento vem amadurecendo internamente desde a pandemia.

Aqui na Carolina, não imediatamente assim que ocupou, mas alguns meses depois, a gente já tava comendo do próprio [alimento]. O pessoal aprendeu a comer muita salada aqui, tá? O pessoal fala “Ai, eu sou da época que só tinha arroz, feijão e mamão na ocupação”. Eu escuto isso. Eu sou da época que eu tive a felicidade de ter arroz, feijão, alface, mandioca daqui mesmo, entendeu? Porque a gente já vem numa construção.

Olha a segurança alimentar, olha o preço dos alimentos, temos que fazer a cesta básica, temos que assistir os nossos, a militância vai passar dificuldade. Então, quando a gente começou a parar e prestar atenção que a segurança alimentar tem que ser tratada, isso daí já é um avanço pra nós. (Flávia)

A introdução da horta no espaço da ocupação e de seus produtos na alimentação dos acampados opera, desse modo, em favor da convergência de aspectos relacionados ao combate à fome, à promoção de saúde e à ampliação, diversificação e resgate de repertório da cultura alimentar popular brasileira, segundo o relato de Maurício:

Desde o tempo que tem essa horta ninguém, graças a Deus, ninguém adoeceu de infecção intestinal. É tudo natural, entendeu? E o que tem na horta de praga que a gente está vendo ali, a gente já tira. E quando vem de outros agricultores, quando você vai comprar no mercado, você não sabe como tá comprando aquilo ali, se tem algum bichinho bacteroso. Hoje a carne tá muito cara, né? Então tem pessoas que vai e coloca seu arrozinho, seu feijão no fogo, mas não tem a mistura. Então já vai e faz um refogadinho com uma verdura, pega uma couve, pega um almeirão, refoga uma serralha, alguma coisa assim, vai lá e faz sua misturinha. Se o ovo tá um pouco barato, então vai lá, pega um ovinho, quebra dentro e já é uma mistura. Então vai levando o dia a dia. A horta ajuda muito, não só o terreno, mas também a comunidade. (Maurício)

Janaína, que atua na comissão de acampados da horta da Carolina, mas não mora na ocupação, reflete sobre a mudança de hábitos alimentares inclusive de sua família desde seu envolvimento com os canteiros, o que representa a reverberação de efeitos positivos para além do assentamento.

Prefiro legumes, pego uns legumes, umas verdurinhas, umas frutas. Até para a nossa saúde mudou muito, porque eu andava muito doente. Depois que eu comecei a comer muitas verduras, alface, legumes, coisas muito verdes, graças a Deus, eu estou bem. Ver os nutrientes da verdura, as fibras, as proteínas, a minha vida mudou muito. Não só a minha, como a dos meus filhos, porque meus filhos não comiam. Agora têm que comer, porque a mãe come, eles têm que comer. (Janaína)

Percebem-se, portanto, pequenas transformações individuais relacionadas ao ato de plantar, de cozinhar e de comer, mas nem por isso menos potentes, que

se dão como consequência da escolha deliberada de produzir comida de verdade dentro das ocupações de sem-teto, afetando a todos os implicados nesse ecossistema: o espaço físico da horta, os acampados que atuam como agricultores, as cozinheiras, os moradores dos assentamentos e os militantes, brigadistas e apoiadores.

As ocupações que têm horta, elas comem coisas que não iam pra panela de ninguém antes. Taioba é uma coisa que eu não como em casa e como em ocupação. Inhame é uma coisa que eu como muito em ocupação e não como em casa. O coração da banana, que eles fazem coisas com coração, todo lugar tem bananeira pra caramba. A gente come na horta, nas ocupações e não come em casa. Às vezes, a salada que vai para o meu prato quando eu estou na ocupação é muito melhor que a da minha casa. Na minha casa vai ser sempre alface, tomate, rúcula, agrião. Lá não, lá você vai ter algumas outras coisas. A gente planta catalônia, peixinho, o pessoal vai comer. Às vezes tem uma resistência inicial, até você falar assim, não, mas isso você faz desse jeito aí. Se uma cozinheira pega para fazer, vira um negócio! (Antônia)

Toda essa abundância e variedade que trabalha em oposição à monotonia alimentar e à predominância de ultraprocessados, contudo, depende da qualidade do solo. De acordo com Maurício, a terra da Carolina é boa: “Quando você cava um pouquinho com a enxada, você encontra um monte de minhoca, e terra que tem minhoca é terra boa. Mas a terra vai cansando”. Nesse sentido, a saúde e a fertilidade do solo, dependentes de aeração e de infiltração de água – capazes de alçar aquele pedaço de chão a uma poderosa zona de frescor e umidade – eram estimuladas por meio de adubação com chorume produzido na própria ocupação, além de composto orgânico obtido em pátios de compostagem da Prefeitura de São Paulo.

O plantio de flores nas extremidades dos canteiros era utilizado com múltiplas funções: atrair polinizadores essenciais para as hortaliças, como abelhas, borboletas e besouros; atrair insetos benéficos, como joaninhas e parasitoides, importantes para o controle natural de pragas; e biodiversidade e melhoria do solo, por meio de fixação de nitrogênio realizada por essas plantas. Para evitar a presença indesejada de formigas cortadeiras, empregavam-se, entre

algumas técnicas, a cinza de fogueira e garrafas pets cortadas para a proteção de mudas. Essas, por sua vez, eram adquiridas por meio de doações, eventuais aquisições ou da permuta por óleo de cozinha queimado com um fornecedor.

Quadro 6: Espécies já cultivadas na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.

Ervas e temperos	Folhosas	Raízes, batatas e tubérculos
Alecrim	Alface	Batata-doce
Alho-poró	Almeirão	Beterraba
Alfazema	Catalônia	Gengibre
Arruda	Couve	Inhame
Boldo	Espinafre	Mandioca
Cebolinha	Mostarda	Taioba
Coentro	Rúcula	
Endro		
Hortelã	Frutas	Flores comestíveis
Manjeriçã	Banana	Begônia
Melissa	Fisális	Cosmos-amarelo
Novalgina	Mamão	Capuchinha
Salsinha	Melão-de-são-caetano	Girassol
Tomilho	Morango	Maria-sem-vergonha
Legumes	PANCS e espontâneas	Grãos e leguminosas
Abóbora	Beldroega	Feijão
Berinjela	Bertalha	
Chuchu	Crepe-do-japão	
Jiló	Dente-de-leão	Suculentas
Milho	Jambu	Babosa
Pimentas	Macela	
Pimentão	Ora-pro-nobis	
Quiabo	Peixinho	
Tomate	Serralha	

Fonte: Autoria própria.

Constata-se, assim, que esse era um espaço agrícola em transição para o sistema agroecológico, tendo em vista que tanto as mudas quanto o composto orgânico vinham de fora da ocupação, o que tornava a horta da Carolina dependente de alguns insumos externos. O quadro na página anterior apresenta um levantamento de várias das espécies alimentícias já ali cultivadas.

Quanto à irrigação, na horta da Carolina foi utilizado inicialmente um sistema automatizado, fruto de doação. Na época, contudo, um problema recorrente nas ocupações – a baixa pressão da água nas mangueiras – comprometia a distribuição uniforme da umidade no terreno de 170 m², ficando algumas áreas ou canteiros mais secos. Com o tempo, a instalação de uma cisterna para a coleta de água da chuva e de um ponto de água potável dentro do espaço da horta garantiram melhores condições de irrigação, a qual passou a ser efetuada tanto com mangueira quanto, quando necessário, também com regador, sendo retirado o sistema automático. A missão de molhar a horta era atribuída a Maurício, que mora na ocupação e fazia isso diariamente, de preferência ao final da tarde.

No início, tinha bastante gente aqui na horta, mas agora tem cinco, então é só cinco que creio que Deus preparou pra essa horta ficar bonita. Com certeza. E em relação aos militantes que atuam aqui, tem algumas pessoas que vêm com mais frequência [menção a nomes], essas pessoas estão sempre fazendo mutirão com nós aqui. (Maurício)

Sobre esse tema, a questão do engajamento com o trabalho pesado nos canteiros sempre volta a chamar a atenção, a qual apresenta várias nuances, desde a vocação para o plantio à conciliação do serviço agrícola com o cotidiano atarefado³² na ocupação, como demonstram as falas a seguir.

[A horta] envolve um grupo muito responsável. Não é todo mundo que gosta de ter esse contato. Muitas pessoas vão gostar muito mais de comer do que de plantar. Outras vão gostar muito mais de preparar do que plantar e comer. Mas é isso. A gente precisa de todo mundo. E cada um também tem a sua liberdade de escolher. Ninguém é obrigado a trabalhar na horta. (Flávia)

O acampado tem muita tarefa e as tarefas da ocupação concorrem, porque a ocupação tem que ser um espaço limpo, o teu barraco tem que estar arrumado, tem reunião pra caramba. Você tem que se revezar dentro da cozinha. A ocupação tem um milhão de coisas que você tem que fazer e a horta é uma delas. Então, se você entrou na comissão de horta, você vai ter

³² Importa mencionar que, assim como a participação em atividades na ocupação e a presença em assembleias e atos do MTST, a atuação nos mutirões ou no cotidiano das hortas também contabilizavam pontos para o acampado em favor de sua luta pela conquista do apartamento.

isso como uma tarefa sua. Mas você não deixou de ter a tarefa do cercamento da ocupação, da limpeza do terreno pra não crescer o mato ali, porque pode ter cobra. Pra revezar na cozinha, de ir para o ato, de participar da assembleia. De ir trabalhar, de fazer a comida para teus filhos. Se você não tiver morando na ocupação, de ter um filho doente e você ir pro hospital com ele, às vezes, se trabalha a duas, três horas da tua casa. E aí no final de semana, quando você descansar, você está lá na horta. Tanto é que a gente tira normalmente de fazer horta na parte da manhã, justamente pra pessoa também pode ir à tarde pra casa dela, descansar, porque senão fica muito puxado. (Antônia)

A falta de braços, entretanto, especialmente de homens, é uma queixa recorrente, vindo, a reboque, o problema da colheita precoce ou danosa e até mesmo a eventual vandalização de canteiro por parte de terceiros, exigindo do Setor e da comissão local um maior controle sobre o acesso das pessoas ao espaço da horta, o monitoramento do plantio e o estabelecimento de datas para mutirão de colheita e partilha com moradores e/ou cozinhas.

Assim, eu tirei 20 pés de alface, eu marco 20 pés de alface. Eu tirei tantas beterrabas, eu marco. O que nós planta, o que nós colhe, é tudo marcado. Porque se não vira bagunça. Quando a gente chama mutirão, vem poucas pessoas, não vem muita gente. No começo foi muito difícil, porque a gente precisa de braço para ajudar. Porque levantar um canteiro não é fácil. Tem que ter braço de homem. Porque uma mulher sozinha para levantar um canteiro... Eu já fiz, no outro dia não consegui trabalhar. Precisa de homem para ajudar a plantar as coisas, pegar palhada. Então, tem algumas coisas pesadas na horta? Tem. Até mesmo quando fizemos a cerca da horta, teve que vir braço de homem. (Janaína)

Numa das primeiras conversas de aproximação com o MTST e o Setor de Horta, Mônica já deixava claro: "As mulheres fazem a ocupação acontecer". E isso se reflete no recorte da agricultura sem-teto, protagonizada por elas, com fundamental participação masculina, mesmo que em menor número. Tanto na comissão local de acampados, quanto no grupo de militantes do Setor atuantes na Zona Leste, as mulheres são a maioria. De forma semelhante às cozinhas coletivas, a horta pode então, em grande medida, manifestar-se como um espaço delas, do reconhecimento mútuo de suas vulnerabilidades, e também de um lugar de fortalecimento e comunalidade. Sobressai, dessa forma, o

recorte de gênero no que diz respeito às atividades de cultivo de alimentos para subsistência e, de forma similar, na preparação das refeições dentro das ocupações do MTST. Cabe às mulheres o trabalho indispensável dos cuidados cotidianos de si e dos outros, provendo assim “uma infraestrutura capaz de permitir a reprodução da vida mais básica” (Moraes, 2018, p. 71).

Figura 34: Mutirão de plantio na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autoria própria.

Destaca-se, de modo evidente, o papel fundamental das mulheres na força de trabalho e no sustento da luta social. Nos termos de Silvia Federici (2019, p. 15), trata-se das mulheres atuando como principais sujeitos da reprodução de sua comunidade, “reprodução tanto como garantia de sobrevivência quanto como possibilidade de resistência”. Potência feminina que antagoniza com o sofrimento das opressões cotidianas, como menciona, num evento público, a poeta Lene: “Algo que nos é roubado fora dos nossos grandes portões do MTST. Lá fora, nós somos só mais uma mulher periférica, comedora de arroz com feijão, que pega busão lotado, porque o mundo do capital nos coloca num cantinho tão pequeno, tão espremido”. Perceberem-se como criadoras dessas

novas formas de sociabilidade, dentre as quais está a horta, no bojo da luta coletiva e de sonhos compartilhados, tem impacto direto na “produção de subjetividade dessas mulheres” (Moraes, 2018), com efeito terapêutico e empoderador.

3.2.4 O desafio da continuidade: a parceria com o poder público

Perfazendo uma caminhada promissora, apesar das várias dificuldades cotidianas, em outubro de 2023, a horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus adentrou uma nova fase, ao ser cadastrada no Programa Sampa+Rural, ligado à Coordenadoria de Agricultura da SMDET da Prefeitura de São Paulo. A iniciativa é parte de ações governamentais de apoio à agricultura urbana e periurbana e à geração de trabalho, emprego e renda através da cadeia da agricultura de base agroecológica. Embora a horta do Condomínio Dandara já participasse do programa, essa foi a primeira horta organizada pelo MTST em ocupação a ser atendida pela Prefeitura.

Não faz parte do escopo desta dissertação avaliar em profundidade os impactos da adesão da horta coletiva da Carolina a esse programa municipal, processo que ocorreu justamente no final da pesquisa de campo deste estudo. Contudo, é possível assinalar algumas de suas consequências mais imediatas. Primeiramente, dedicados membros da comissão local de acampados, os quais estavam à margem da empregabilidade formal, tornaram-se beneficiários do POT Agricultura³³, passando a ser remunerados por seu ofício na horta, com jornada de trabalho de segunda à sexta. Essas atividades estão submetidas ao acompanhamento de frequência e desempenho por meio de relatórios de atividade mensal dos participantes (informação de produção e fotos) e monitoramento *in loco* de extensionistas das Casas de Agricultura Ecológica. Mudanças que, sem dúvida, conformam a dinâmica da horta na racionalidade neoliberal e em seus indicadores de performance e produtividade.

³³ O programa tem como objetivo qualificar cidadãos em situação de vulnerabilidade social para inserção/reinserção no mercado de trabalho. Beneficiários dedicam seis horas diárias de atividades práticas e teóricas (cursos online), até o limite de 30 horas semanais. Auxílio pecuniário mensal de R\$ 1.272,60, mais recursos materiais (valores de outubro de 2023).

Figura 35: Plantio de manivas na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autoria própria.

Dentre os benefícios oferecidos estavam ainda o suporte técnico na orientação de procedimentos agroecológicos nos canteiros, como, por exemplo, o preparo da terra e o combate a pragas, bem como a oferta de insumos e ferramentas, favorecendo, em princípio, as chances de longevidade daquela área verde. Sem desconsiderar os significativos ganhos obtidos, os quais podem atenuar ou até mesmo solucionar desafios como o acesso a sementes, mudas, adubação e capacitação dos militantes agricultores, fica evidente, contudo, uma perda da autonomia e independência da horta e do Setor de Horta no caso específico da Carolina, e, por consequência, de seu caráter essencialmente ativista, já que a Prefeitura, por meio desses investimentos, passa a atuar como agente preponderante no sistema de produção de alimentos da ocupação.

Por outro lado, a presença da municipalidade pode sinalizar em algum nível o reconhecimento da legitimidade do assentamento, sempre em busca de elementos para fortalecer sua segurança jurídica. Simbiose, como se vê, repleta de complexidades, e que, por sua vez, não deixa de levantar perguntas

sobre a autossuficiência a longo prazo das hortas coletivas em ocupações do MTST, configurando-se como mais um exemplo intrigante de parceria entre o movimento social e o Estado. Diante disso, uma fala que talvez possa melhor contextualizar interações como essa é encontrada no trecho abaixo, da *Carta das(os) Trabalhadoras(es) Sem-Teto para a Sociedade Brasileira*, de 15 junho de 2023, redigida ao final do evento de celebração dos 25 anos do MTST, em que foram elencadas as diretrizes da luta sem-teto para os anos seguintes:

“Entre nossos compromissos para o próximo período histórico, também está a necessidade de jamais abandonar a defesa dos interesses do povo trabalhador. Esse compromisso, que será buscado a partir da organização de quem vive nas grandes periferias urbanas, não perderá de vista o desafio de, ao mesmo tempo, **enxergar e combater os problemas estruturais do capitalismo, sem jamais virar as costas para o sofrimento e as dores que marcam a vida concreta das pessoas**” (MTST Brasil, 2023). (Grifo nosso.)

Essa é a exigente trilha na qual o movimento vem tentando equalizar as urgências da reprodução da vida nas periferias, a construção da resistência popular urbana, a incidência institucional e a interlocução com o poder público. Indagado sobre a possibilidade de viver do trabalho com a agricultura urbana e periurbana, Maurício, que até chegar à Carolina atuava como pedreiro, enfrentando períodos difíceis de falta de emprego ou serviço, responde:

Nossa, pra mim é tipo abraçar um diamante, seria ótimo. Porque você vai comer aquela planta, você vira amigo dela. Você tá todo dia ali, conversando. Então pra mim seria, vamos dizer, uma fonte de alegria. Eu acho que a horta tira muita coisa negativa do meu coração, da minha mente. Quando a gente tá passando por um processo difícil, até cansaço dá no nosso corpo, mas aí a horta me faz bem. Tipo é meu remédio. (Maurício)

“Olha, essa horta significa vida”, diz Janaína, que aprendeu a plantar na Carolina, logo após cadastrar-se na ocupação e engajar-se no MTST, tendo parentes entre seus companheiros de canteiro, também beneficiados do POT Agricultura. Quanto à aderência da horta ao sonho da casa própria, a comissão local de acampados da Carolina é unânime: todos desejam sua manutenção

após a conquista do terreno. “Quando isso aqui, se Deus quiser, virar um condomínio, a horta tem que continuar”, defende Janaína. “Você vê o Dandara, fizeram o apartamento, mas a horta fica. A gente está aí pra isso, ter o nosso condomínio e falar, poxa, a horta estava ali e agora vem pra nossa casinha”.

Por outro lado, na perspectiva da continuidade do relacionamento do MTST com sua base, as hortas nos condomínios, depois da moradia conquistada, são tão importantes quanto nas ocupações, como ressalta Antônia. “Porque a gente perde muita gente ali. Então, quando você tem uma horta dentro do condomínio, é um espaço de diálogo e de atuação política do movimento”. Principalmente se considerarmos que a lógica da propriedade privada, impregnada de normativas que valorizam a restritividade, a privacidade e o isolamento na nova realidade do prédio e do apartamento, traz “um certo esfacelamento das dinâmicas coletivas” (Moraes, 2018, p. 73). O que exige esforços da aliança entre os ex-acampados, e agora condôminos, e o movimento como um todo para salvaguardar a chama da ação coletiva, do espírito comunitário e das relações produzidas durante o período de ocupação.

Concluído esse breve panorama sobre a atuação do Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST SP e da trajetória inicial da horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus – no qual buscamos reunir e articular dados e reflexões que atravessam desde sua dimensão material à afetiva – observemos, por fim, aspectos distintivos da agricultura sem-teto realizada pelo movimento.

Figura 36: Ações diversas na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.



Fonte: @hortaurbana.mtst e autoria própria.

3.3 Colheita: a agricultura sem-teto que brota da construção coletiva

Como relatado nos tópicos anteriores, abrir hortas em territórios em condições desafiadoras é uma dura tarefa que exige visão política e perseverança. O cotidiano atribulado, fisicamente exigente e pouco previsível, e mesmo o caráter transitório das ocupações, enreda o coletivo de horta num novelo de recompensas e frustrações, avanços e recuos, testando a militância em sua garra e força de vontade.

Tem dia que a gente volta arrebetado, coração arrebetado. Acontece alguma coisa, chove dentro de uma cozinha, chove em uma ocupação... A gente estava lá na Canudos essa semana, nós chegamos, arrebetou cano, tudo que podia acontecer arrebetou. Quando a gente saiu, estava cercado, bonitinho, tinham feito até um pergolado. A gente mudou a horta de lugar, porque estava alagando com as chuvas. Já arrumamos todos os canteiros para adubar e plantar nas próximas semanas. Então isso eu gosto muito. As relações que a gente faz dentro do espaço de ocupação são muito poderosas. (Antônia)

Na busca por identificar os fatores que caracterizam e impulsionam a versão de agricultura urbana e periurbana realizada pelo MTST – por meio do Setor de Horta na Região Metropolitana de São Paulo, e que conferem, diante do que foi apresentado neste trabalho, um perfil particular a esse modo de cultivo de alimentos saudáveis na e para a periferia – encontramos na análise de Antônia dois elementos significativos:

Eu acho que são essas duas coisas: a construção coletiva, a horta é muito isso sim, a construção que vem dos dois lugares, das pessoas que vêm de formação e dos acampados; e isso de fazer as coisas acontecerem quando a necessidade se apresenta, com a condição que tiver. (Antônia)

A construção coletiva a partir da conjugação de saberes complementares e afins, resultante do encontro de sujeitas e sujeitos oriundos de diferentes realidades socioeconômicas e geográficas no cenário das ocupações urbanas paulistanas, sobressai como um importante norteador. Há espaço para o conhecimento vernacular do acampado que morava da roça e para a contribuição dos estudiosos e praticantes da agroecologia, da agrofloresta e da permacultura. “A gente vai pegar um pouco disso, um pouco daquilo e vai virar uma coisa muito nossa. E tem que ser assim, porque senão você vai afastar um lado ou o outro”, acredita Antônia. Segundo ela, essa convergência nutre não apenas o trabalho de base do MTST, como promove o afeto, “de você reconhecer companheiros em gente que nunca cruzaria teu caminho”.

Um outro elemento pode ser sintetizado na expressão “capacidade sem-teto de fazer as coisas”, usada pela militância para qualificar diversas de suas

iniciativas. Competência que associa vontade de realizar, ânimo para o aprendizado e lucidez na leitura de cenário, que orienta a resolução dos problemas à medida e como eles se apresentam, com consciência das oportunidades e limitações existentes. “Às vezes não vai ser a coisa mais bonita, às vezes não vai ser a maior, não vai ser feita com a melhor técnica, mas as coisas saem. Isso eu posso dizer não só do Setor de Horta, eu posso dizer do MTST inteiro”, atesta Antônia. Entretanto, a essa competência, a essa “capacidade sem-teto de fazer as coisas”, subjaz um componente primordial: a experiência coletiva. “A gente consegue fazer coisas absurdas e enormes por nós mesmos, fazendo... Porque está todo mundo junto fazendo”.

Figura 37: Acampados, brigadistas e apoiadores em mutirão na horta coletiva da Ocupação Carolina Maria de Jesus.



Fonte: Autoria própria.

Esse genuíno “fazer junto”, que mira numa comunalidade radical e está no cerne das ações e relações desencadeadas dentro do movimento e de seus

espaços de convívio, é cada vez mais raro numa sociedade dominada pela racionalidade neoliberal individualista, competitiva e desagregadora. A esse respeito, Dardot & Laval (2016) destacam que a ação coletiva se tornou mais difícil justamente porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis, que define uma subjetivação neoliberal intolerante à solidariedade, à redistribuição e à cidadania. No âmbito do MTST, por exemplo, isso pode ser observado desde as situações mais corriqueiras, como na chegada de novos militantes, vindos da base ou das brigadas, em geral sem familiaridade com o agenciamento coletivo. O que, inclusive, pode demandar um tempo interno, um período inicial de aclimatação diante da proposta de uma nova sociabilidade que desafia a ordem vigente.

Eu estranhei um pouco. Mas depois eu fui acostumando com as pessoas, entendeu? Fui me envolvendo cada vez mais. E qualquer atividade que a gente faz aqui dentro, tipo a horta, tipo um ato que a gente vai, uma assembléia, eu não faço mais para aparecer, para mostrar para alguém. O meu foco é mostrar para o MTST. (Maurício)

Outra faceta desse “fazer junto”, e que também está presente nas hortas, é constitutiva do que Alana Moraes (2018) chama de “política sem-teto”, “que se atualiza na possibilidade de viver junto e se fabrica desde a matéria-prima de uma vulnerabilidade compartilhada”, especialmente praticada entre as mulheres.

A gente conhece cada vida, cada situação de cada pessoa. Às vezes, você pensa que é só você que está com dificuldade, mas tem pessoas piores ainda, e você vê sonhos realizando. Você vê pessoas que tem cursos superiores, mas está ali com a gente, está na luta, sabe? Fala para a gente não desistir. Então eu me senti apoiada. Eu senti que eles me abraçaram muito em todas as minhas dificuldades. (Janaína)

Se por um lado o “fazer junto” sustenta essa alteridade solidária que permite a cumplicidade, o reconhecimento de si no outro, a partilha das dores e o cuidado mútuo, nele também se encontra o germe da resistência (RIBEIRO, 2018) que, entre os que fazem a luta sem-teto, se plasma na ousadia de

sonhar e de perseguir o sonho juntos. Seja o sonho da casa própria, com horta no condomínio, seja o sonho de mudar o mundo por meio das lutas e mobilizações coletivas. Nesse sentido, Lene observa que na linguagem do movimento o “fazer junto” traduz-se em “nós”, sublinhando a potência de uma caminhada longa e difícil, mas que vale a pena porque avança rumo a um propósito comum:

As falas nossas são sempre no plural. São falas plurais. Eu acho isso de uma riqueza. Porque os sonhos são compartilhados. Por essas razões, nessa família de luta, nos devolvemos a algo que é muito humano, que é o sentimento oceânico, que é o sentimento de pertencer. O capitalismo e o sistema produtivo nos colocaram de uma maneira muito isolada. Essa questão do individual, do meu, é só meu. O movimento desconstrói isso. Desaprendemos o sentido do aprisionado, do emparedado. O patrimônio está ao alcance de todos. Não só o patrimônio material e físico, mas as relações que nós não conseguimos num mundo tão individualizado, numa cidade que é completamente concretada, cada um no seu quadrado. O movimento desconstrói isso. E as pessoas percebem que sonham juntas e que o plano é junto. (Lene).

As hortas coletivas, por sua vez, acabam sendo também um desses espaços políticos onde se sonha junto – plantando, cuidando e colhendo, caçando brechas para a fertilidade e o compartilhamento nas fraturas da sociedade desigual – funcionando, assim como as Cozinhas Solidárias, enquanto práticas espaciais insurgentes.

Na tentativa de esboçar aspectos estruturantes da agricultura urbana e periurbana colocada em prática pelo MTST em São Paulo, é fundamental, além do reconhecimento desse motor de solidariedade, construção coletiva e resistência, admitir, na mesma medida, o contraditório, dispositivo dialético indispensável à oxigenação da imaginação política, da experimentação e das lutas sociais. A enunciação de uma agricultura sem-teto traz consigo as características do sujeito coletivo que a produz, manifeste-se ela nas hortas por trás dos barracos, nas hortas coletivas autogeridas ou naquelas subsidiadas por ações governamentais. As contradições, portanto, são também companheiras na busca pelo sonho, como afirma Flávia:

De todos os coletivos e grupos que eu vejo por aí, esse aqui é o meu. É o meu e com todas as contradições, porque elas existem, com todas as suas deficiências. Mas esse aqui é o que eu vejo dar fruto. Não é o paraíso na terra porque existem diversos pensamentos, né, muito difusos. Os quereres são diferentes, mas a gente está indo no mesmo ideal, sabe, de uma proposta de mudança da sociedade. É isso que eu acredito. O importante é a gente ter objetivos. (Flávia)

Como insistem Dardot e Laval (2016, p. 402), “nada pode nos eximir da tarefa de promover outra racionalidade”, contrária e alternativa à neoliberal. Tal empreitada, contudo, como defendem esses autores, não nos parece, ao fim e ao cabo, tão diferente daquela assumida pelos que fazem a agricultura sem-teto, ao abrir, cotidianamente, canteiros em ocupações: sujeitos que, agindo em condições dadas, plantam um futuro consagrado ao interesse coletivo.

4 CONCLUSÕES

O propósito de melhor compreender como o MTST, desde 2019, vem praticando a agricultura urbana e periurbana em suas ocupações na Região Metropolitana de São Paulo, foi a porta de entrada para o contato com uma expressão recente e particular dessa vertente de produção agrícola nas periferias, a qual nos referimos aqui como agricultura sem-teto.

Este estudo de caráter preliminar, situado entre os pioneiros a abordar a temática específica da produção de alimentos saudáveis em ocupações de sem-teto, demonstra que a criação e a manutenção de hortas coletivas pelo Setor de Horta e Segurança Alimentar do MTST, em conjunto com acampadas e acampados, assume contornos próprios e atua como importante instrumento da luta por teto, trabalho e pão, com efeitos em frentes diversas.

Inicialmente, identifica-se a articulação entre as pautas da segurança e soberania alimentar e do acesso e uso da terra urbana para a moradia popular e a produção de comida de verdade em reação às expropriações exercidas pelo urbanismo neoliberal. Frente a esse pano de fundo, as hortas emergem como espaço privilegiado para a discussão sobre qualidade de vida da população pobre periférica associada ao tema da habitação social, vislumbrando o desenho de cidades mais justas, sustentáveis, resilientes e sem fome.

Caracterizando-se como estratégia não conflitiva no repertório de ação do MTST, a agricultura sem-teto faz uso da solidariedade e da colaboração entre a base social, militância e apoiadores para a criação de suas áreas verdes em ocupações, inclusive aderindo eventualmente a políticas públicas de fomento à agroecologia urbana. Dessa forma, o movimento não só fortalece sua presença na vida cotidiana dos territórios populares, como atualiza sua representação midiática tendo em vista a sensibilização de novos públicos, favorecendo a

ampliação de quadros e a arregimentação de apoiadores e parceiros, expandindo e diversificando seu capital político por conta também de suas ambições eleitorais.

Esses espaços agrícolas temporários, autogeridos e livres do uso de agrotóxicos, são multidimensionais e exercem diferentes funções: desde o combate à fome entre a população sem teto, a educação ambiental, a alfabetização alimentar e a preservação de tradições culturais e alimentares; passando pela geração de microecossistemas urbanos e biodiversidade, intensificação da vida comunitária e do estreitamento de laços afetivos e a promoção de saúde física e mental; até o fortalecimento da segurança jurídica de terras ocupadas em processo de negociação.

O retrato da agricultura sem-teto aqui apresentado, contudo, é um dos esforços iniciais para a compreensão dessa práxis. Nesse sentido, futuras investigações podem agregar novos elementos e perspectivas a respeito desse fenômeno, como estudos comparativos entre hortas coletivas de diferentes ocupações e/ou movimentos de sem-teto, pesquisas comparativas entre horta coletiva em ocupação e horta em condomínio, e análises em profundidade sobre questões de gênero no contexto do sistema hortas-cozinhas nas ocupações e sobre parcerias entre o movimento social e ações governamentais atreladas à produção agroecológica nas periferias, para citar algumas.

Para além dos efeitos práticos, necessários e urgentes resultantes da agricultura sem-teto, que toma corpo nas áreas mais menosprezadas da cidade, é difícil não reconhecer a dimensão simbólica desses pequenos oases de reconciliação com a vida, onde a sobrevivência na ordem do capital pode ser suspensa, dando chance à supervivência na ordem da natureza. Em certa medida, o trabalho realizado nas hortas coletivas pela militância do MTST é tentar dar condições para que aquela terra, tão espoliada quanto seus acampados, seja o que ela de fato nasceu para ser: solo para nutrir e chão para edificar e florescer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em:

<<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ALENCAR, Tatiane; NASCIMENTO, Maria Angela; ALENCAR, Bruno. Hermenêutica dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 25, n.2, abr./jun. 2012. Disponível em:<<https://www.redalyc.org/pdf/408/40823359017.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2022.

ALMEIDA, Daniela. *Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em:<<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/EQVA-BBWRTL>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

____; BIAZOTI, André. Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade! *Cadernos de Agroecologia*. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, vol. 13, n. 1, jul. 2018. Disponível em:

<<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/169>>

. Acesso em: 27 dez. 2022.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ASSIS, Marluce; JORGE, Maria Salete. Métodos de análise em pesquisa qualitativa. In: Santana JSS; Nascimento MAA. (Org.). *Pesquisa: métodos e técnicas de conhecimento da realidade Social*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; 2010.

AZEVEDO, Elaine de. Comer: ato político. *Piseagrama*, Belo Horizonte, seção Extra!, 17 abr. 2019. Disponível em:

<<https://piseagrama.org/extra/comer-ato-politico/>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOMBARDI, Larissa. *Agrotóxicos e colonialismo químico*. São Paulo: Elefante, 2023.

BOTELHO, Tiago; FAVA, Gustavo. Mínimo existencial e o direito à alimentação e à moradia: implicações da política fundiária e da função social da propriedade. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 17, n. 17, jan/jun, 2015. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/507>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Autonomia Literária. 2014.

_____. *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-06062017-084608/pt-br.php>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

———. Prefácio. In: SILVA, Hélio. *Sonhos e resistências: MTST e os testemunhos da luta popular urbana*. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

BRANDÃO, Carlos R.. Educação popular e pesquisa participante: um falar algumas lembranças, alguns silêncios e algumas sugestões. In: Streck DR, Sobottka E, Eggert E. (Org). *Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional*. Curitiba: CRV; 2014.

BRASIL, Lei 5788/90. Estatuto da Cidade. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

BRAZ, Marcones. Sistemas alimentares de proximidade: produção agroecológica em circuitos curtos. In: VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Curitiba. nov. 2017.

BRIGATTI, Fernanda. MST passa por "rebranding" e se aproxima das cidades e da classe média. *Folha de S. Paulo*. Economia. 15 out. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/mst-passa-por-rebranding-e-s-e-aproxima-das-cidades-e-da-classe-media.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRITO, Gisele. *Depois que o barro acaba: cultura e novas utopias nas periferias de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 2021.

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARIAS, Fernanda. *Convencional, orgânico ou agroecológico: que produto é esse?*. Dissertação de mestrado. Alegre, Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/2620/Disserta%3%a7%c3%a3o%20Final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CARVALHO, Laura. *Agricultura urbana em contextos de vulnerabilidade social na Zona Leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 2021.

CASTRO, Ana Paula. Proposta do Orçamento de 2023 prevê redução de 95% nos recursos do programa Casa Verde Amarela. *G1*, set. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/15/proposta-do-orcamento-de-2023-preve-reducao-de-95percent-nos-recursos-do-programa-casa-verde-amarela.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 16, núm. 2, 2003.

COLETIVO DE HORTA MTST SP. Queremos moradia! Mas também queremos dignidade e segurança alimentar. Instagram: @hortaurbana.mtst. 20 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CqBZWWOPK7K/?igsh=MTJyczV1eDZvdWk0dg%3D%3D>>. Acesso em: 9 out. 2024.

COLOSSO, Paolo; SANDER, Nathália. Movimentos urbanos recentes: repertório de ação e desafios à reconstrução do futuro. *In: XX ENANPUR*. Belém, 2023. Disponível em: <<https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st08-34.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2023.

COORDENADORIA de Agricultura. Cidade de São Paulo, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/coordenadoria_de_agricultura/index.php?p=153588>. Acesso em: 06 jan. 2023.

CONSEA. *Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: CONSEA, 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

COSTA, Heloisa; ALMEIDA, Daniela. Agricultura urbana: possibilidade de uma práxis espacial? *Cadernos de Estudos Culturais*, Eixos Periféricos, v. 4 n. 8, 2017.

____; LAGO, Luciana. Agricultura urbana, associativismos e o bem viver na cidade. ENANPUR, 2023. Belém, 2023. Disponível em:

<<https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st08-34.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2023.

COZINHA SOLIDÁRIA. Disponível em: <<https://www.cozinhasolidaria.com/>>. Acesso em: 6 ago. 2022.

D'ANDREA, Tiajuru. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE SORDI, Denise. *Relatório na cozinha, não há só comida: segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar nas experiências de cozinhas solidárias na Argentina, Colômbia, Uruguai e Brasil*. Rio de Janeiro; Brasília: Fiocruz/ VPAAPS; Fiocruz/GEREB, 2023.

DIAS, André; MIGLIARI, Wellington. *O que o CadÚnico pode nos dizer sobre o fenômeno da população em situação de rua no Município de São Paulo?* Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. Belo Horizonte: Marginália, 2022.

FAERMAM, Lindamar. A pesquisa participante: suas contribuições no âmbito das ciências sociais. *Revista Ciências Humanas – UNITAU*, v.7, n.1, jan.jun. 2014.

FALCHETTI, Cristhiane. *Ação coletiva e dinâmica urbana: o MTST e o conflito na produção da cidade*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.

_____. Entre dois ciclos políticos: o percurso do MTST e os caminhos das lutas urbanas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 10, n. 25, mai-ago, 2022. Disponível em:<<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/download/888/422>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FAO. *The 10 elements of agroecology: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems*. 2018. Disponível em:<<https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/3d7778b3-8fba-4a32-8d13-f21dd5ef31cf/content>>. Acesso em: 16 set. 2024.

_____. 2022 The state of food security and nutrition in the world. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, 2022. Disponível em:<<https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

GALINDO, María. *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización*. La Paz: Mujeres Creando, 2013.

GIL, Antonio. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2019.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo. In: 15º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Curitiba, Brasil, 2011.

GOULART, Débora. *O anticapitalismo do movimento dos trabalhadores sem-teto (MTST)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista – Campus Marília. 2011.

GOV.BR. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar. Presidente Lula reinstala o Consea e prioriza o combate à fome. 28 fev. 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/presidente-lula-reinstala-o-consea-e-prioriza-o-combate-a-fome>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Programa Cozinha Solidária. 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-gua/programa-cozinha-solidaria>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

GRAZIANO DA SILVA, José. Transformación de los sistemas alimentarios: in desafío planetário. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; JALES, M.; RAPALLO, R.; DÍAZ-BONILLA, E.; GIRARDI, G.; DEL GROSSI, M.; LUISELLI, C.; SOTOMAYOR, O.; RODRÍGUEZ, A.; RODRIGUES, M; WANDER, P.; RODRÍGUEZ, M.; ZULUAGA, J.; PÉREZ, D.. SISTEMAS ALIMENTARIOS EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - DESAFÍOS EN UN ESCENARIO POSTPANDEMIA. Panamá: FAO y CIDES, 2021.

GUEDES, Isabela. *A Possível Legitimidade dos Integrantes de Movimentos Sociais em Busca da Terra*. Monografia de Graduação. Brasília, Universidade de Brasília, 2019.

GUTERRES, Ivani. *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Piauí*. Jul. 2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

HORTA CHICO MENDES. Facebook. jan. 2021. Disponível em:<https://www.facebook.com/hortachicomendesmtst/?locale=pt_BR>. Acesso em: 26 ago. 2022.

KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KROEFF, Renata; GAVILLON, Póti; RAMM, Laís. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Vol. 02. 2020. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/52579/34238>>. Acesso em: 20 set. 2024.

KROHLING PERUZZO, Cicilia. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*. v. 23, n.3, 2017.

LACERDA, Larissa; UNGARETTI, Débora; FURTADO, Martim; SANTORO, Paula. Periferias contemporâneas: territórios populares nas franjas da zona norte paulistana. XVIII ENANPUR, Natal, 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Caderno_de_Resumos_ENANPURXVIII.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEI que retoma o Programa de Aquisição de Alimentos é sancionada. Senado Notícias. 21 jul. 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/21/lei-que-retoma-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos-e-sancionada>>. Acesso em: 28 set. 2023.

LIMA, Maria Alice; ALMEIDA, Maria Cecília; LIMA, Cristiane. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. v. 20, n. esp., 1999.

LUCCA, Bruno. Retomada de despejos leva incerteza a ocupação em São Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 dez. 2022. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/12/retomada-de-despejos-le-va-incerteza-a-ocupacao-em-sao-paulo.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo>. Acesso em: 23 dez. 2022.

LUIZ, Juliana; SILVA, Uschi; BIAZOTI, André. Agricultura urbana. In: DIAS, Alexandre; STAUFER, Anakeila; MOURA, Luiz; VARGAS, Maria. *Dicionário de*

Agroecologia e Educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

LUNARDON, Kauan. Cozinhas solidárias e práticas socioespaciais de resistência: entre a luta cotidiana e os horizontes de transformação. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 19, n.2, jul-dez. 2023. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/76240>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MACHADO, Lara. A revolução dos bonés: como o MST se tornou pop e tech. *Piauí*, Anais da Política. 4 out. 2023. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/a-revolucao-dos-bones-mst-armazem-do-campo-stedile/>>. Acesso em: 9 out. 2023.

MAGALHÃES, Kelly; BRASILEIRA, Cristina. Terra, moradia e alimento: O assentamento humano contemporâneo e a produção biodinâmica de alimentos como agentes transubstanciados da paisagem. In: 1º SIMPÓSIO BRASILEIRO CIDADES + RESILIENTES, 2020. Disponível em: <<https://www.engurbdebate.ufscar.br/index.php/engurbdebate/article/view/103>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MARIETTO, Marcio. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação de métodos. *Revista Ibero Americana de Estratégia*. v. 17, n. 4, 2018.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MAUAD, Thais; MARCOS, Valéria de. *Agricultura Urbana e Periurbana no município de São Paulo: possibilidades, conexões e contemporaneidade*. Projeto para Grupo de Estudos. Instituto De Estudos Avançados. Universidade de São Paulo, 2016.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro altera lei e extingue atribuições do conselho de segurança alimentar. *G1*. Política. 3 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/bolsonaro-muda-regras-e-retira-atribuicoes-do-conselho-de-seguranca-alimentar.ghtml>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês (1630–1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MIAGUSKO, Edson. *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

MILANO, Giovanna. *Conflitos fundiários urbanos e poder judiciário: decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial*. Tese de doutorado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2016.

MINAYO, Maria Cecília. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Caminhos do Pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v.18, n.3, set.-dez. 2016. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>>. Acesso em: 6 set. 2022.

MOGILKA, Maurício. Governos progressistas na América Latina e seus impasses em contexto neoliberal. *PRACS: revista eletrônica de humanidades do curso de ciências sociais da UNIFAP*. v. 12, n.2, dez. 2019.

MORAES, Alana. *Experimentações baldias, paixões de retomada: vida e luta na cidade-acampamento*. Tese de Doutorado. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2020.

MOUGEOT, Luc J. A. Urban Agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: N. Bakker, M. Dubbeling, S. Guendel, U. Sabel Koschella, H. de Zeeuw (eds.). *Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda*, DSE, 2000. Disponível em: <<https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/server/api/core/bitstreams/a0cf4b0d-b96c-4124-a1de-f006d4a97f00/content>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Cartilha de Princípios, 2015.

_____. Periferia Sem Fome – Campanha Nacional de Arrecadação de Alimentos. 12 abr. 2019. Disponível em: <<https://mtst.org/mtst/periferia-sem-fome-campanha-nacional-de-arrecadacao-de-alimentos/>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

_____. 25 anos de luta por teto, trabalho e pão. 2022. Disponível em: <https://www.cahttps://www.catarse.me/colabore_mtsttarse.me/colabore_mtst>. Acesso em: 26 set. 2023.

MTST Brasil. #MTST25Anos. Instagram, 30 mai. 2023a. <https://www.instagram.com/p/Cs4Ai6wvneg/?igshid=ODk2MDJkZDc2Zg==>. MTST (@mtstbrasil). Acesso em: 26 set. 2023.

_____. Carta das(os) Trabalhadoras(es) Sem-Teto para a sociedade brasileira. 15 jun. 2023b. Disponível em: <<https://mtst.org/mtst/carta-dos-trabalhadores-sem-teto-para-a-sociedade-brasileira/>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

NAGIB, Gustavo. *Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 2016.

____. NAKAMURA, Angélica. Urban agriculture in the city of São Paulo: new spacial transformations and ongoing challenges to guarantee the production and consumption of healthy food. *Global Food Security*, v. 26, 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S221191242030032>> . Acesso em: 24 mai. 2022.

NAKAMURA, Angélica; RANIERI, *Guilherme*. *Agricultura urbana: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

____.; NAGIB, Gustavo; JESUS, A. Agricultura urbana no município de São Paulo: geração de renda e ativismo comunitário. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL, INTERNACIONAL, SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, VII, VIII 2015, Goiânia, 2015.

NÚCLEO DE TECNOLOGIA DO MTST. O MTST e a luta pela soberania digital a partir dos movimentos sociais. 2023. Disponível em: <<https://nucleodetecnologia.com.br/docs/Carilha-MTSTec-PORT.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2024.

O CAMINHO da prosperidade: proposta de plano de governo. Bolsonaro 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

OLIVEIRA, Lucas. Entre a disputa institucional e a luta de massas. *Jacobin*. Primavera, São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, Nathalia. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/771137>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

PAOLINELLI, Marina S.; CANETTI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta por moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, v. 21, n. 46, set/dez 2019.

PONTES, Beatriz. Movimentos sociais na América Latina: da teoria à realidade. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v.4, n.1, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229872#:~:text=A%20tend%C3%AAncia%20predominante%20nos%20anos,uma%20ou%20outra%20das%20abordagens>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

PORTAL TRIBUTÁRIO. 2023. Disponível em: <<https://www.portaltributario.com.br/>>. Acesso em: 8 jan. 2024.

PRIETO, Gustavo. A problemática da formação nacional: da gênese aos fundamentos da propriedade privada. In: CARLOS, Ana Fani; SANTOS, César; ALVAREZ, Isabel. *Geografia urbana crítica: teoria e método*. São Paulo: Contexto, 2018.

RAFAEL, Rud. O MTST e a luta por teto, trabalho e pão nas cidades brasileiras. MTST Brasil. 5. fev. 2024. Disponível em:<<https://mtst.org/mtst/o-mtst-e-a-luta-por-teto-trabalho-e-pao-nas-cidades-brasileiras/#:~:text=O%20Brasil%20inicia%202024%20com,dura%20nas%20periferias%20do%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 8 mar. 2024.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da desigualdade*. São Paulo, Rede Nossa São Paulo, 2022. Disponível em:<https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

_____. *Mapa da desigualdade*. São Paulo, Rede Nossa São Paulo, 2024. Disponível em:<<https://institucidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo2024/>>. Acesso em: 5 dez. 2024.

REIS NETTO, Roberto; CHAGAS, Clay. O método hermenêutico-dialético aplicado às Ciências Sociais: uma análise sobre sua utilização para o estudo do tráfico de drogas. *Textos & Contextos*, v.18, n.2, jul./dez. 2019.

RIBEIRO, Fabiana. A prática socioespacial da resistência. In: CARLOS, Ana Fani; SANTOS, César; ALVAREZ, Isabel. *Geografia urbana crítica: teoria e método*. São Paulo: Contexto, 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar. As metrópoles no atual padrão rentista do capitalismo. XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Natal, 2019. Disponível em:<https://www.observatoriodasmetroles.net.br/wp-content/uploads/2019/06/Mesa_ENANPUR_2019_As-metro%CC%81poles-no-atual-padra%CC%83o-rentista-de-expansa%CC%83o-do-capitalismo_ampliado.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.

RIBEIRO, Silvana; AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília; BÓGUS, Cláudia; PEREIRA, Isabel. Agricultura urbana agroecológica – estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Fortaleza*, n. 25, v.3, jul. set. 2012. Disponível em:<<https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/2269/2496>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAAD FILHO, Alfredo. *A era das crises: neoliberalismo, o colapso da democracia e a pandemia*. São Paulo: Contracorrente, 2023.

SALATA, Andre; RIBEIRO, Marcelo. *Boletim Desigualdade nas Metrôpoles*. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTOS, Antonio Bispo. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu, 2023.

SAULE Júnior, Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. In: *Ciudades para tod@s*. Santiago: Habitat International Coalition. v. 1, 2010.

SCERB, Philippe. A narrativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto entre a ação direta e a disputa eleitoral. *Contemporânea*, v. 11, n.2, mai. ago. 2021. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/801>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SILVA, Paulo. A ação coletiva: o desafio da mobilização. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/238618>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

SHIVA, Vandana. *Who really feeds the world? The failure of agribusiness and the promise of agroecology*. Berkeley: North Atlantic Books, 2016.

SOARES, Bernardo. Comuns urbanos: contradições, conflitos e participação na construção de um urbanismo contra hegemônico. XVI SIMPURB. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26699>>. Acesso em: 12 set. 2022.

SORAGGI, Ana Carolina; ARAGÃO, Thêmis; CORRÊA, Filipe. *O papel das ocupações urbanas como elemento de repertório dos movimentos de moradia na inflexão ultraliberal*. INCT Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/09/TD-003-2019_Ana-Themis-e-Filipe_Final.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SOUTO, Luisa. *Feminismo do chão de barro: uma história de solidariedade, coletividade e protagonismo feminino no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto (MTST)*. Tese de Doutorado. PUC-Rio/UCLouvain, 2022.

SOUZA, Marcelo. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. *Cidades*, v.7, n.11, 2010. Disponível em:<<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12223/7869>>. Acesso em: 1 dez. 2024.

SOUZA, Murilo; TAVARES, Patricia. Agricultura orgânica. In: DIAS, Alexandre; STAUFFER, Anakeila; MOURA, Luiz Henrique; VARGAS, Maria Cristina. (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

SOUZA, Yago; MARTINS, Ghiulia; ALENCAR, Victor. Agricultura urbana em Belo Horizonte: conexões entre direito à cidade e direito à alimentação. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em:<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78399>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

SPINK, Peter. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*. n. 15 (2), jul./dez. 2003. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/nSkXqD7jKvgdrTFYGmTF8gP/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 9 set. 2024.

STEENBOCK, Walter. *A arte de guardar o sol: padrões da Natureza na reconexão entre florestas, cultivos e gentes*. Rio de Janeiro: Bambual, 2021.

TATAGIBA, Luciana; PATERGIANI, Stella; TRINDADE, Thiago. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opinião Pública*, v. 18, n.2, nov. 2012.

THEODORO, Mário. *A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

TILLY, Charles. Repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, vol. 17, n. 2, 1993.

TONUCCI FILHO, João Bosco. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

TORRES, Haroldo. Fronteira paulistana. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). Caxambú, set. 2004. Disponível em:<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1362>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME, 2022. Disponível em:<https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/06/unhabitat_annualreport_2022.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

VÉRAS, Maura. Dimensões sociais das desigualdades urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 4, n. 7, ja. jun. 2016. Disponível em:<<https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/185>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

VICTOR, Fábio. O herdeiro. *Piauí*, São Paulo, n. 140, mai. 2018. Disponível em:<<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-herdeiro/>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

VILAS BOAS, Patrícia. Moradores de ocupações aguardam moradia a quase uma década em São Paulo. *Agência Mural*, São Paulo, 23 nov. 2022. Disponível em:<<https://www.agenciamural.org.br/especiais/moradores-de-ocupacoes-aguardam-moradia-ha-quase-uma-decada-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

WID. World Inequality Database. 2023. Disponível em:<<https://wid.world/>>. Acesso em: 11 out. 2023.

ZENERATTI, Fábio Luiz. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. *Revista Katálysis* [online]. 2021, v. 24, n. 3. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rk/a/stvqSwRD88wztYbCpGvSB4t/>>. Acesso em: 11 out. 2023.

ZIBECHI, Raúl. *Territories in resistance: a cartography of Latin American social movements*. Oakland, Edinburgh, Baltimore: AK Press, 2012.